UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ

ALESSANDRA APARECIDA BERTON RODRIGUES

A FORMAÇÃO AMBIENTAL DOS DOCENTES EM UM CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

CURITIBA

2016

ALESSANDRA APARECIDA BERTON RODRIGUES

A FORMAÇÃO AMBIENTAL DOS DOCENTES EM UM CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Dissertação de Mestrado apresentada sob a Linha de Pesquisa: Práticas Pedagógicas: Elementos Articulares ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profª Dra. Maria Cristina Borges da Silva.

CURITIBA

2016

DEDICATÓRIA

Como esperei por este momento...escrever a dedicatória da minha tão sonhada dissertação de mestrado. Foi um longo e doloroso caminho para realizar o sonho. Neste caminho, percebi que minhas certezas não estavam tão certas como eu pensava. Minhas dúvidas, precisavam ser mais elaboradas. Minha vontade de vencer, teria de ser mais forte que meu cansaço. Mas valeu a pena. Pude ao final passar a enxergar o mundo de maneira diferente e passo a cada dia um pouco desta visão aos meus queridos discentes que são um dos motivos para que eu desenvolvesse este trabalho exatamente com este tema. Eles, como futuros administradores têm de ser críticos pois somente assim, transformarão a sociedade e assim, meu trabalho terá validade.

Agradeço a Deus em primeiro lugar, pois sem Ele não teria jamais conseguido. Sei que estava e estará sempre ao meu lado, segurando-me em Seu colo para que eu possa repousar e conseguir a energia para continuar.

Agradeço à minha família, por sempre me apoiar em todos os momentos.

À minha mãe, que com seu carinho e dedicação, cuidou de minha pequena enquanto eu percorria os caminhos dos vários autores que me acompanharam durante esses dois anos!

Ao meu amor “Rub”, que sempre me encorajou a continuar fazendo com que eu percebesse que podia ir adiante, por mais difícil que fosse determinado momento. Por compreender as várias ausências durante estes dois anos e não questionar, somente silenciar. NEOQEAV!!!

À minha pequena em tamanho ainda, mas que é o grande amor da minha vida, que, mesmo sem entender o motivo de minha ausência, brincou muitas vezes sozinha, dormiu muitas vezes sem a mamãe por perto; foi para a escola com o vovô, voltou da escola com a vovó...enquanto eu fazia o mestrado. Faço isso por você, pelo seu futuro meu amor!

À minha paciente e poderosa orientadora, Maria Cristina Borges da Silva. Pela paciência que tem comigo, por ter me deixado seguir meus próprios passos, apenas conduzindo-me de uma maneira delicada e gentil. Conviver contigo foi gratificante e conflitante ao mesmo tempo. Fez-me entender as Representações Sociais que eu nunca havia sequer ouvido falar. Fez-me incluir a Educação Ambiental no trabalho que de início seria apenas a Formação Humana, mas que, em nenhum momento,

abandonou-me quando eu persisti com a Administração. Que mesmo sem poder andar, compareceu em um de meus seminários para apresentação do trabalho, para “defender-me”. Saiba que guardarei sempre, sua imagem chegando amparada pelo seu esposo naquela manhã para apoiar-me.

Ao professor Mário Alencastro pela sutileza nas colocações e pelas sábias contribuições ao longo do trabalho.

Sei que são muitas as palavras, mas diante de uma caminhada tão expressiva como essa, se faz necessário não omitir.

Por fim, termino esta dissertação, iniciando um longo caminho, mais demorado e provavelmente mais doloroso, mas necessário, o Doutorado em Administração. Vamos lá!!!

“O propósito da tarefa de construir o futuro não é decidir o que deve ser feito amanhã, mas o que deve ser feito hoje, para que haja um amanhã...Impor ao futuro, que ainda não nasceu, uma nova ideia que tenda a dar uma direção e um formato ao que está por vir. Isso poderia ser chamado de ***FAZER O FUTURO ACONTECER****” (DRUCKER, 2001).*

RESUMO

A pesquisa pretende suscitar reflexões a respeito da formação do administrador relativas a questões ambientais, no curso de Administração em uma instituição de ensino superior da Região Metropolitana de Curitiba/Pr. Para tanto, definimos como objetivo geral: Identificar e analisar como se dá a formação ambiental do administrador no curso de Administração, sob o enfoque dos docentes, a partir da Teoria das Representações Sociais, de Serge Moscovici. Sendo assim, a pergunta norteadora foi: Qual a representação social dos docentes sobre sua formação ambiental no Curso de Administração em uma instituição particular de ensino superior na Região Metropolitana de Curitiba? Para tanto, procuramos através dos objetivos específicos investigar a formação e a representação social dos docentes sobre os conteúdos para uma formação ambiental em cursos de Administração; verificar o direcionamento para a formação ambiental descritos nas diretrizes curriculares nacional do curso de Administração, caracterizar as contribuições do curso de Administração para o desenvolvimento ambiental, por meio da análise de conteúdo, das habilidades e competências, que caracterizam a formação do administrador e elencar contribuições para o curso de Administração da instituição pesquisa em relação à temática ambiental. Assim, construímos o referencial teórico que subsidiasse a pesquisa, abordando os seguintes aspectos: a educação ambiental, seu conceito e sua trajetória; um breve histórico do curso de Administração para uma melhor compreensão do ensino superior desta área no país; a docência universitária no ensino superior e os saberes ambientais; a análise dos documentos do ensino superior sobre a educação ambiental e por fim, finalizamos o referencial com a teoria das representações sociais como concepção teórica e metodológica. Utilizamos autores como Layrargues (2014, 2012, 1998) para embasar as Macrotendências da Educação Ambiental; Barbieri (2011), Leff (2009, 2002, 2001), Reigota (2014, 2002, 1998) e Porto Gonçalves (2004) para discutir a respeito da Educação Ambiental; Covre (1982); Freire (2001, 1996, 1987) e Pimenta (2010) para discorrer sobre a docência no ensino superior e Moscovici (2013, 1995, 1978) para embasar a Teoria das Representações Sociais. Os principais resultados encontrados foram impactantes, pois constatamos que, a maior parte dos docentes que atuam no curso de Administração da presente instituição enquadram-se na Macrotendência Pragmática e portanto, não ensinam os discentes os saberes necessários para a construção de uma educação ambiental transformadora.

Palavras-chave: Curso de Administração. Educação Ambiental. Formação Humana. Teoria das Representações Sociais.

ABSTRACT

The present research intends to evoke reflections about the administrator´s education about environmental issues within the courses in Administration in the higher education institutions in the metropolitan area of Curitiba, specifically focusing on the professors, based on the “Social Representation Theory” by Serge Moscovici. Thus stated, the guiding question was: “What is the social representation of the professors about the environmental education in the Administration course within a private higher education institution in the metropolitan area of Curitiba?” For such research specific objectives were used to investigate the education and representation of the professors to educate for environmental awareness in the Administration course; the directions for this environmental education was verified as to how they were stated in the National Curricular Guidelines for the Administration course; the contributions of this education in Administration to the environmental development were characterized, through content analysis of the competence and ability that characterize the formation of the administrator and furthermore point out the contributions this would have for the research institution on this subject. In such manner, a theoretical reference was constructed taking in account the following aspects: the environmental education, the concept and trajectory; a brief summary of the Administration course to further the understanding of higher education in the country; higher education teaching and the environmental knowledge; the analysis of higher education documents on the subject of environmental education, and finally, a theoretical reference of the social representation was made focusing of theory and methodology. Some of the authors used for this research were Layrargues (2014, 2012, 1998) on which the Macrotrends in Environmental Education was based; Barbieri (2011), Leff (2009, 2002, 2001), Reigota (2014, 2002, 1998) and Porto Gonçalves (2004) were used to discuss the issue of Environmental Education; Covre (1982); Freire (2001, 1996, 1987) and Pimenta (2010) were used to talk about teaching in higher level institutions and Moscovici (2013, 1995, 1978) served as a basis for the Social Representation Theory. The results obtained were impacting, for it was found that most of the higher education professors in the Adminstration department of the institution can be placed in the Pragmatic Macrotendencies, therefore do not teach their students the necessary knowledge to build a transforming environmental education.

Keywords: Administration Course. Environmental Education. Human Formation. Theory of Social Representations.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MAPA DO PARANÁ COM DESTAQUE PARA O MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO.....16
FIGURA 2 –REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.....188
FIGURA 3 – PALAVRAS RELACIONADAS À EDUCAÇÃO AMBIENTAL 812
FIGURA 4 – PALAVRAS RELACIONADAS À FORMAÇÃO HUMANA 89

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – REGIÃO DE ABRANGÊNCIA.....17
QUADRO 2 – QUANTITATIVO DE EMPRESAS 19
QUADRO 3 – QUANTITATIVO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS 19
QUADRO 4 – DIRETRIZES E OBJETIVOS MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO/PR...20
QUADRO 5 – OBJETIVOS DA CARTA DE BELGRADO.....23
QUADRO 6 – DIRETRIZES DA CARTA DE BELGRADO 24
QUADRO 7 – RECOMENDAÇÕES DA CONFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....24
QUADRO 8 – PRINCÍPIOS DA CONFERÊNCIA DE TBILISI 25
QUADRO 9 – PRINCÍPIOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE.....25
QUADRO 10 – PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL 29
QUADRO 11 – MACROTENDÊNCIAS 31
QUADRO 12 – NÚMERO DE CURSOS SEGUNDO AS DÉCADAS 48
QUADRO 13 – CURSOS PRESENCIAIS MAIS PROCURADOS.....48
QUADRO 14 – DESAFIOS DA EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA NA ATUALIDADE ..54
QUADRO 15 – COMPETÊNCIAS E HABILIDADES – DCN'S 56
QUADRO 16 – PALAVRAS RELACIONADAS À EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....80
QUADRO 17 – POLÍTICAS E DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....84
QUADRO 18 – OUTRAS INFORMAÇÕES 85
QUADRO 19 – CONHECIMENTOS AMBIENTAIS 85
QUADRO 20 – FORMAÇÃO HUMANA – LOCAIS DE CONHECIMENTOS.....86
QUADRO 21 – PALAVRAS RELACIONADAS À FORMAÇÃO HUMANA 87
QUADRO 22 – POLÍTICAS DE FORMAÇÃO HUMANA.....89
QUADRO 23 – CONHECIMENTOS DE FORMAÇÃO HUMANA.....90

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIEP	Sistema da Federação das Indústrias do Estado do Paraná
FUNDEF	Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviço de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação
IES	Instituição de Ensino Superior
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PIEA	Programa Internacional de Educação Ambiental
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SESU	Secretaria de Educação Superior
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....11
1.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO 13
1.1.1 A instituição pesquisada 13
1.1.2 O Município de Campo Largo 16
2 DELINEAMENTO TEÓRICO METODOLÓGICO 22
2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: TRAJETÓRIA E CONCEITOS 22
2.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO 41
2.3 A DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA NO ENSINO SUPERIOR E OS SABERES AMBIENTAIS 49
2.4 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DO ENSINO SUPERIOR SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL 56
2.5 NOVOS CAMINHOS PARA O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO.....60
2.6 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COMO CONCEPÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA 66
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 75
3.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS 78
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....95
REFERÊNCIAS.....98
APÊNDICES 105
APÊNDICE I – ENDEREÇO DE BUSCA: CAPES 105
APÊNDICE II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....109
APÊNDICE III – QUESTIONÁRIO.....111

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema a educação ambiental dos docentes no curso de Administração, uma vez que o futuro administrador deve ser preparado para resolver problemas e demandas da comunidade na qual a organização está inserida.

Propõe, conforme já citava Leff (2001, p. 57): “um convite à ação dos cidadãos para participar na produção de suas condições de existência e em seus projetos de vida”, pois, precisamos usar da ciência e do progresso para melhorar o bem-estar das diferentes sociedades, que é a principal razão de existir. Sendo assim, entendemos que a prática docente é de fundamental importância na formação dos futuros gestores de empresas que atuarão no meio, seja social ou ambiental. Portanto, se faz necessário uma nova visão no mundo empresarial, não focando somente o lucro, mas sim, nas tomadas de decisões, voltadas a ordem social para o bem-estar da sociedade e do meio em que vivemos.

Desta maneira, este trabalho justifica-se por tratar de aspectos que se relacionam com a formação pessoal e profissional, tanto da pesquisadora, como para os acadêmicos dos diversos cursos de Administração, que não possuem formações relativas às questões ambientais. A relevância da pesquisa ainda se relaciona com a necessidade de darmos continuidade aos nossos estudos acadêmicos, e como forma de atuarmos com maior autonomia e conhecimento como coordenadora e professora de um curso de Administração, munida de conhecimentos que re-signifiquem nossa prática e, deste modo, se possa contribuir para instituir mudanças no processo de ensino e aprendizagem, em relação ao que é praticado na formação do administrador por intermédio de uma organização pedagógica consistente, que aponte para a inserção de uma perspectiva ambiental, que se reflita na vida pessoal e profissional, dos envolvidos pois, o bom administrador continua aprendendo e aprimorando suas competências até o seu último dia neste planeta e não até o último dia na faculdade ou organização (NOGUEIRA; LISBOA, 2015).

Considerando que a formação acadêmica em nível superior, deve oferecer instrumentos e mediar às atividades e práticas pedagógicas de docentes e discentes, a Educação Ambiental ocupa então, um papel primordial, uma vez que esta é parte da Educação Nacional em todos os níveis e modalidade de ensino.

No entanto, ao realizarmos levantamento acadêmico no banco de teses e dissertações da CAPES[1], não encontramos muitas pesquisas que abordassem e o assunto, especialmente estabelecendo relações sobre a formação do administrador, as questões ambientais e as representações sociais dos docentes. Assim, compreendemos, que a pesquisa poderá contribuir para suscitar reflexões sobre a formação do administrador, visto que, esse tipo de reflexão não é tão comum nas escolas de Administração. Porém, é de extrema importância que a formação do futuro administrador, seja repensada com fundamentos ambientais, uma vez, que poderão ser os responsáveis por propagar mudanças significativas na sociedade brasileira, em especial nas comunidades onde atuam ou atuarão.

Quanto a relevância social da pesquisa, verifica-se que, apesar do encurtamento das distâncias, cada vez mais as diferenças locais são aprofundadas, em resultado da utilização de técnicas avançadas ocasionando certa perversidade da globalização como aponta Santos (2001), comprovando um retrocesso quanto à noção do bem-estar dos semelhantes. Desta forma, a formação ambiental no curso de bacharelado, deve mais do que formar acadêmicos no país, mas assegurar uma formação sólida, considerando não só as habilidades técnicas do administrador, mas uma formação que permita contribuir com o desenvolvimento sociocultural e ambiental do país, uma vez que, os administradores são ensinados a priorizar as funções de controle e comando nas empresas. Uma nova sociedade está surgindo, e para tanto, se faz necessário um novo perfil de gestor.

Sabe-se que existem inúmeros cursos de graduação no Brasil e, dentre eles, está o curso de Administração, o qual é o que mais oferta vagas e se destaca em número de matrículas conforme será abordado no decorrer da pesquisa, gerando, consequentemente, o maior número de formandos por ano. Instigados por esse contexto, indagamos:

Qual a representação social dos docentes sobre sua formação ambiental no Curso de Administração em uma instituição particular de ensino superior na Região Metropolitana de Curitiba?

Para responder a este questionamento definimos, como objetivo geral: Identificar e analisar como se dá a formação ambiental do administrador no curso de Administração sob o enfoque dos docentes. Para tanto foi necessário: I) investigar a

[1] Ver apêndice I - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

formação e a representação social dos docentes sobre os conteúdos para uma formação ambiental em cursos de Administração; II) verificar o direcionamento para a formação ambiental descritos nas diretrizes curriculares nacional do curso de Administração; III) caracterizar as contribuições do curso de Administração para o desenvolvimento ambiental, por meio da análise de conteúdo, das habilidades e competências, que caracterizam a formação do administrador e IV) elencar contribuições para o curso de Administração da instituição pesquisa em relação à temática ambiental.

Tais objetivos foram respondidos na presente pesquisa e serão detalhados no decorrer do trabalho. O leitor irá verificar que, a maior parte dos docentes pesquisados enquadra-se na Macrotendência Pragmática, elencada pelo autor Layrargues, não possuindo a criticidade necessária para que possam ensinar aos discentes uma educação transformadora e emancipatória.

O texto está organizado da seguinte forma: para situar o leitor, apresentamos uma breve caracterização da área de estudo, descrevendo a instituição e o município onde a pesquisa foi realizada, a fim de demonstrar o potencial institucional e municipal. Depois, fazemos uma breve abordagem do ensino superior de administração no Brasil. Dando sequência, tratamos das discussões sobre as questões ambientais e humanas, e da necessidade da abordagem ambiental, assim como, a importância que esta temática, possui na formação do administrador. Para finalizar o delineamento teórico, tratamos da Teoria das Representações Sociais, como abordagem Teórica e Metodológica de Pesquisa, que subsidiou nosso instrumento de pesquisa, os nossos resultados e análises sobre as representações que os docentes possuem em relação às questões ambientais, e como são formados estes docentes que ministram as aulas em um curso de Administração.

1.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

1.1.1 A instituição pesquisada

A instituição escolhida para a pesquisa faz parte de um grupo de escolas dirigidas por uma Mantenedora e nesta instituição, a pesquisadora deste trabalho atua como na coordenação e docência do curso de Administração. No que tange à mantenedora, esta foi fundada em 1943, na cidade de Recife/PE, inicialmente como

Campanha do Ginasiano Pobre, basicamente, esta rede teve origem com um grupo de estudantes universitários que, liderados por um docente resolveu contrariar a situação instalada - a escola como privilégio de poucos - oferecendo ensino gratuito a jovens carentes. O trabalho voluntário de seus idealizadores se propagou pelo Brasil, comemorando adesões e compromissos que fizeram desta, um movimento de educação comunitária existente na América Latina.

A mantenedora se fortaleceu ao longo dos 71 anos e, priorizou a Educação Básica e Profissionalizante como principais produtos, haja vista a premente demanda pela prestação desses serviços, em especial no interior do País. Chegou a manter mais de 2000 unidades, estabelecendo-se principalmente junto àquelas comunidades em que o Estado não apresentava condições de suprir as carências apresentadas.

Assim, ao tempo em que o Estado iniciou processo de retomada de suas obrigações no que pertence à educação, notadamente com a criação do FUNDEF - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental, a mantenedora iniciou processo gradativo de redução de suas unidades, optando por continuar suas atividades onde a prestação de serviços educacionais e assistenciais, voltada para a formação integral de pessoas, vai ao encontro das necessidades e interesses das comunidades beneficiadas.

Na educação superior, em movimento contrário e refletindo de maneira singular a demanda nacional, a linha de expansão da mantenedora é especialmente verificada entre os anos de 1998 a 2004, com a criação de 14 instituições, chegando a um total de 23 Instituições de Ensino Superior, sendo que, atualmente conta com 19 instituições ativas localizadas em Alagoas; Amazonas; Bahia; Ceará; Espírito Santo; Distrito Federal; Goiás; Maranhão; Mato Grosso; Minas Gerais; Paraíba; Paraná; Pernambuco; Piauí; Rio de Janeiro; Rio Grande do Sul; Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

No que diz respeito à Instituição de Ensino Superior em que a pesquisa será realizada, esta tem sua história ligada ao Colégio, neste trabalho devidamente denominado para fins de identificação pela CCPK, fundado em 27 de fevereiro de 1965 por um grupo de alunos remanescentes de um curso Ginasial Noturno do aqui denominado, Colégio SF, os quais queriam continuar seus estudos e não tinham uma escola que se prontificasse a realizar um curso de 2º grau noturno. Assim, foi convocada a Mantenedora, que se fez presente em Campo Largo, criando o CCPK, com o curso Ginasial, atual quinta a oitava séries, acabando com uma lacuna

educacional existente na educação campolarguense. Aos poucos, a instituição passou a oferecer Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, tornando-se reconhecida como a principal instituição privada de ensino do município.

Em dezembro de 1999, a Instituição passou a contar com Ensino Superior, com o início das atividades da então Faculdade, aqui denominada de Instituição de Ensino Superior CL.

Dando continuidade às atividades, levou-se em consideração a transformação pela qual passava a região metropolitana de Curitiba, ocasionando um enorme mercado em mutação, principalmente no setor empresarial, devido à instalação de pequenas empresas prestadoras de serviços. Para essa realidade globalizada e em contínuas mudanças, concebeu-se o curso de Administração, com habilitação em Administração, no ano de 2002.

Já em 2004, instituiu-se o curso de Direito. Assim, procurou suprir também a necessidade daqueles que procuravam tal qualificação em Curitiba, o que significa, além do incentivo à permanência do futuro bacharel em sua própria cidade, a melhoria da defesa dos direitos de cidadãos do município.

Buscando expandir suas atividades em 2012 a Instituição buscou autorização para cursos na área de tecnologia, sendo autorizados cinco cursos tecnológicos: Sistemas para Internet, Marketing, Gestão Comercial, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Segurança da Informação e Logística. E, dando continuidade ao seu projeto de expansão, a Instituição passou a atuar no campo das Ciências da Saúde, uma área promissora dadas as condições da região, na qual a cidade de Campo Largo possui um grande complexo de assistência à saúde, incluindo clínicas, hospitais, laboratórios e centros de atendimento que são referência na cidade e na região. Sendo rota obrigatória que liga o interior do Estado do Paraná à capital, Curitiba, a cidade está se tornando referência em algumas áreas médicas, com a implantação de centros de referência em saúde. Desta forma, no ano de 2014 a IES recebeu autorização para os cursos de Enfermagem e Biomedicina. Outro campo que vem se destacando é a Engenharia da Produção justificada pelo grande número de empresas e a chegada de novas multinacionais na cidade de Campo Largo. Assim no ano de 2014, a Instituição também recebeu autorização para o funcionamento do curso de bacharel em Engenharia da Produção.

Analisando-se os dados regionais sobre a expansão do ensino superior, verifica-se que o setor de ensino superior privado no Brasil é responsável pela maior

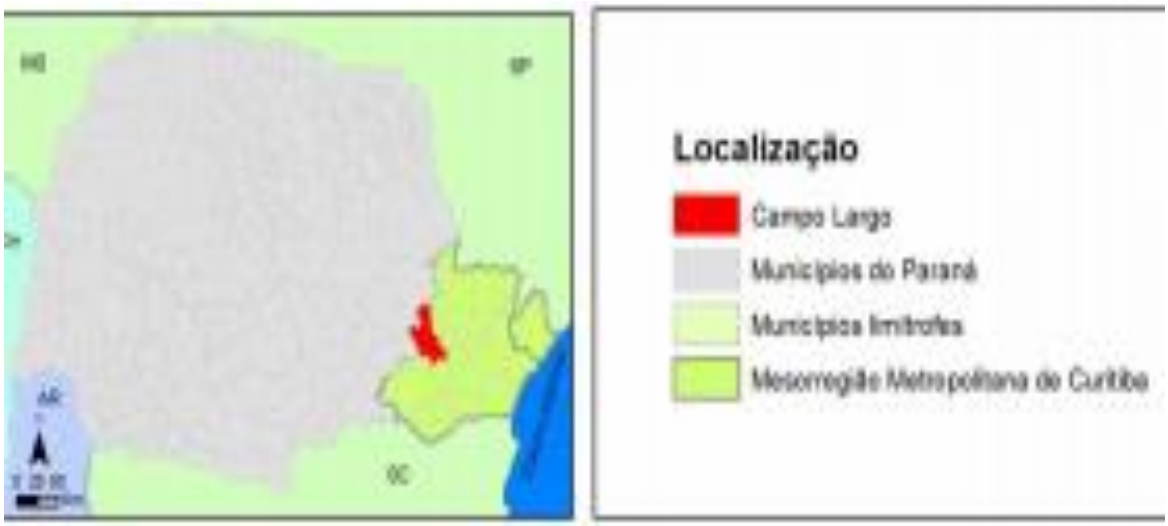
parte da educação superior brasileira, com estudantes matriculados (LOCH; REIS, 2015).

Para um melhor entendimento da viabilidade de aplicação da pesquisa nesta instituição, caracterizamos abaixo, os dados referentes às demandas de natureza econômica e social do município de Campo Largo e da região onde está inserida (Site da IES pesquisada, 2015).

1.1.2 O Município de Campo Largo

Campo Largo está localizado no Sudeste do Paraná com altitude de 956 metros acima do nível do mar, na coordenada geográfica 25º 27’ 31” S, 49º 31’ 42” (IPARDES, 2013). Na divisão territorial do IBGE, Campo Largo pertence à Mesorregião Metropolitana de Curitiba, a qual possui 50 municípios, agrupados em cinco microrregiões: Lapa, Curitiba, Cerra Azul, Rio Negro e Paranaguá. Campo Largo é um dos 29 municípios que compõem à Região Metropolitana de Curitiba conforme a figura 1 a seguir:

FIGURA 1 – MAPA DO PARANÁ COM DESTAQUE PARA O MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO



FONTE: PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE CAMPO LARGO, 2014 (adaptado pela autora).

Campo Largo possui 122.443 (cento e vinte e dois mil, quatrocentos e quarenta e três) habitantes, conforme estimativa populacional do IBGE de 2014, distribuído numa área territorial de 1.249.670,42) um milhão, duzentos e quarenta e nove mil,

seiscentos e setenta e quarenta e dois metros quadrados). A população total do município é de 109.377. Com 18.206 habitantes residentes na zona rural, e 91.171 habitantes na zona urbana (IBGE, 2014).

Os municípios limítrofes e os pertencentes à microrregião administrativa, podem ser visualizados no quadro 1 contendo a região de abrangência e figura 1, com o Mapa da Região Metropolitana de Curitiba, com destaque para o município de Campo Largo:

QUADRO 1 – REGIÃO DE ABRANGÊNCIA

Região de Abrangência	**Municípios**	**Habitantes**
Limítrofes	Castro (N)	70.454
	Campo Magro(NE)	27.143
	Itaperuçu (NE)	26.371
	Ponta Grossa (NO)	334.535
	Araucária (S)	131.356
	Balsa Nova (SO)	12.200
	Palmeira (O)	33.613
Microrregião Administrativa	Curitiba (L)	1.864.416
TOTAL		6.593.873

FONTE: IBGE, 2014 (adaptado pela autora).

Também é interessante citar que apenas 18.206 habitantes residem na zona rural, e o restante, 91.171 habitantes residem na zona urbana (IBGE, 2014).

FIGURA 2 –REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

FONTE: PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE CAMPO LARGO, (2014). (adaptado pela autora).

Também se destaca que 88,14% da população são alfabetizados. Além disso, com relação à faixa etária das pessoas que residem no município, mais de 57,4% da população tem entre 15 (quinze) e 44 (quarenta e quatro) anos, ou seja, estão em totais condições de ingresso no ensino superior. Ainda, em termos de renda, 48,4% da população economicamente ativa, recebe mais de um, até dez salários mínimos, o que constitui um ponto positivo para facilitar o acesso aos cursos de graduação.

No quadro 2, podemos verificar que o município de Campo Largo é responsável por 3,11% das empresas cadastradas na região. Pode-se destacar que nas cidades de Curitiba, Araucária, e Campo Largo, está aglomerada a maioria das empresas da região.

QUADRO 2 – QUANTITATIVO DE EMPRESAS

EMPRESAS	QUANTIDADE
Campo Largo	3.812
Curitiba	103.211
Balsa Nova	449
Araucária	3.486
Campo Magro	649
Palmeira	1.253
TOTAL	112.860

FONTE: IBGE, 2014 (adaptado pela autora).

Com relação às instituições financeiras na Região Metropolitana de Curitiba, segundo o IBGE, no ano de 2014, estavam instaladas de acordo com o quantitativo demonstrado no quadro 3, com informações das instituições financeiras na Região.

QUADRO 3 – QUANTITATIVO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

AGÊNCIAS	QUANTIDADE
Campo Largo	6
Curitiba	352
Balsa Nova	2
Araucária	9
Campo Magro	1
Palmeira	5
TOTAL	375

FONTE: IBGE, 2014 (adaptado pela autora).

Em relação à educação, foco principal desta pesquisa, a cidade de Campo Largo possui um sistema de ensino básico e superior, público e privado, bem como profissionais de escolas técnicas. Com 67 (sessenta e sete) estabelecimentos de ensino fundamental, 24 (vinte e quatro) escolas de nível médio e 1 (uma) instituição de nível superior. Sendo ao total, são 26.791 (vinte e seis mil, setecentos e noventa e uma) matrículas e 2870 (dois mil, oitocentos e setenta) docentes registrados em 2012 (BGE, 2014).

Desta maneira, verifica-se que o município tem um relevante potencial para absorver os profissionais que são e que serão formados em Administração, por isso, é de extrema importância que os futuros administradores conheçam as questões ambientais e locais, uma vez que todos os discentes do curso de Administração da instituição pesquisada residem no município de Campo Largo.

No tocante aos dados referentes ao Plano Diretor do município, este possui dentre seus objetivos básicos

> I. A preservação do meio ambiente, através da preservação dos recursos naturais e da proteção do patrimônio histórico artístico, cultural, urbanístico, arqueológico e paisagístico; II. A melhoria da qualidade de vida da população de forma a promover a inclusão social e a solidariedade humana, reduzindo as desigualdades que atingem diferentes camadas da população e regiões do município [...] VI. Melhorar a qualidade de vida da população mediante uma reestruturação urbana, adequada ao crescimento econômico e demográfico do município; VII. Impedir a ocupação antrópica de locais inadequados que possam colocar em risco os recursos naturais, objetivando-se garantir o equilíbrio ambiental e paisagístico do município e VIII. Identificar, em toda zona urbana, os espaços necessários para a instalação de equipamentos públicos, visando uma maior eficácia social e eficiência econômica, para atender à população atual e futura [...] (PLANO DIRETOR, 2010).

Neste mesmo documento, na Seção IV, discorre-se sobre as diretrizes e objetivos da Política Ambiental do município de Campo Largo/Pr para as ações desta no município, de acordo com o quadro 4 abaixo, descritos no instrumento básico da política de desenvolvimento do município de Campo Largo, intitulado Plano Diretor, datado de 2010.

QUADRO 4 – DIRETRIZES E OBJETIVOS MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO/PR

Diretrizes e Objetivos da Política Ambiental do Município de Campo Largo/Pr
• Preservar e recuperar o meio ambiente, especialmente as áreas verdes, os fundos de vales, as bacias hidrográficas e as reservas florestais existentes; • Manter, melhorar e dar tratamento técnico adequado à arborização e à vegetação dos logradouros públicos; • Elaborar e implementar o Plano Municipal de Arborização; • Coibir todas as formas de poluição; • Eliminar as causas da erosão urbana; • Recuperar e controlar as áreas erodidas; • Dar tratamento tecnicamente adequado aos resíduos sólidos coletados; • Proteger o patrimônio paisagístico, arqueológico, ecológico e faunístico; • Impor ao poluidor e ao predador a obrigação de recuperar e indenizar os danos causados ao ambiente; • Promover no sentido de formar uma consciência pública sobre a necessidade de preservação e de manutenção da qualidade ambiental e equilíbrio ecológico; • Compatibilizar a política ambiental com outras políticas setoriais; • Manter a população informada sobre as condições ambientais no município, • Exigir os estudos ambientais e os RIMA – Relatórios de Impacto de Meio Ambiente consoante com a legislação em vigor.

FONTE: CAMPO LARGO, 2005 (Adaptado pela autora).

É perceptível então que o município possui em seu plano diretor, diretrizes ambientais, porém, quando verificamos o artigo VII da Seção V que diz respeito à

Política de Desenvolvimento Econômico, constata-se uma contradição com os demais objetivos e diretrizes, pois este elenca que é preciso “Adequar a infraestrutura existente de forma a favorecer a instalação de novas iniciativas econômicas”. Assim, prevalece a ordem econômica e a lógica de mercado em primeiro lugar.

2 DELINEAMENTO TEÓRICO METODOLÓGICO

Iniciamos nosso delineamento teórico, tratando da Educação Ambiental, discutindo sua trajetória e alguns conceitos fundamentais para entendermos a necessidade desta abordagem nos cursos superiores, enfatizando o Curso de Administração. Dando sequencia, tratamos da docência universitária no ensino superior, analisando os saberes ambientais e os documentos do ensino superior sobre a Educação Ambiental. Para finalizar o referencial, trazemos a Teoria das Representações Sociais como concepção teórica e metodológica.

2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: TRAJETÓRIA E CONCEITOS

Para que se possa compreender a educação ambiental, faz-se necessário discorrer sobre o seu surgimento, bem como, a situação em que a mesma se encontra na atualidade. Para isso, verifica-se conforme Barbieri (2011, p. 3) que “o ano de 1889 está associado a Patrick Geddes, considerado o pai e o fundador da educação ambiental”, pois foi um dos pioneiros em levantar críticas à economia. Guedes foi biólogo e filósofo escocês, conhecido por seu pensamento inovador nos campos do planejamento urbano e da educação. Barbieri comenta também que, em termos de Brasil, não existe um registro sobre a primeira utilização da expressão educação ambiental, porém, oficialmente, esta só passa a ter mais importância com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

No entanto é importante verificar os acontecimentos ocorridos na década de 60. Em meados de 1968, realiza-se em Roma, a primeira reunião com cientistas de países industrializados com o objetivo de discutir o consumo e as reservas de recursos e o crescimento da população mundial. E em 1972, a Organização das Nações Unidas realiza também, a Primeira Conferência Mundial de Meio Ambiente Humano, em Estocolmo. Nesta época, o Brasil passava pelo período do milagre econômico, corroborando com a ideia de que a poluição era o preço que deveria ser pago para que o progresso ocorresse. Uma das resoluções importantes deste evento foi a decisão de que o cidadão deve ser educado para a solução dos problemas ambientais, atuando diante dos desafios e adquirindo a formação necessária para tal fim (REIGOTA, 2014).

Barbieri reafirma esta informação quando cita que a educação em questões ambientais deve ser dirigida para jovens e adultos

> No qual seja dada a devida atenção aos setores menos privilegiados da população, visando favorecer a formação de uma opinião pública bem informada e uma conduta dos indivíduos, das empresas e das coletividades, inspiradas no sentido de sua responsabilidade para com a proteção e melhoria do meio ambiente em todas as suas dimensões (BARBIERI, 2011, p. 20).

Decorrente destes acontecimentos internacionais, em 1972 cria-se o PIEA – Programa Internacional de Educação Ambiental, tendo entre suas primeiras atividades, a aprovação da Carta de Belgrado que

> Estabelece que a meta básica da ação ambiental é melhorar todas as relações ecológicas, incluindo as relações do ser humano entre si e com os demais elementos da natureza, bem como desenvolver uma população mundial consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas associados a ele com conhecimento, habilidade, motivação, atitude e compromisso para atuar individual e coletivamente na busca de soluções para os problemas atuais e para a prevenção de novos problemas (BARBIERI, 2011, p. 23).

O que pode ser verificado por meio dos objetivos descritos na Carta de Belgrado, conforme segue:

QUADRO 5 – OBJETIVOS DA CARTA DE BELGRADO

Objetivos
• Conscientização: adquirir consciência e sensibilidade para com o meio ambiente; • Conhecimento: ter compreensão sobre a influência das atitudes do ser humano no meio ambiente; • Atitudes: ter participação ativa na proteção ao meio ambiente e na resolução de seus problemas; • Habilidades: possibilitar condições para que se possa adquirir habilidades afim de participar ativamente; • Capacidade de avaliação: estimular a avaliação de assuntos e programas de educação ambiental, • Participação: desenvolver senso de responsabilidade imediata para com as questões ambientais.

FONTE: BARBIERI, 2011. (Adaptado pela autora).

Esta carta teve outro papel importante também, se considerarmos a sua relação com a necessidade do ensino nas instituições, enfatizando a ligação entre os processos educativos e a realidade, o que se comprova por meio das recomendações

constantes na mesma para que os programas de educação ambiental pudessem ser efetivos, seguindo as diretrizes constantes no quadro 6, a seguir.

QUADRO 6 – DIRETRIZES DA CARTA DE BELGRADO

Diretrizes
• Considerar o meio ambiente em sua totalidade, tanto o natural como o construído; • Considerar a educação ambiental como uma continuidade, tanto dentro como fora das instituições de ensino; • Conter uma abordagem interdisciplinar; • Enfatizar a participação na resolução dos problemas ambientais; • Consideras as questões ambientais localmente, globalmente, atuais e futuras; • Verificar a questão do desenvolvimento sob o enfoque ambiental, • Promover uma cooperação globalizada.

Fonte: BARBIERI (2011) (adaptado pela autora).

Tais objetivos e diretrizes só vêm a reforçar a importância da carta, considerada por alguns autores, um dos documentos mais importantes sobre a educação ambiental, que surge a partir de um evento internacional.

Diante destas questões e a partir da Conferência de Estocolmo, e das pressões internacionais o Brasil, começa a organizar ações para participar das questões ambientais, e cria em 1973, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) subordinada ao Ministério dos Transportes, tendo como primeiro secretário o ecólogo e professor da Universidade de São Paulo, Paulo Nogueira Neto.

Em meados de 1977, acontece um dos principais eventos que discorreram sobre a educação ambiental. Promovido em parceria com a UNESCO e o Programa de Meio Ambiente da ONU – PNUMA foi realizada a Conferência Intergovernamental sobre a Educação Ambiental aos Países Membros. Neste evento, foram estabelecidas recomendações conforme elencadas no quadro 7 a seguir

QUADRO 7 – RECOMENDAÇÕES DA CONFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Recomendações da Conferência de Tbilisi para a Educação Ambiental
• Resultado de articulações de diversas disciplinas educativas afim de percepções corretas e atitudes racionais; • Processo contínuo que necessita ser sempre adaptada; • Contribuir para a construção de um instrumento de solidariedade eliminando todas as formas de discriminação; • Aumentar os cursos de ensino superior relativos ao meio ambiente; • Incluir nos planos de ensino das instituições aspectos próprios da educação ambiental com metodologias interdisciplinares; Continua...

Continuação... • Que se estimule a aplicação de um tratamento interdisciplinar ao problema fundamental da correlação entre o homem e a natureza; • Que sejam elaborados diversos meios auxiliares e manuais sobre os fundamentos teóricos de proteção ambiental; • Que os meios de comunicação passem a ter consciência de sua função educativa na formação de atitudes do consumidor, com vista a não estimulação do consumo de bens que sejam prejudiciais ao meio ambiente; • Que sejam adotadas medidas que permitam uma formação de educação ambiental a todos os docentes em exercício, • Conhecimentos e atitudes do indivíduo afim de que não se tornem inerentes ao comportamento ambiental.

FONTE: BRASIL, 2015 (adaptado pela autora).

Nesta convenção também foram estabelecidos diversos princípios, tais como:

QUADRO 8 – PRINCÍPIOS DA CONFERÊNCIA DE TBILISI

Princípios
• Meio ambiente como totalidade; • Processo de construção permanente, do pré-escolar e em todas as fases de ensino; • Enfoque interdisciplinar para aquisição de uma perspectiva global e equilibrada; • Exame das questões ambientais; • Análise da perspectiva histórica, mas privando sempre a atualidade; • Necessidade de cooperação; • Consideração de aspectos ambientais para o desenvolvimento e o crescimento; • Levantamento dos problemas e das causas dos problemas ambientais; • Desenvolvimento de um senso crítico, • Utilização de ambientes educativos para a comunicação e disseminação.

FONTE: BRASIL, 2015 (adaptado pela autora).

Dando sequência ao processo, em 1981 aprova-se a Política Nacional de Meio Ambiente, e em 1988 pela primeira vez a Constituição Nacional passa a ter um capítulo específico sobre Meio Ambiente, o que irá traduzir-se por uma série de mudanças no cenário nacional, e exigindo de todos os setores sociais, incluindo as empresas, e as indústrias, novas adequações legais. Oito anos depois, em 1981, é promulgada a Lei n° 6.938, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente, marco para a gestão do meio ambiente brasileiro na qual, os principais princípios estabelecidos na Política Nacional de Meio Ambiente são destacados no quadro 7 a seguir.

QUADRO 9 – PRINCÍPIOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Princípios – Política Nacional de Meio Ambiente
• Ação governamental para manutenção do equilíbrio ecológico; • Racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; Continua...

Continuação...
- Planejamento e fiscalização no uso dos recursos ambientais;
- Proteção dos ecossistemas;
- Controle e zoneamento das atividades poluidoras;
- Incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas ao uso racional e à proteção dos recursos ambientais;
- Acompanhamento da qualidade ambiental;
- Recuperação de áreas degradadas;
- Proteção de áreas ameaçadas,
- **Educação ambiental em todos os níveis de ensino, objetivando a capacitação da comunidade à participação ativa na defesa do meio ambiente**[2].

Fonte: BRASIL, 1981 (adaptado pela autora).

Subsequentemente, o processo de incremento na capacidade de gestão ambiental do Estado Brasileiro testemunha a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 1989, e, três anos mais tarde, a do Ministério do Meio Ambiente.

Deste modo, faz-se necessário a formação de novos profissionais habilitados a tratar destas questões em todas as áreas do conhecimento, pois, “considera-se como prioritário, sempre em primeiro lugar, a promoção do desenvolvimento, depois, a atenção ao meio ambiente” (LAYRARGUES, 1998, p. 13).

Por meio das inúmeras reuniões, conferências e demais eventos que ocorreram a respeito das questões ambientais e da educação ambiental, foram estabelecidas as bases para um entendimento entre o meio ambiente e as questões de desenvolvimento econômico, o que pode ser comprovado por intermédio do primeiro princípio de uma das declarações elaboradas durante esses encontros

> O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar, tendo a solene obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras (BARBIERI, 2011, p. 21).

Então, é perceptível a relação existente entre o cidadão e o meio ambiente, pois segundo Reigota

> O meio ambiente é definido como: um lugar determinado e/ou percebido onde estão em relação dinâmica e em constante interação os aspectos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e políticos de transformações da natureza e da sociedade (REIGOTA, 2014, p. 36).

[2] Grifo da autora

Já Leff (2001, p. 28) aponta que, o discurso de desenvolvimento sustentável: “convida diferentes grupos de cidadãos (empresários, trabalhadores, acadêmicos, indígenas, trabalhadores rurais) a somar esforços para construir um futuro comum”. Porém, de acordo com Barbieri (2011, p. 1) “é fato notório que os cursos de graduação em Administração ainda não introduziram a educação ambiental conforme estabelece a legislação brasileira” por meio da criação dos objetivos e princípios da Política Nacional do Meio Ambiente e, da Política Nacional de Educação Ambiental de 1999. Faz-se importante citar a Lei número 6.938, de 31 de Agosto de 1981 a qual tem por objetivo maior, “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida”.

Verifica-se então, que a partir da década de 80 inicia-se uma aproximação entre a comunidade ambientalista, tendo um maior contato na próxima década, a de 90, e o setor empresarial passa a ser chamado de verde (LAYRARGUES, 1998).

Tais objetivos, diretrizes e princípios elencados acima, nos fazem iniciar indagações a respeito da sociedade em que vivemos e dos meios de produção a que estamos submetidos. Muito se fala em sustentabilidade, mas poucos sabem a real amplitude que tem o significado desta palavra, tão presente em nossos dias. Segundo Leff (2001, p.15) o conceito de sustentabilidade surge, [...] “do reconhecimento da função de suporte da natureza, condição e potencial do processo de produção” sendo este suporte, negado pela modernização que afetara o mundo ocorrendo, conforme Leff (2001, p.17) “o desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza”. Neste sentido o autor apresenta definições de outro tipo de ecologia, ou seja, levanta a necessidade de ecologizar a economia para que juntas, se completem e não levem a destruição do mundo, fazendo com que seja possível a aplicação da correta sustentabilidade e seu desenvolvimento, LEFF (2001, p. 19).

Layrargues (1998, p. 16) também questiona se as empresas de fato, estão preocupadas com as questões ambientais, ou seja, “se o setor empresarial estaria inserido em um processo de transição ideológica, assumindo verdadeiramente a sua responsabilidade para com a melhoria da qualidade”, pois, pode-se ver o meio ambiente como uma oportunidade, para um diferencial que faça as empresas a adquirirem maior competividade no mercado em que atuam. O mesmo autor nos faz refletir sobre a mudança de ideologia ocorrida na década de 90, passando o empresário de vilão para amigo do meio, corroborando com a ideia de Leff

apresentada anteriormente a respeito da “ecologização da sociedade”. Nesse sentido, podemos mencionar a chamada “modernização ecológica” elencada por Alencastro (2015, p. 95), a qual “atribui ao mercado a tarefa de resolver o problema da crise ambiental através da economia do meio ambiente e da utilização da tecnologia para a superação”. O mesmo autor faz um alerta a respeito quando diz que “o mundo tecnológico atual é muito mais determinado pela ação humana sobre a natureza, no qual os processos naturais são criados e dirigidos para as obras e para os negócios humanos” tornando a modernização um ponto questionável no universo discorrido. Em complemento, em uma sociedade que tem o consumo como um dos principais eixos percebe-se que o desenvolvimento sustentável é encarado como uma forma de liberar o crescimento.

Analisando-se a legislação relacionada à Educação Ambiental, temos a Lei número 9.795 de 27 de Abril de 1999, onde se entende por educação ambiental

> Os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, sob o parecer número 14/2012, aprovado em 06/06/2012 tem-se que

> [...] a educação ambiental envolve o entendimento de uma educação cidadã, responsável, crítica, participativa, em que cada sujeito aprende com conhecimentos científicos e com o reconhecimento dos saberes tradicionais, possibilitando a tomada de decisões transformadoras, a partir do meio ambiente natural ou construído no qual as pessoas se integram. A Educação Ambiental avança na construção de uma cidadania responsável voltada para culturas de sustentabilidade socioambiental.

Outro passo importante no que tange a educação ambiental, diz respeito a formação do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Criado na década de 90 considera a educação ambiental como um processo contínuo de construção e reflexão, propondo um olhar para o futuro com novas posturas do ser humano para com a natureza, elencadas através de seus princípios conforme o quadro 8 a seguir.

QUADRO 10 – PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL

Princípios – Para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global
• Educação ambiental para facilitar processos de decisão; • Educação ambiental para valorizar as diversas formas de conhecimento e suas diversidades, • Educação ambiental como auxílio para o desenvolvimento da ética consciente, impondo limites à exploração das diversas formas de vida.

FONTE: BRASIL, 2016 (adaptado pela autora).

É interessante comentar que, no próprio tratado está claro que as organizações que o assinaram se comprometem a criar e utilizar documentos na rede formal de ensino, incentivando a produção de conhecimentos, metodologias e práticas de educação ambiental em todos os espaços da educação para todas as faixas etárias. Isso tudo, muito bem evidenciado no plano de ação.

Outro documento importante que teve seu desenvolvimento iniciado em meados de 1996 e sua conclusão em 2002 diz respeito à Agenda 21 Brasileira, que constitui um instrumento fundamental para a construção de um Brasil sustentável conforme se afirma no Ministério do Meio Ambiente (2015)

> A Agenda 21 Brasileira é um processo e instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável e que tem como eixo central a sustentabilidade, compatibilizando a conservação ambiental, a justiça social e o crescimento econômico. O documento é resultado de uma vasta consulta à população brasileira, sendo construída a partir das diretrizes da Agenda 21 Global. Trata-se, portanto, de um instrumento fundamental para a construção da democracia participativa e da cidadania ativa no país (BRASIL, 2015).

Na Agenda 21, também é destacado o papel do ensino superior a fim de estimular a pesquisa e ter a sustentabilidade comprometida com a educação.

E, dando continuidade, se faz necessário mencionar sobre um marco importante a ser considerado em relação à gestão empresarial e a educação ambiental, o qual diz respeito à criação do Pacto Global em julho de 2000, no qual, empresas em conjunto com a ONU idealizaram uma iniciativa de cidadania, dando continuidade à proposta inicial. Em 2004, aprova-se uma das principais estratégias do Pacto, que trata da revisão do sistema do ensino superior de gestão de negócios devido a necessidade de repensar a formação dos futuros administradores que detém o poder de liderança e influência nas pessoas. Porém, é perceptível que, para que possamos ter a capacidade e serenidade para atuarmos como cidadãos responsáveis pelo meio ambiente no qual estamos inseridos é fundamental que haja uma formação

mais humana na educação, e, no caso da presente pesquisa, inclusive em cursos superiores, como o curso de Administração, perfazendo, segundo Layrargues (1998) uma função do desenvolvimento humano e social pois, conforme afirma Silva

> [...] é indiscutível o papel das instituições de ensino, destacando-se, além do caráter formativo para a emancipação e exercício da cidadania, o de agir como protagonista e articulador de debates que considerem os diversos aspectos da vida social e desenvolvam propostas capazes de melhorar as condições de vida das comunidades e assegurar os Direitos Humanos (SILVA, 2012, p. 80).

Para a referida autora os indivíduos deveriam participar mais das tomadas de decisão em questões importantes que possam ter impacto na qualidade de vida e na sustentabilidade. Porém, isso só acontecerá se a questão da cidadania realmente for despertada no seu real sentido, ou seja, valorizando-se o “ser” e não o “ter”. Neste sentido, o artigo 43, inciso III das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental que versa sobre a Educação Superior estabelece

> Como finalidade dessa etapa “incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive”.

O que também é salientado por Layrargues quando afirma que

> [...] para os atores sociais da Educação Ambiental, a Educação Ambiental ficou confusa com tantas novas adjetivações; para a sociedade, a Educação Ambiental aparece como uma práxis unidimensional, indistinta, que tem como função óbvia a criação da “consciência ecológica nas pessoas”, seja por meio do encantamento com a natureza, seja por meio das mudanças de comportamentos individuais diante do consumo e da geração de resíduos. É então, para somar esforços à tarefa de desmistificar esse senso-comum, que encontramos outra motivação para empreender esse esforço classificatório das diferentes opções político-pedagógicas da Educação Ambiental (LAYRARGUES, 2012, p. 402).

É interessante ressaltar que, antigamente já eram feitas indagações no que tange a gestão empresarial frente ao meio ambiente, pois

> Uma sociedade, despertada e atuante no que diz respeito à urgência de problemas sociais, está perguntando a administradores de todos os tipos de organizações, particularmente os mais altos administradores, o que estão fazendo para desincumbir-se de suas responsabilidades sociais, e por que não estão fazendo mais [...]. Mas, a empresa, como qualquer outro tipo de

> organização, deve interagir com seu ambiente e nele viver (KOONTZ, O'DONNELL, 1986, p. 115).

E, o curso de Administração é um dos que mais cresceram no Brasil nos últimos anos, por isso, os administradores conforme afirma Barbieri

> Estão entre os profissionais que mais causam impactos ambientais, pois tomam decisões sobre o que, quanto, quando e onde produzir, e com que recursos produzir, decisões essas que causam impactos diretos e indiretos sobre o nível de utilização dos recursos e de poluição resultante das atividades de produção, distribuição e uso ou consumo de bens e serviços (BARBIERI, 2011, p. XIII).

Deste modo, verificamos que as questões ambientais e uma Educação Ambiental, são necessárias para os acadêmicos de todas as áreas, assim como para os graduados de administração. No entanto, é necessário refletirmos sobre qual seria a formação necessária para estes futuros gestores das organizações. Nesse sentido, Layrargues (2012) aponta três tendências na Educação Ambiental, a saber: a Conservacionista, a Pragmática e a Crítica, de acordo com o quadro 8, com o resumo das Macrotendências apresentadas pelo autor, como demonstrado a seguir

QUADRO 11 – MACROTENDÊNCIAS

Macrotendências	Principais Características
• Conservacionista	• Faz parte da pauta verde; • Pleiteia uma mudança cultural que relative o antropocentrismo em direção ao ecocentrismo, • Valorização afetiva em relação à natureza, bem como, com o meio ambiente.
• Pragmática	• Faz parte da pauta marrom; • Busca obter resultados; • Tem como foco o consumo sustentável apoiando-se nas tecnologias limpas, na ecoeficiência empresarial; • Mantém relação com o urbanismo e a administração, • Preza pelas novas tecnologias e novos mercados, porém eficientes para garantir a sustentabilidade.
• Crítica	• Trata-se de uma tendência transformadora e emancipatória; • Inclusão de uma filiação político-pedagógica por ter viés sociológico e introduzir conceitos como ação coletiva, cidadania, conflito, dentre outros; • Surge do descontentamento em oposição ao poder dominante, • Busca transformar a realidade.

FONTE: LAYRARGUES, 2012 (adaptado pela autora).

De acordo com Layrargues (2012), temos a macrotendência conservacionista; como sendo uma vertente empobrecedora com uma base positivista separando o

homem da natureza, e, portanto, os homens aparecem ora como vítimas ou como, responsáveis por toda a crise ambiental que ocorre e padece sobre o mundo. Um ponto importante a ser destacado nesta macrotendência é o de que ela não consegue somar forças para uma luta com o objetivo de uma transformação social, pois não possui elementos necessários para um questionamento da sociedade como um todo, cabendo apenas, aceitar o formato vigente atual. Ela está mais presente na educação infantil no sentido de trabalhar laços afetivos com a natureza, tendo como frase memorável “conhecer para amar, amar para preservar” (LAYRARGUES, op.cit. p. 409).

Para Layrargues (1998, p. 25) “dessa forma, o setor empresarial, considerado desde então como o principal agente do desenvolvimento, foi acusado pela emergente comunidade ambientalista de ser o vilão da ecologia”.

Em reforço a esta ideia, Layrargues et al (2014) relatam que a educação conservadora não transforma o indivíduo, uma vez que é considerada como simplista e reduzida. Em complemento, Alencastro (2015, p. 102) cita que a maior parte das iniciativas relacionadas a educação ambiental, no início tiveram inspiração “no Romantismo e no pensamento conservacionista da época”.

Mas existe também, outra macrotendência chamada pragmática, a qual busca ações para produzir, e tem-se, por exemplo: a tão famosa e discutida atualmente: reciclagem. Dispensa também, a reflexão priorizando apenas, a ação a fim de resolver de imediato à crise instalada no ambiente sem questionar o responsável por essa crise, repassando a responsabilidade da ação para toda a sociedade, fazendo com que esta tenha o dever de provocar mudanças. Essa macrotendência parte direto para a ação, procurando obter resultados para um mercado, ávido por um lucro incessante e individualista, combatendo o desperdício e enfatizando o lixo como um problema da sociedade o qual é ocasionado por um modelo de produção e consumo errôneos, pleiteando um Estado mínimo, ou seja, o Estado tem pouca responsabilidade sobre a geração do lixo, mas sim, o cidadão que tem a obrigação de aprender a reciclar a fim de ser politicamente correto e minimizar a crise.

Para Silva (2012) estas questões pioram na educação, pois não se utiliza do conceito de reciclagem, como é determinado no texto orientador do Ministério do Meio Ambiente, o qual define reciclagem como

> Processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físico, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e, se couber, do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e do Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) (BRASIL, 2013 *apud* SILVA, 2012).

Esta vertente, para Layragues (op. cit.), está fortemente instituída na mídia, incluindo figuras importantes que fazem parte da sociedade, está presente também nas escolas como um todo, pois tem como lema principal e tão discutido atualmente "cada um faz a sua parte que o meio ambiente agradece". Nesse sentido, os *slogans* da reciclagem passaram a ser fundamentais para o modelo de produção que se organiza e atua conforme a obsolescência planejada, isto é, feito para não durar (LAYRARGUES, 2012). Nesse sentido, verifica-se a questão do desenvolvimento sustentável a fim de minimizar os problemas da atualidade, tendo o setor empresarial como o responsável por aplicar estratégias para que ocorra uma harmonia com o meio ambiente (LAYRARGUES, 1998). Porém, Alencastro (2015) levanta uma indagação a respeito destas estratégias pois

> Cabe lembrar que, num modelo de produção capitalista, é impossível embutir no preço dos produtos todo o valor equivalente ao ambiente degradado, pois isso provocaria um significativo abalo no lucro das empresas. Ademais, sob o ponto de vista do ciclo produtivo, há outro limite: qualquer produção econômica exige transformação da matéria, a qual, por sua vez, exige reações químicas e físicas, processos que geram rejeitos industriais, isso sem considerar os rejeitos de consumo, o lixo gerado pelos próprios consumidores. Em outras palavras, se for considerado todo o ciclo de vida de um produto, a constatação é que o passivo ambiental zero é inatingível (ALENCASTRO 2015, p. 96).

Porém, se faz necessário uma outra visão que "ultrapasse a adesão a projetos de reciclagem de detritos, de acondicionamento adequado do lixo ou da preservação de áreas verdes" conforme muito bem elenca Layrargues et al (2014, p. 53).

A macrotendência crítica, enquadra o problema ambiental, conectando o cidadão ao Estado, pois, "apresenta uma abordagem pedagógica contextualizadora e problematizadora das contradições do modelo de desenvolvimento e dos mecanismos de acumulação do capital". Essa vertente faz com que reflitamos sobre questões como opressão, autoritarismo, exploração e domínio. Procurando meios para formar uma sociedade mais justa e ambientalmente coerente com todos que a compõem, proporcionando o caráter de ações transformadoras e emancipatórias. No entanto,

ainda, esta vertente infelizmente encontra-se restrita no âmbito de algumas universidades e pós-graduações, cabendo aos pesquisadores atuais e futuros, fazer com que a mesma cresça e possa produzir novas reflexões, ações e resultados (LAYRARGUES, op.cit p. 410).

Visando a afirmar esta premissa, Layrargues discorre que

> Ao ressignificar o cuidado para com a natureza e para com o outro humano como valores ético-políticos, a educação ambiental crítica afirma uma ética ambiental, localizadora das divisões sociais e reorientadora dos estilos de vida coletivos e individuais (LAYRARGUES *et al* 2014, p. 21).

Isto porque

> Desta forma, recusa tanto a crença individualista de que mudança social se dá pela soma das mudanças individuais: quando cada um fizer a sua parte mas recusa também a contrapartida desta dicotomia que resume a subjetividade num sistema social genérico e despersonalizado que deve mudar primeiro para depois dar lugar as transformações no mundo da vida dos grupos e pessoas, aqui vistos como sucedâneos da mudança macro social (LAYRARGUES *et al*, 2014, p. 19).

Reforçando assim, o conceito de que a visão crítica incide nas relações do indivíduo e da sociedade como um todo, elencando o sentido de coletividade, que "supõe a responsabilidade consigo próprio, com os outros e com o ambiente" (LAYRARGUES *et al*, 2014, p.19). Considerando estes como sendo os atores sociais que podem construir uma nova realidade. Neste sentido, os docentes exercem um papel fundamental para a possibilidade desta construção desde que percebam que não devem somente transmitir conhecimentos, mas sim, propiciar ações de caráter crítico e transformador, para que a real mobilização de fato aconteça.

E, para que a reflexão seja instaurada no âmbito escolar, inclusive de um curso superior de Administração, é de extrema importância, considerar a formação continuada dos docentes e discentes, para que se possa de fato se almejar, um futuro mais justo. Portanto, a formação humana do futuro administrador deve ser levada em consideração, do contrário, algumas ações, que embora sejam bem-intencionadas, continuarão sendo irrelevantes.

Para Layrargues

> [...] todo o conjunto das populações tradicionais e das populações marginalizadas sobrevivendo nas periferias urbanas sob condições de grave risco ambiental geotécnico, em função do infeliz cruzamento da omissão com

> relação às políticas habitacionais com a instabilidade do terreno onde vivem suas vidas privadas, em encostas de morros, em beiras de rios, em áreas facilmente inundáveis pelas chuvas, em periferias de distritos industriais e mesmo em ambientes de trabalho insalubres. É nesse desastroso encontro desses modos originais e originários de viver com o novo horizonte desenvolvimentista que não apenas se verificam os impactos ambientais, mas as injustiças e desigualdades ambientais. É a constatação explícita das contradições desse modelo de desenvolvimento: um modelo de desenvolvimento onde aqueles que se apoderam dos benefícios da produção e acumulação da riqueza decidem a destinação dos custos inerentes desse processo (LAYRARGUES, 2012, p.413).

Neste sentido, o ensino superior deve ser responsável por instaurar na formação docente, um espírito investigativo, pois deve levar os "investigadores a um auto questionamento sereno, mas crítico, para ser construtivo em termos de futuro", pois, "não podemos então deixar de questionar a adequação das políticas e das práticas educativas à nossa realidade, o papel dos diferentes actores, assim como não podemos deixar de questionar o próprio conceito de sucesso educativo" (FERREIRA, BITTENCOURT, 2008, p. 17, 18). Da mesma forma, Leff (2002) discorre a respeito da crise, abordando-a, como fez Layrargues (2012) sob diversas perspectivas ideológicas.

Para Leff, a crise ambiental é entendida como

> [...] resultado da pressão exercida pelo crescimento da população sobre os limitados recursos do planeta. Por outro, é interpretada como o efeito da acumulação de capital e da maximização da taxa de lucro a curto prazo, que induzem a padrões tecnológicos de uso e ritmos de exploração da natureza, bem como formas de consumo, que vem esgotando as reservas de recursos naturais, degradando a fertilidade dos solos e afetando as condições de regeneração dos ecossistemas naturais (LEFF, 2002, p. 59).

Nessa temática, a gestão dos recursos naturais é de fundamental importância e os gestores municipais e administradores, tem um papel fundamental. Daí a necessidade cada vez maior de formar indivíduos com capacidade de pensar e criticar, podendo atuar no meio em que vivem, como formadores de uma cidadania em que possam exercer os papéis principais e não apenas como coadjuvantes no processo de organização do espaço em que atuam, pois há cada vez maior necessidade de entender as relações entre o local e o global. Segundo Reigota

> Tendo consciência e conhecimento da problemática global e atuando na sua comunidade, haverá uma mudança na vida cotidiana que, se não é de resultados imediatos, visíveis, também não será sem efeitos concretos (REIGOTA, 2014, p. 19).

A Educação Ambiental vem ao encontro a esta temática discorrida acima, pois, conforme afirma Barbieri

> Abordar as questões sociais sob múltiplos aspectos da relação do ser humano consigo mesmo e com os demais componentes do meio ambiente [...] enfatizando a existência de vínculos profundos e inter-relacionados entre as questões sociais, econômicas, políticas e ambientais. Suas práticas educativas são concebidas e estruturadas em torno de problemas concretos, ou seja, qualquer lugar, mesmo o local mais degradado é adequado para as práticas da educação ambiental, pois ela visa à transformação da realidade social, econômica e ambiental (BARBIERI, 2011, p. 7).

Do mesmo modo, Guevara *et al* (2009, p. 2), afirma que "a deterioração tanto ambiental quanto social – e principalmente moral – continua aumentando em ritmo acelerado" portanto, os indivíduos devem passar a consumir a solidariedade, a vontade de ajudar ao próximo, enriquecendo-se assim, moralmente e enxergando a ligação entre o homem e a natureza como partes de um processo, mesmo isso sendo difícil devido ao fato de vivermos em um mundo no qual, as informações são manipuladas e chegam as diferentes sociedades já depuradas. São criadas e recriadas "verdades" nas quais se busca culpabilizar os indivíduos, sem trazer a tona uma reflexão mais aprofundada perante as situações de conflitos e das contradições ambientais.

Para Layrargues (1998, p. 51) faz-se necessário "substituir os valores da sociedade industrializada de consumo por outros que sejam adequados à evolução da ética ecológica", o que poderia ser considerado como um projeto revolucionário. Reforçando este ponto, Barbieri traz uma importante concepção sobre meio ambiente considerando-o como um Projeto Comunitário

> Pelo qual o meio ambiente é objeto compartilhado, essencialmente complexo e lugar de cooperação e parceria para realizar mudanças sociais. O indivíduo reconhece a necessidade de aprender a viver e trabalhar em comunidades, aprender a discutir, escutar, argumentar, enfim, comunicar-se de modo eficaz por meio de um diálogo entre saberes diversos (científicos, tradicionais, etc.). Aspectos políticos sobre a realidade socioambiental são partes essenciais dessa concepção (BARBIERI, 2011, p. 11).

Mas, diante da atual maneira como vivemos, este projeto torna-se desafiador, pois, conforme Tozoni-Reis (2004) levanta, existe um problema importante em nossa sociedade, ou seja, a transformação da natureza em mercadoria. Segundo a autora,

o modelo econômico da atual sociedade é extremamente destinado para a criação de desejos e não para a mera satisfação das necessidades básicas, ocasionando com isso, o esgotamento dos recursos naturais. Nossa sociedade é de consumo e apesar disso

> As dinâmicas atuais sobrevivem temporariamente apoiando-se numa matriz energética que sabemos ser insustentável. Nossa pequena espaçonave Terra veio com tanques de combustível – o petróleo – que se acumularam durante milhões de anos, e que teremos liquidado em menos de 200. Consideramos normal mobilizarmos um carro de 2 toneladas para levar nosso corpo de 70 quilos para postar no correio uma carta de 20 gramas. O *homo economicus* do século XXI joga em nossas cidades modernas cerca de 1 quilo de produtos no lixo por dia, e ainda paga por essa remoção. Não nos damos conta do desperdício (GUEVARA *et al*, 2009, p. 9).

Partindo da mesma consideração, Santos (2001) afirma que, neste mundo globalizado, a competitividade e o consumo e a confusão dos espíritos constituem baluartes do presente estado das coisas, no qual, é a competitividade que comanda as formas de ação e é o consumo que comanda as formas de inação. E essa confusão impede o entendimento do mundo, do país do lugar e da sociedade. O consumo muda conforme o tempo, fala-se antes, de autonomia da produção, para significar que uma empresa ao garantir uma produção, busca também manipular a opinião por meio da publicidade. Nesse caso o que gera o consumo seria a produção, mas as empresas, atualmente produzem o consumidor antes mesmo de produzir o produto. Com isso, “na cadeia causal, a chamada autonomia da produção cede lugar ao despotismo do consumo” (SANTOS, 2001, p.49).

Desse modo, Santos afirma que

> Vivemos cercados, por todos os lados, por esse sistema ideológico tecido ao redor do consumo ideologizados. Esse consumo ideologizado e essa informação ideologizada acabam por ser o motor de ações públicas e privadas. Esse par é, ao mesmo tempo, fortíssimo e fragilíssimo. De um lado e muito forte, pela sua eficácia atual sobre a produção e o consumo. Mas, de outro lado, ele é muito fraco, muito débil, desde que encontremos a maneira de defini-lo como um dado de um sistema mais amplo. O consumo o grande emoliente, produtor ou encorajador de imobilismos (SANTOS, 2001, p. 49).

Por isso, o mundo passa pelo consumo e pela competitividade, ambos fundados nos mesmos sistemas ideológicos. Consumismo e competitividade levam a redução de personalidade e da visão do mundo, levando também a esquecer da oposição fundamental entre a figura do consumidor e a figura do cidadão.

Segundo Bauman (1999), todo mundo pode estar na moda, todos podem desejar ser consumidores e aproveitar as oportunidades que esse modo de vida oferece. Mas nem todos podem ser consumidor, desejar não basta, deve-se ter uma esperança racional de chegar mais perto do desejado. Essa esperança racional alimentada por alguns é vista por outros como algo fútil. Todos estão condenados à vida de opções, mais nem todos têm meios de ser optantes. Bauman afirma que “a sociedade pós-moderna de consumo é uma sociedade estratificada. Mas é possível distinguir um tipo de sociedade, de outro, pela extensão ao longo da qual se estratifica seus membros”. Santos ainda complementa que

> As classes médias foram condicionadas a apenas querer privilégios e não direitos. E isso é um dado essencial do entendimento do Brasil, de como os partidos se organizam e funcionam; de como a política se dá, de como a sociedade se move (SANTOS, 2001, p. 50).

Pois, com a globalização, impõe-se uma nova noção de riqueza de prosperidade e de equilíbrio macroeconômico e de conceitos fundados no dinheiro em estado puro e aos quais todas as economias nacionais devem se adaptar. O consumo se tornou um denominador comum para todos os indivíduos com isso atribui um papel central ao dinheiro em diferentes manifestações, o dinheiro e consumo juntos aparecem como reguladores da vida individual. O novo dinheiro torna-se onipresente. “Fundado numa ideologia, esse dinheiro sem medida se torna a medida geral, reforçando a vocação para considerar a acumulação como uma meta em si mesma” (SANTOS, 2001, p.56). Em relação a isso a busca pode levar a acumulação para alguns e ao endividamento para maioria.

A necessidade de capitalização direciona para adotar como regra a necessidade de competir em todos os planos. Num mundo globalizado, cidades e regiões, são chamadas a competir perante as regras da produção ordens atuais do consumo, a competitividade se torna também como regra de convivência entre as pessoas. A necessidade de competir é legitimada por uma ideologia largamente aceita e difundida, na medida em que a desobediência às suas regras resulta em perder posições e até mesmo desaparecer do cenário econômico. Cria-se, desse modo, novos valores em todos os planos, uma nova ética persuasiva e operacional face aos mecanismos da globalização. Concorrer e competir não são a mesma coisa, pois, a concorrência pode ser saudável sempre que a batalha entre agentes, para melhor

entender uma tarefa ou obter melhores resultados finais exigir respeito às regras de convivência preestabelecidas ou não. Já a competitividade, se funda na invenção de novas armas de luta, na qual a única regra é a conquista pela melhor posição. A competitividade é como uma guerra, em que tudo pode, e desse modo, sua prática causa uma perda dos valores morais e um convite ao exercício da violência (SANTOS, 2001).

Em relação à concepção empresarial e o meio ambiente, esta deve ser voltada para ele e ser altamente ampla e respeitada de maneira a angariar maiores resultados no que se entende como atribulações ambientais, pois, as empresas podem e devem contribuir com ações em suas atividades sendo estas as quais ajudam a amparar a dimensão da natureza em nível global (BARBIERI, 2011). Ainda, segundo o autor, na maioria das vezes, as organizações são forçadas a reformular sua estrutura de atuação em razão de três grandes vertentes interligadas que influenciam diretamente na preocupação empresarial em relação ao meio ambiente: comércio, governo e a comunidade. Por isso, segundo Donaire (1999, p. 50) “cada vez mais a questão ambiental está se tornando matéria obrigatória das agendas dos executivos da empresa”. O autor discorre que para auxiliar as empresas em nível mundial em relação ao meio ambiente, a Câmara do Comércio Internacional criou o chamado *Business Charter For Sustainable Development*, o qual retrata algumas regras que devem ser seguidas pelas empresas voltadas a Gestão Ambiental. Assim, conforme Donaire estas regras dizem respeito a

> Prioridade organizacional, gestão integrada, processo de melhoria, educação de pessoal, prioridade de enfoque, produtos e serviços, orientação ao consumidor, equipamentos e operacionalização, pesquisa, enfoque preventivo, fornecedores e subcontratados, planos de emergência, transferência de tecnologia, contribuição ao esforço comum, transparência de atitude, atendimento e divulgação (DONAIRE, 1999, p. 60).

De acordo com (BARBIERI, 2011, p. 100) “as questões ambientais passaram a ter impactos importantes sobre a competitividade dos países e de suas empresas”. Ao mesmo tempo, quando se trata das questões ambientais, ressalta-se a degradação do meio ambiente e, segundo Leff (2002) a crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza.

Assim sendo, a degradação ambiental se manifesta como sintoma de uma crise de civilização, marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza (LEFF, 2002). Ainda, segundo Leff (2009), “a degradação ambiental não é um resultado direto da pressão demográfica sobre a capacidade de carga dos ecossistemas, mas das formas de apropriação e usufruto da natureza”.

Afirma-se que “a consciência ambiental se manifesta como uma angústia de separação de sua origem natural, como o pânico de ter entrado num mundo incerto, impenetrável, evasivo e pervertido da ordem simbólica” (LEFF, 2001, p. 242).

Segundo Leff (2002), em relação à crise ecológica, deve-se criar a conscientização sobre o que a gera e quais as possíveis ações para correção. Partindo deste ponto de vista, em relação à educação ambiental, pode-se afirmar segundo (LEFF, 2002, p. 254) que “isso passa por um processo educativo que vai desde a formulação de novas cosmovisões e imaginários coletivos, até a formação de novas capacidades técnicas e profissionais”.

Assim, Leff (2009) aponta para o desenvolvimento com a necessidade de limites para a natureza, descontruindo o paradigma predominantemente econômico onde o capitalismo prevalece com a apropriação indevida de recursos. Através desta perspectiva, a sociedade passa a ser considerada importante afim de que, ocorram reduções consideráveis em relação às desigualdades sociais. Desta maneira, conforme Layrargues *et al* (2014), passaríamos a desconstruir esta lógica em que a hierarquia prevalece, através de uma dominação, seja referente aos indivíduos ou ao meio ambiente. Esta necessidade de desconstrução é necessária em face de uma visão fragmentada que vivemos atualmente, sem considerar a totalidade, enfatizando apenas o individualismo isto porque

> Claramente precisamos inovar, e as instituições que se adiantarem, demonstrando ousadia e capacidade de repensar os processos decisórios e as dinâmicas institucionais, colherão frutos. Não são dados gerais distantes de nossa realidade. Os dois dramas, o social e o ambiental, balizam precisamente as inovações sociais que temos de empreender, pois é em função delas que temos de trabalhar (GUEVARA *et al*, 2009, p. 10).

Sendo assim, faz-se necessário compreender em que contexto nascem os cursos de Administração no Brasil.

2.2 O ENSINO SUPERIOR E O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Para que se possa compreender a formação ambiental em um curso superior de Administração faz-se necessário abordar o surgimento das questões ambientais no Brasil, e um pouco de sua história. Tais questões são relevantes para os administradores, pois estes são os responsáveis pela tomada de decisões contínuas que podem ter impactos positivos ou negativos para com o meio. Analisando a questão da colonização brasileira, verificamos que ocorreu sob uma perspectiva de exploração dos recursos naturais, uma vez que a nossa natureza era considerada como uma fonte inesgotável de recursos, e, portanto, de lucros.

A descoberta do Brasil realizou-se em meio à expansão comercial portuguesa considerando a premissa de que quanto mais fossem explorados os recursos naturais de um local, mais rico este poderia ficar. O que, em termos capitalistas, passou a transformar os recursos naturais em fontes de riqueza (REIGOTA, 1999). Portanto, desde aquela época, “os naturalistas e administradores portugueses estavam voltados para o fortalecimento da economia colonial e do enriquecimento do Estado metropolitano” (REIGOTA, 1999, p. 63). É importante mencionar o destaque de duas instituições que tiveram forte influência na área da administração como um todo, sendo uma delas a Igreja Católica Romana, por constituir objetivos e estabelecer técnicas organizacionais eficazes, além de exercer uma forte influência sobre as pessoas e a outra, as Organizações Militares, caraterizadas pela hierarquia de poder e a adoção de princípios administrativos utilizados até hoje em várias empresas (GOMES, 2005). Outros acontecimentos fazem parte da história do ensino da administração, sendo um deles e, considerado de extrema importância devido às mudanças que proporcionou a Revolução Industrial iniciada com a invenção da máquina a vapor em 1776 que propagou o avanço da industrialização. A respeito da Revolução, esta teve duas fases, sendo a primeira compreendida no período de 1780 a 1860 e caracterizada pelo carvão como fonte de energia e o ferro como matéria-prima. Já a segunda fase, ocorrida no período de 1860 a 1914 diz respeito à eletricidade e às novas fontes de energia, ocasionando o uso de novas matérias-primas. Diante desse breve histórico, consideramos duas consequências provocadas por estes acontecimentos sendo, o crescimento acelerado e desorganizado das empresas, o que deu origem há muitas improvisações no trato de questões para solucionar os problemas encontrados no dia-a-dia, bem como, a necessidade de uma

eficiência e melhor produtividade destas empresas para que pudessem se estabelecer no mercado e adquirir vantagens perante a concorrência. Desta forma, nota-se que, há séculos já utilizávamos as técnicas administrativas, porém não havia ainda um conceito formado. Somente em 1911 é que se iniciam as publicações de obras direcionadas a este fim, sendo a precursora delas a intitulada “Princípios da Administração Científica” escrita por um engenheiro americano chamado Frederick Winslow Taylor. Após Taylor, houve a contribuição de outro autor chamado Henri Fayol. Ambos foram responsáveis por duas das principais teorias da Administração: Teoria da Administração Científica e Teoria Clássica da Administração. A diferença entre elas ocorre no enfoque pois, na Teoria Científica, prioriza-se a produção chegando a comparar a organização com uma máquina, estabelecendo tempos e movimentos para uma melhor racionalização do trabalho com fins de obtenção de uma melhor produtividade. Já na Teoria Clássica, temos como enfoque a organização, estabelecendo-se funções que até hoje são trabalhados no ensino da administração sendo elas: planejar, comandar, organizar, controlar e coordenar (GOMES, 2005). Assim, a figura do administrador passa a ser cada vez mais evidenciada e necessária, seja para as novas exigências de um mercado em transformação, seja para o desenvolvimento dos povos (NOGUEIRA, LISBOA, 2015).

Em termos da ciência da Administração no Brasil, se comparar com outros países, especialmente os Estados Unidos, percebemos um atraso relevante em seu reconhecimento, atraso este devido “à estrutura governamental brasileira e sua economia, que teve um desenvolvimento ainda mais lento do que em outros países” (NOGUEIRA; LISBOA, 2015, p. 7) nesse sentido, o ensino superior passa a ser considerado o que mais interessava às autoridades, pois viria a formar a elite que seria responsável pelo poder político e econômico da época, sendo importante citar que, não havia uma prática educacional apropriada para tal fim (RIBEIRO, 2011).

No tempo do Império existiam poucas escolas isoladas que eram basicamente destinadas à formação do ensino profissionalizante, ou seja, não existiam as universidades como se vê atualmente, onde o governo federal detinha o controle para o ingresso aos cursos superiores. (PILETTI; PILLETI, 2013).

Com a revolução de 1930 e a criação do Ministério da Educação e Saúde, a educação brasileira começou a articular-se como um sistema, criando-se as universidades e permitindo a formação de professores em nível superior. No caso brasileiro, a estruturação ocorreu a partir de 1934 com a fundação das Universidades

de São Paulo, seguida da Universidade do Distrito Federal. (PILETTI; PILETTI, 2013). Os questionamentos quanto aos ideais que as instituições de ensino superior deveriam representar não eram feitos, pois o que prevalecia eram os interesses das classes dominantes (FERNANDES, 1979).

A formação superior era tida como a oportunidade de ascensão e mobilidade social, portanto

> [...] pode-se notar que estava sendo atacado o dilema mais real (formação humana versus preparação para o superior) e o menos real (formação humana baseada na literatura versus formação humana baseada na ciência enfrentado pelo ensino secundário imperial (RIBEIRO, 2011, p. 54).

Conforme Fernandes (1979, p. 34) o jovem que estudasse em uma escola superior era constituído como “a única garantia, que nos resta, de que a superação do atraso e da dependência culturais é uma questão de tempo, portanto, a universidade não deve erigir-se num fosso que separe o jovem e o isole do fluxo da reconstrução social”, embora os interesses da elite ainda prevalecessem. Verifica-se então que, o processo de industrialização passa a necessitar de profissionais em maior número, devidamente capacitados para os novos processos de uma produção necessária ao desenvolvimento, fazendo com que “o empregado acompanhe o ritmo ditado pela história da indústria brasileira” (NOGUEIRA; LISBOA, 2015, p. 7)

Nesse sentido, para Covre (1982), a burocracia especializada, a qual é necessária para o atual funcionamento do sistema capitalista, é constituída por técnicos ou tecnólogos de vários ramos, dentre os quais se destaca o curso de administração, que é responsável pela formação de administradores fornecedores de componentes para esta burocracia. A implantação e a evolução dos cursos de administração se apresenta em desenvolvimento da ideologia neocapitalista, ou seja, do espírito modernizante. A autora Covre, confirma que “neste sentido, é na mudança e desenvolvimento da formação social brasileira que devemos buscar as condições, motivações para criação destes cursos” (COVRE, 1982, p.59).

No que diz respeito à administração, enquanto disciplina, esta teve seu desenvolvimento muito rápido, na qual, a própria história do pensamento administrativo, proporciona uma perspectiva das contribuições e dos problemas e situações com que se deparou no decorrer das últimas décadas.

Neste sentido, o desenvolvimento do curso de Administração no Brasil fez-se necessário devido à necessidade da modernização e formação da mão-de-obra destinada às empresas a fim de controlar, analisar e planejar as atividades que estas exigiam tendo ocorrido à passagem de um estágio agrário para a industrialização (COVRE, 1982).

A partir de 1945, com o governo de Juscelino Kubitschek, evidencia-se um projeto desenvolvimentista, por meio da abertura econômica com caráter internacional e a necessidade mais acentuada, de profissionais que pudessem atuar para que este desenvolvimento de fato ocorresse, o que se comprova, com a proliferação dos cursos de administração para atender a demanda de uma economia capitalista ávida pelo lucro e consequentemente, a acumulação de capital (COVRE, 1982).

Portanto, nota-se que, a mudança ocorrida na sociedade brasileira, pautada no desenvolvimento e progresso por intermédio das grandes empresas, motivou a formação dos cursos de Administração, pois

> [...] os administradores em Formação/Cursos de Administração – desde que, enquanto ideologia dominante, ela permeia as relações sociais, quer ao nível superestrutural ou infraestrutural. Quanto à posição e atuação da burocracia na superestrutura, a problemática de um planejamento por parte do Estado, que remete à sua posição em relação ao sistema social global, ou no conjunto das classes sociais (COVRE, 1982, p. 40).

Um fato marcante na história dos cursos de Administração se dá pela criação da Fundação Getúlio Vargas, em 1944 com a finalidade de ocupar-se dos estudos da racionalização do trabalho e do preparo das pessoas para a administração pública e privada. A Fundação começou a ser criada em 1936 quando o presidente Getúlio Vargas colocou Luiz Simões Lopes como presidente do Conselho Federal do Serviço Público Civil, pois o sistema administrativo brasileiro estava ávido por uma racionalidade de organização e funcionamento a fim de poder cumprir com os programas econômicos e sociais, os quais haviam sido assumidos na campanha de 1930 que encontrou entraves, principalmente com o despreparo dos funcionários públicos. A relevância da Fundação era a de profissionalizar os indivíduos, pois

> Era preciso apetrechar o Governo e as empresas de gerentes e assessores, em seus escalões superiores. Mas era também imprescindível, naquele estágio incipiente da empresa nacional, munir esses gerentes de pessoal auxiliar qualificado (COSTA, 1986, p. 36).

Outro marco importante no ensino da Administração ocorre em 1948 quando, em Assembleia Geral das Nações Unidas, reunida em Paris, “aprovou-se o Projeto de Resolução número 246, apresentado pela delegação do Brasil, incumbindo à ONU (Organização das Nações Unidas) o encargo de estabelecer e executar um programa internacional de assistência técnica, voltado para o ensino e o estudo da Administração” conforme afirma Costa (1986, p. 38). Já em 1949, a ONU promove um debate a respeito da criação de uma escola superior de Administração Pública no Brasil, desta forma, a mesma foi consolidando o seu papel que propiciou o acompanhamento do Brasil rumo ao desenvolvimento que caracterizou a década de 50. (COSTA, 1986). A Fundação teve como base a importância em preparar pessoas capacitadas nas áreas técnicas e administrativas tanto para o Governo como para as empresas, que buscavam o desenvolvimento e seus avanços.

Continuando com este processo

> Em 1952 cria-se a Escola Brasileira de Administração Pública; em 1954, através da Escola Brasileira de Administração de Empresa de São Paulo, a Fundação faz sua primeira incursão no campo de administração de empresa, sob a forma de um curso intensivo e em 1955 realiza seu primeiro curso de graduação, cuja primeira turma se forma em 1958 (COVRE, 1982, p. 65).

Segundo o presidente Getúlio Vargas, *apud* Covre (1982, p. 85) “o desenvolvimento econômico do Brasil já atingiu o nível em que as práticas empíricas começam a demonstrar claramente a sua insuficiência na vida das empresas, indicando a necessidade de substituí-las pelos modernos métodos de administração”.

Com isso, o processo da formação do administrador adquiriu uma maior força com a regulamentação da profissão, ocorrida em meados dos anos sessenta, por meio da Lei número 4.769, de setembro de 1965 (COVRE, 1982).

Através da criação da Lei número 5540, de 1968 o ensino superior afirmou o contexto de mão-de-obra técnica e de transformações necessárias na política educacional, bem como, a obrigatoriedade do ensino profissionalizante no ensino médio. Fazia-se necessário adequar o ensino superior aos mecanismos de mercado de acordo com o capitalismo internacional, nos quais conceitos como: departamentalização e racionalização invadiram a universidade, fazendo com que a relação com o todo, ficasse ainda mais difícil de entender. Também fica evidenciada a matrícula por disciplina nesta época, ampliando-se também, as instituições que ofertavam o ensino superior privado, ocorrendo assim, uma expansão em quantidade,

fortalecendo a Teoria do Capital Humano, provendo o indivíduo para o mercado de trabalho. Neste período destacam-se os sistemas de produção Taylorista e Fordista, baseados no tecnicismo, direcionados ao mercado de trabalho, com especialização de funções, valorizando a necessidade da sociedade e não do indivíduo (RODRIGUES, 2014).

Estas informações justificam-se, uma vez que destacam a formação das grandes empresas e a necessidade do capital humano, fazendo com que, outras áreas da administração fossem evidenciadas tais como: *marketing* e finanças, fazendo a interface entre a escola e o Estado sendo

> A escola como um Aparelho Ideológico do Estado, que juntamente com outros realiza a reprodução das relações de produção. São os Aparelhos Ideológicos do Estado os que asseguram efetivamente, em grande parte, as relações de produção, sob o escudo do Aparelho Repressivo (COVRE, 1982, p. 87).

E, devido a esta configuração, ocorre certa reorganização do trabalho, a qual determina o aumento do volume da demanda por administradores, que, em busca de atingir o desenvolvimento, provocam diversas ações que atingem o meio como um todo, onde, verifica-se então que, desde a Revolução Industrial, a relação do homem com a natureza provocou a perda da qualidade ambiental por meio de uma ação predatória (TOZONI-REIS, 2004). Em resumo, o final da década de 60 é marcado por grandes transformações no cenário mundial tanto em relação à política, à economia, às empresas bem como, aos movimentos sociais, dentre eles o movimento ambientalista, o que irá modificar e inserir novas dinâmicas em todas as áreas sociais, incluindo a educação na qual os cursos de administração tiveram uma expansão vertiginosa em virtude das instituições privadas, provocadas pela reforma universitária. De acordo com o relatório do MEC, SESU (2005), estes cursos enfrentaram e ainda enfrentam problemas sendo um deles, o despreparo dos docentes para tal função, tendo em vista que, a grande maioria, apesar de atuar ativamente no mercado de trabalho não possui uma formação no magistério e não busca o aperfeiçoamento para tal função.

Conforme Covre (1982), a década de 60 caracterizou-se por uma elevada expansão dos cursos de administração no Brasil, incluindo cursos de pós-graduação e até mesmo, de mestrado, ofertados pela Fundação Getúlio Vargas – FGV que veio a tornar-se um centro formador de professores para as demais instituições de ensino.

De acordo com a autora, o ensino de administração sempre esteve relacionado ao desenvolvimento do país, no qual se destacam grandes momentos históricos, sendo os principais o governo de Getúlio Vargas e o governo de Juscelino Kubitschek. Pois o primeiro possuía um caráter nacionalista e o segundo, internacionalista focado na abertura econômica.

Analisando-se historicamente, é perceptível a mudança da matriz econômica, procedendo de um estilo econômico agrário para uma economia pautada na indústria, vindo a ser confirmado pela instalação de empresas estrangeiras durante as décadas de 60 a 80, perfazendo o que chamaram de milagre econômico e, é importante citar que, em meio a este desenvolvimento econômico surgiram consequências graves na área ambiental o que originou o nascimento de um movimento contra os efeitos negativos do crescimento industrial (LAYRARGUES, 1998). E, partindo do princípio de que “o crescimento econômico deveria voltar-se para valores qualitativos e não apenas para os quantitativos” conforme afirma Layrargues (1998, p. 26). Percebe-se então que, a Revolução Industrial trouxe uma concepção mecânica do homem, estendendo esta para a natureza, comparando-os a uma máquina. E, além disso, retirando dos homens a humanidade, tornando-os escravos do capital e da acumulação desenfreada com a realização de tarefas mecanizadas impostas pelo capitalismo que trouxe necessidades que só ele pode satisfazer, tornando o conceito de desenvolvimento estritamente ligado às questões econômicas tais como modernização e riquezas, buscando sempre uma expansão sem fim, tendo como prova deste aspecto, o processo de internacionalização da economia. Nesta sociedade, existem fatores contrastantes ao possível desenvolvimento sendo um deles, a desigualdade social. Analisando-se a maneira como os homens antigos se organizavam em relação à sociedade e ao trabalho, percebe-se que, havia a cooperação e não somente a divisão e necessidade de acumulação, as quais tornam essa sociedade dividida, entre os que participam e os que somente assistem, ocasionando assim, a desigualdade social.

Atualmente os cursos de Administração possuem o maior número de alunos de graduação no Brasil, sendo aproximadamente 800.000 alunos matriculados nas diversas instituições espalhadas pelo país conforme se verifica no quadro a seguir:

QUADRO 12 – NÚMERO DE CURSOS SEGUNDO AS DÉCADAS

Cursos de Administração no Brasil
• Antes de 1960 -> 2 cursos • 1960 -> 31 cursos • 1970 -> 247 cursos • 1980 -> 305 cursos • 1990 -> 823 cursos • 2000 -> 1462 cursos • 2010 -> 1805 cursos

FONTE: CFA, 2010 (adaptado pela autora).

Esta afirmação também pode ser comprovada através dos dados dos cursos presenciais mais procurados em número de ingressantes no país, onde o curso de Administração detém a primeira posição há anos conforme segue o quadro a seguir:

QUADRO 13 – CURSOS PRESENCIAIS MAIS PROCURADOS

Cursos Presenciais Mais Procurados – IES – 2012
• Administração: 194.216 matrículas / 36.084 concluintes / 76.666 ingressantes • Direito: 124.041 matrículas / 15.563 concluintes / 46.812 ingressantes • Pedagogia: 80.532 matrículas / 18.600 concluintes / 33.357 ingressantes

Fonte: SEMESP, 2014 (adaptado pela autora)

Este cenário implica adotar uma visão diferente para os conhecimentos da administração que foram, em sua maioria, desenvolvidos segundo a lógica da sociedade industrial. Então, se, a sociedade antiga organizou-se em um esquema de exploração do homem pelo homem, o qual permanece até hoje, faz-se necessário a reorganização desta priorizando o homem em sua plenitude e a natureza em sua totalidade, construindo uma nova sociedade a fim de superar todo tipo de exploração, seja ela social, econômica ou ambiental propondo uma nova relação entre o homem, o ambiente e o consumo, privando por um pensamento que valorize o coletivo voltando ao caráter de subsistência e ignorando a competição, sendo necessário desfazer a contradição que existe na relação da história do ensino superior, relação que, deve equalizar o equilíbrio entre a formação das elites dirigentes, mas com a produção de conhecimentos críticos para a interpretação das relações ambientais para possíveis mudanças. Deste modo, é necessário discutir a organização curricular dos cursos superiores em administração, uma vez que, como demonstra TOZONI-REIS, (2004), quando discute a organização curricular na educação e aponta que

> A organização curricular fragmentada e desarticulada reflete a cisão histórica das atividades humanas impostas pela lógica racionalista e pela sua vertente econômica, o modelo de trabalho industrial, que coloca o indivíduo como objeto de ação parcial, obrigando-o a constituir-se em um homem dividido, alienado e desumanizado (TOZONI-REIS, 2004, p. 88).

No que diz respeito a essas relações econômicas das sociedades, Leff (2002) ressalta a institucionalização da racionalidade econômica, na qual por meio dos anseios capitalistas, articulam-se o conhecimento científico e o modo de produção com o uso da tecnologia. Neste sentido, o autor também reforça a questão da problemática ambiental, a qual vem sendo questionada como uma “crise de civilização”, suscitando indagações a respeito da racionalidade econômica e a tecnologia dominantes na sociedade globalizada. A problematização efetuada por Leff nos faz pensar na importância do papel dos indivíduos, inclusive, no papel que os empresários e futuros administradores, possuem diante o meio tendo em vista que, historicamente os fatores lucro e expansão priorizaram a lógica empresarial, ignorando questões como as desigualdades sociais, cada vez mais profundas.

2.3 A DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA NO ENSINO SUPERIOR E OS SABERES AMBIENTAIS

Em decorrência das várias mudanças na econômica e na sociedade, uma nova questão deve ser inclusa quando se trata da docência no ensino, seja ele superior ou em outro nível. Esta questão diz respeito aos problemas ambientais e a necessidade de mudança de atitudes para com o ambiente e com o próximo, ou seja, há cada vez mais a necessidade da Educação Ambiental.

Nesta pesquisa, o estudo da educação ambiental se faz presente no ensino superior de um curso de graduação em Administração de uma instituição de ensino superior da Região Metropolitana de Campo Largo, no estado do Paraná.

Segundo Hagemeyer (2010, p. 206),

> O que parece prevalecer nos ambientes educativos restringe-se apenas à difusão da identificação dos problemas socioambientais. Assim, o “o quê” e “como trabalhar” Educação Socioambiental para que ocorram mudanças de atitudes, trata-se ainda de uma incógnita para esses profissionais. (HAGEMEYER, 2010, p. 206)

Desta maneira, os docentes do ensino superior devem além de questionar, propor também, alternativas para as questões, pois não se pode mais encarar o ensino

como uma mera transmissão de conhecimentos realmente no sentido, de como, já alertava Freire (1996, p. 7) “da necessária eticidade que conota expressivamente a natureza da prática educativa, enquanto prática formadora [...] ensinar é criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção”.

Iniciamos então, a discussão deste tema tão importante para a pesquisa em questão, com uma triste afirmação devidamente embasada em constatações que podem ser verificadas em nossa realidade brasileira atual conforme muito bem elenca Pimenta e Anastasiou pois

> [...] há certo consenso de que a docência no ensino superior não requer formação no campo de ensinar [...] Nesse conceito, o professor é aquele que ensina, isto é, dispõe os conhecimentos aos alunos. Se estes aprendem ou não, não é problema do professor, especialmente do universitário, que muitas vezes está ali como uma concessão, como um favor, como uma forma de complementar salário, como um abnegado que vê o ensino uma forma de ajudar os outros, como um bico, etc. (PIMENTA; ANASTASIOU 2010, p. 36)

Diante da expansão do ensino superior no Brasil, faz-se necessário que ocorra uma preocupação no que diz respeito à didática e a formação dos docentes que compõe a classe. Neste sentido, faz-se importante citarmos a Conferência Mundial sobre Ensino Superior realizada em Paris em 2009 pela UNESCO. O evento tratou de propor recomendações sobre as novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social, ressaltando a importância e a necessidade de investimentos na educação, a qual é um bem público que todos têm direito (MEC, 2016).

A importância da didática no ensino também pode ser evidenciada através da Lei número 9.394/96, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional onde: “A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado” (PLANALTO CIVIL, 2016).

Vários são os cursos que surgem possibilitando esta ascensão para a docência superior, tais como: Metodologia do Ensino Superior ou Didática do Ensino Superior, licenciaturas e a formação de professores propriamente dita. Mas, para que este tema tão relevante seja compreendido de fato, se faz necessário discorrermos a respeito do surgimento da didática, palavra que significa “uma ação de ensinar” conforme Pimenta e Anestesiou (2010, p. 42) explicam, informando que, os cursos de Licenciatura tiveram início no Brasil no ano de 1934 na Universidade de São Paulo a

fim de fornecer aos bacharéis de várias áreas, conhecimentos pedagógicos para que pudessem atuar na atividade do ensino. Assim, temos a área da Pedagogia que prima pelo estudo do ensino, ou seja, a didática. As autoras ainda discorrem a respeito das vertentes com referenciais científicos que propiciaram de certa forma, a constituição do liberalismo econômico, por meio do que chamaram de “psicologia das diferenças individuais” tentando explicar inclusive, as desigualdades escolares e a própria natureza individual do ser humano (PIMENTA; ANASTASIOU 2010, p. 45).

Outro fato importante concentrou-se na década de 60, mediante o desenvolvimento tecnológico, fazendo emergir uma didática que deveria fornecer aos docentes meios e instrumentos eficientes para que estes pudessem desenvolver e controlar o processo de ensinar, com fins de melhores resultados ao final do processo. Assim,

> Nessa perspectiva de processo-produto, não cabe à Didática questionar os fins do ensino, uma vez que já estão previamente definidos pela expectativa que a sociedade (dominante) tem da escola: preparar para o mercado de trabalho. Esse passa a ser o critério de avaliação do sistema escolar. (PIMENTA; ANASTASIOU 2010, p. 47)

Percebe-se então, que, no curso de Administração, esta situação não é diferente, pois, vários são os docentes que recorrem aos cursos didáticos com o objetivo de aprender a ensinar. Porém, devemos considerar que o ensino é complexo, pois, realiza-se por professores com alunos, por isso, esta complexidade gera uma necessidade constante de atualização e dedicação, devido às diversas mudanças que ocorrem em nosso meio. Assim,

> [...] a tarefa da Didática é a de compreender o funcionamento do ensino em situação, suas funções sociais, suas implicações estruturais; realizar uma ação auto reflexiva como componente do fenômeno que estuda, porque é parte integrante da trama do ensinar (e não uma perspectiva externa que analisa e propõe práticas de ensinar); pôr-se em relação e diálogo com outros campos de conhecimentos construídos e em construção, numa perspectiva multi e interdisciplinar, porque o ensino não se resolve com um único olhar [...] (PIMENTA; ANASTASIOU 2010, p. 49)

Isto porque a didática não se restringe apenas a técnicas de ensinar, mas em todo seu contexto, permite a apropriação de ações que incidam para mudanças na sociedade a fim de provocar transformações no meio pois

> [...] à Didática caberia contribuir para o processo de democratização social e política por intermédio de uma educação pública e gratuita para a totalidade da população, capaz de responder ao desafio de pôr os professores em condições de ensinar as crianças até então excluídas e que passaram a ter acesso à escola a partir dos anos 60. Estava em questão, pois, o ensino em um novo quadro social (PIMENTA; ANASTASIOU 2010, p. 69).

A autora Veiga também contribui para aspectos do processo didático quando nos traz uma importante explicação a respeito deste porque

> O processo didático tem por objetivo dar resposta a uma necessidade: ensinar. O resultado de ensinar é dar respostas a uma outra necessidade: a do aluno que procura aprender. Ensinar e aprender envolvem o pesquisar. E essas três dimensões necessitam do avaliar. Esse processo não se faz de forma isolada. Implica interação entre sujeitos ou entre sujeitos e objetos (VEIGA 2012, p. 13).

Mas, para ensinar, se faz necessário conhecer e entender todo o contexto social, ou seja, “o destino do educando, sobre a posição que ocupa na instituição educativa e na sociedade, sobre as relações entre os seres humanos” (VEIGA, 2012, p. 20). Assim, ensinar é sinônimo de interação, de compartilhamento de conhecimentos e não, novamente ressaltamos a transmissão somente.

Freire (1996, p. 12) também afirma a importância dos envolvidos no processo do ensino, ou seja, os professores e alunos, pois, “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”.

Ainda pautando sobre o ensino, existem determinados eixos que estruturam o ensino, indispensáveis ao ato de ensinar, o qual pode ter diversos significados. Um dos principais diz respeito a tratar o ensino como uma importante prática social, que exige a interação do professor e do aluno, devidamente embasados nas demandas sociais conflitos existentes, para que se possa instigar questões críticas para construção de uma nova realidade. Outro significado trata do desenvolvimento do sujeito pessoal que existe em cada aluno, sendo esta uma das tarefas mais difíceis do professor em sua atividade (VEIGA, 2012).

Mas a didática também pode justificar-se quando pensamos que, ninguém pode ensinar o que não sabe ao certo, assim, evidencia-se a necessidade de que, todo docente, além de saber ensinar, deve também saber o que está ensinando, conhecer o objeto do estudo, para que possa provocar nos alunos, indagações com a finalidade da construção de um senso crítico, pois “formar é muito mais do que puramente treinar o educando” (FREIRE, 1996, p. 7).

Pimenta e Anestesiou (2010) trazem uma importante informação a respeito da identidade dos docentes, pois, segundo elas, essa identidade está envolta em um processo de construção do sujeito, propiciando uma dinamicidade da profissão, a qual se altera a cada nova realidade social. Então, podemos crer que, diante de uma nova realidade que se apresenta em nosso meio, ou seja, a necessidade da preocupação ambiental faz-se necessário que os docentes, inclusive os que atuam no curso de Administração, adquiram novas identidades mediante esta realidade, não ficando neutros aos acontecimentos, mas sim, críticos para que a transformação possa de fato acontecer, ou seja, que a macrotendência crítica possa realmente ser instituída conforme cita Layrargues (2014). Esta informação vem ao encontro da humanização, muito bem elencada por Pimenta e Anestesiou (2010) quando estas afirmam que a educação serve para tornar as pessoas mais participantes do meio em que vivem, gerando uma perspectiva crítica e transformadora da sociedade, tanto por docentes quanto para os discentes envolvidos no processo isto porque

> O desenvolvimento profissional dos professores tem constituído um objetivo de propostas educacionais que valorizam a formação docente não mais baseada na racionalidade técnica, que os considera meros executores de decisões alheias, mas numa perspectiva que reconhece sua capacidade de decidir. Ao confrontar suas ações cotidianas com as produções teóricas impõe-se a revisão de suas práticas e das teorias que as informam, pesquisando a prática e produzindo novos conhecimentos para a teoria e a prática de ensinar (PIMENTA; ANASTASIOU 2010, p.89).

Assim, quando o docente tem consciência da sua prática em sala de aula, torna-se possível a mudança para a transformação de que a sociedade necessita.

Segundo Veiga (2012, p.45), deve-se adotar uma educação que seja emancipatória, propiciando um “instrumento de libertação das classes sociais subalternas, dos grupos de gênero e de etnia discriminados e dos indivíduos reprimidos”, ou seja, faz-se realmente necessário um novo olhar direcionado a macrotendência crítica conforme já elencado por Layrargues ao longo do texto.

Corroborando com a mesma perspectiva, Freire alerta a respeito da educação quando afirma que

> [...] a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Nem apenas reprodutora nem apenas desmascaradora da ideologia dominante (FREIRE, 1996, p. 45).

A prática na docência se faz importante nos traz desafios referentes às demandas da educação enquanto prática, apresentadas conforme se apresenta no quadro a seguir:

QUADRO 14 – DESAFIOS DA EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA NA ATUALIDADE

Desafios da Educação
• Sociedade de informação e do conhecimento: onde conhecer vai mais além do que obter informações somente. Traz-nos a figura do professor como simples monitor que opera uma inclusão quantitativa no processo de escolaridade; • Sociedade da destruição do meio ambiental: várias formas de violência, concentração de renda na mão de poucos; destruição da vida e do meio ambiente, bem como, dominação de países e choques culturais, • Sociedade do não emprego e de novas configurações de trabalho: mercantilização e valorização do consumo

FONTE: PIMENTA; ANESTASIOU, 2010 (adaptado pela autora).

Em complemento aos desafios, se faz necessário elencarmos a configuração do ensino superior e o papel que as instituições possuem enquanto contribuintes do processo educativo isto porque

> A universidade [...] configura-se como um serviço público de educação que se efetiva pela docência e investigação, tendo por finalidades: a criação, o desenvolvimento, a transmissão e a crítica da ciência, da técnica e da cultura; a preparação para o exercício de atividades profissionais que exijam a aplicação de conhecimentos e métodos científicos e para a criação artística; o apoio científico e técnico ao desenvolvimento cultural, social e econômico das sociedades. O ensino na universidade caracteriza-se como um processo de busca e de construção científica e crítica de conhecimentos (PIMENTA; ANASTASIOU 2010, p.103).

Assim, não se pode mais ter a visão de apenas repassar o conteúdo, tornando o aluno um objeto, mas faz-se necessário ensinar este aluno a pensar, não de maneira mecanicista, mas sim, de forma crítica e desafiadora sendo que, uma vez aprendido, é possível dar continuidade no processo de reflexão (FREIRE, 1996).

Mas também não podemos culpar os docentes por isso, tendo em vista que, na maioria das vezes, não lhes são dados instrumentos para que possam adentrar realmente na docência de maneira correta. Desta forma, a construção da identidade do docente se faz necessária e deve ocorrer através de certos elementos tais como: formação acadêmica, conceitos, conteúdos específicos, ideal, objetivos, regulamentação, código de ética.

Porém, ao longo dos últimos anos, surgiram alternativas para que estes elementos sejam repassados e possivelmente entendidos pelos docentes. Dentre as alternativas, podemos citar a inclusão da disciplina de metodologia do ensino superior que, mesmo apesar da pequena carga horária que varia entre 60 a 80 horas, se trata às vezes, da única oportunidade que o docente tem para o contato com ações relativas ao ensino. Também podemos incluir como alternativa, a educação continuada para os docentes de ensino superior, através de um processo pedagógico de preparação. Mas estes aspectos podem ser questionáveis, tendo em vista que, na maioria das vezes, a inserção do docente na instituição de ensino superior se dá através de concurso ou convite, não existindo uma organização que permita o esclarecimento de dúvidas (PIMENTA, ANESTESIOU, 2010). Se junta a tudo isso também, o fato de que, a maior parte dos docentes que atuam no ensino superior é considerada como horista.

Em relação ao regime de trabalho que o docente do ensino superior pode atuar tem-se: integral, parcial ou horista. Onde, aos integrais, geralmente possuem em torno de 40 horas e possuem dedicação exclusiva para as atividades de ensino, pesquisa e extensão na instituição. Já os parciais, possuem aproximadamente 20 horas para dedicarem-se às tarefas de docência e institucionais, enquanto que os horistas comparecem na instituição para somente ministrar as aulas as quais são a ele repassadas, na maior parte das vezes, conforme já verificado ao longo deste capítulo, após um longo dia de jornada em outro trabalho. A este modelo, acrescenta-se também, o fato de que, o ensino é ocorre na maioria das vezes, de maneira fragmentada, dividindo o saber em áreas que fazem com que o todo possa não ser entendido como deveria. Por isso se faz necessária a mudança de uma concepção “bancária” para uma concepção problematizadora, que seja realmente capaz de provocar mudanças na sociedade isto porque

> A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtos desta realidade e se esta, na “invasão da práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens (FREIRE, 1987, p. 48).

Mas, precisamos investigar o que os documentos legais discorrem a respeito da Educação Ambiental e se é dada realmente a importância necessária para a contribuição da construção de sujeitos atores da sociedade.

2.4 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DO ENSINO SUPERIOR SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Em relação ao ensino superior, faz-se necessário que a educação ambiental se consolide de maneira coerente e não somente através de uma disciplina, embora a legislação autorize a criação de disciplinas nos cursos superiores, mas sim, por meio da integração do currículo como um todo.

Porém, o que se percebe nos cursos de Administração é que a questão ambiental é tratada conforme a macrotendência pragmática, ou seja, através de uma cobrança da sociedade para que as empresas se tornem responsáveis e pratiquem ações que sejam direcionadas para tal fim.

Analisando-se as políticas e demais documentos sobre a educação ambiental no âmbito do ensino superior, temos conforme demonstrado no quadro 9 a seguir, as competências e habilidades elencadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Administração, 2005.

QUADRO 15 – COMPETÊNCIAS E HABILIDADES – DCN'S

Competências e Habilidades – Diretrizes Curriculares Nacionais
• Reconhecer e definir problemas, estratégias, processo produtivo, processo de tomada de decisão; • Comunicação e negociação; • Produção e seu gerenciamento; • Raciocínio lógico, crítico e analítico expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais; • Vontade de aprender, abertura às mudanças; • Transferir conhecimentos e experiências; • Desenvolver e aplicar projetos, • Consultoria em administração.

FONTE: BRASIL, 2005 (adaptado pela autora).

Podemos observar que somente no parágrafo quarto é que se menciona o contexto social, mas limitado ao raciocínio lógico e analítico e não humano e, considerando que as diretrizes têm como objetivo, a instrução do ensino para uma organização curricular devidamente coerente e conjunta ao projeto político pedagógico, afim de que, o curso forme profissionais aptos a atuarem no mercado de trabalho identificamos que, se não existe uma orientação a ser considerada para um projeto com inserção de questões ambientais, logo os futuros gestores não serão educados de maneira coerente a nova necessidade/realidade. Em consonância com o projeto político pedagógico, as diretrizes devem servir para a articulação de

orientações visando formar os futuros gestores dentro dos parâmetros estabelecidos. De acordo com o artigo quinto das DCN's do curso de Administração a necessidade de que seja contemplado no projeto político pedagógico do curso conteúdos que estejam relacionados com a realidade segundo uma "perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio através da utilização de técnicas inovadoras" para atender aos diversos conteúdos de formação tais como: básica, profissional, quantitativos e complementares (CNE/CES, 2005).

Na década de 1990 quando o Governo brasileiro implantou um sistema de avaliação dos cursos superiores regulamentado pela Lei 9.131 de 24 de novembro de 1995 atribuindo ao então Ministério da Educação e do Desporto atribuições como formular e avaliar a política nacional de educação. Essa lei estabeleceu o Exame Nacional de Cursos (ENC), que ficou conhecido popularmente como Provão. Na sequência, foi criado o então SINAES, o qual instituiu o novo instrumento de avaliação conhecido por ENADE (ALVARÃES, 2009).

Sendo que, um dos pontos a serem avaliados diz respeito ao projeto político pedagógico. Documento em que constam todos os aspectos necessários a respeito do curso em questão. Tomando como base o projeto do curso de Administração, temos o perfil do egresso conforme as diretrizes curriculares nacionais do curso, o qual enseja que

> Art. 3 O Curso de Graduação em Administração deve ensejar, como perfil desejado do formando, capacitação e aptidão para compreender questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento, observados níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como para desenvolver gerenciamento qualitativo e adequado, revelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do administrador (BRASIL, 2015).

Outro ponto importante diz respeito aos conteúdos a serem abordados ao longo do curso, os quais foram definidos nas Diretrizes onde tais conteúdos abordados revelassem relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio, por intermédio da utilização de tecnologias inovadoras e que atendessem aos seguintes campos de formação (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2015):

I – Conteúdos de Formação Básica: relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas;

II – Conteúdos de Formação Profissional: relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços;

III – Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias: abrangendo pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração e,

IV – Conteúdos de Formação Complementar: estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando.

Todos os campos de formação são essenciais para a formação do administrador, no entanto, o item IV menciona estudos de caráter transversal e interdisciplinar, do mesmo modo, que a Política Nacional do Meio Ambiente, e a Política Nacional de Educação Ambiental, também recomendam.

Dentro do sistema de avaliação dos documentos e das instituições existe outro órgão importante que diz respeito ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que é responsável pelo processo de autorização e reconhecimento do curso, elencando diversos aspectos que a instituição deve observar e direcionar o projeto pedagógico da maneira como consta o instrumento elaborado pelo SINAES. Silva aponta que a

> Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e no seu Art. 3º item III, que demonstra: “a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural”. Dessa forma, verifica-se que o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior também encaminha a discussão, mas ainda são poucos os cursos superiores que se preocupam com as discussões sobre a Educação Ambiental [...] (SILVA, 2012, p. 186-187).

Diante disso, evidencia-se que a organização curricular deve compor aspectos como: matriz curricular, estrutura acadêmica, competências necessárias, perfil do egresso, ementário, bibliografia, quadro docente, recursos materiais, serviços administrativos, infraestrutura dentre outros. Faz-se importante citar que este órgão também é responsável por avaliar os estudantes do curso através do ENADE (Exame Nacional de Desempenho), ou seja, ele verifica tanto a instituição com todo o aparelho estrutural e humano, como também, os discentes, frutos da formação recebida por meio da instituição. Um ponto interessante a respeito do conteúdo do instrumento é a questão da responsabilidade social, onde um dos objetivos é “promover a responsabilidade social”. Sendo assim, não é possível promover a responsabilidade social, sem que se considere, as questões ambientais na formação.

Conforme afirma Alvarães (2009, p. 2), mesmo o presidente do INEP comentou a respeito citando que “o que podemos constatar é que, nesses casos, a educação superior brasileira está formando mais o sentido técnico, específico, do que o cidadão, imprescindível para uma vida preocupada com as questões humanas e sociais”. Apesar de o exame conter questões enquadradas nos componentes específicos (questões técnicas) e de formação geral.

Então, é ideal que a instituição inclua esta questão no projeto político pedagógico, mas que também, a pratique, de maneira que faça parte das ações tanto dos docentes como dos discentes, através da prática diária aprendida na teoria, e não apenas através da transmissão do conhecimento. Neste sentido, deixaríamos de lado a visão conservadora do docente que acredita ensinar e do discente que diz aprender. O coerente na atualidade, é que o docente conheça o projeto político pedagógico do curso e que entenda a importância de seu papel diante a formação do futuro gestor, incorporando o compromisso necessário para ensinar os atores sociais a atuarem de forma justa e cidadã.

No tocante ao curso de Administração, um fato interessante é a extinção das habilitações, pois houve uma grande proliferação destas sob várias óticas e, através da resolução CNE 01/2004, com a inexistência das habilitações, fica incumbido a cada instituição, adequar e elaborar o projeto político pedagógico a fim de contemplar linha de formação de maneira coerente e adequada ao perfil desejado do egresso. Assim, o curso deveria incluir em seus objetivos, o meio ambiental para que as organizações promovessem estratégias, questionamentos e análises considerando este meio, incluindo discussões e abordagens em disciplinas, atividades complementares e

estágios, componentes necessários da matriz curricular, visto que, em 2012 passou a existir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, conforme parecer CNE/CP número 14/2012, que versa sobre o real significado da palavra “ambiental” afirmando a importância da mobilização “dos atores sociais comprometidos com a prática político-pedagógica transformadora e emancipatória capaz de promover a ética e a cidadania ambiental” (DCNEA, 2012).

Devido ao grande número de formandos que o curso de Administração possui anualmente, é de extrema importância que o curso possua também como objetivo, o saber ser e não somente o saber agir e o saber fazer e conhecer, integrando o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes (ALVARÃES, 2009).

É importante mencionar que este profissional do futuro deve ser

> Um elemento de mudanças e transformações, sob o ponto de vista pessoal, profissional ou social. Dessa forma, suas decisões e ações não se restringem somente ao ambiente empresarial com o simples objetivo de obter lucro, mas como esse processo pode contribuir para o efeito da responsabilidade social e ambiental (NOGUEIRA; LISBOA, 2015, p. 27).

Então, devemos passar a considerar o papel do administrador como aquele que, não somente resolve os problemas, mas como um verdadeiro agente de mudanças e transformações. Aquele que faz a diferença em ambientes, inclusive, competitivos.

2.5 NOVOS CAMINHOS PARA O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

A situação em que se encontram as empresas e seus respectivos gestores é desafiadora, diante do quadro da necessidade de expansão versus a escassez de recursos, bem como, as grandes preocupações ambientais pairando como incertezas no mundo dos negócios. Diante disso, não podíamos deixar de acrescentar a este trabalho, os novos caminhos que o curso de Administração vem enfrentando e, ao discutir o tema, deve-se levar em consideração que, nos últimos anos um novo olhar por parte das empresas e instituições passou a ser considerado na atuação destas para com o meio em que atuam, pois, antigamente os recursos eram considerados infinitos e, hoje já é sabido que existe um fim. Desta maneira, percebeu-se a necessidade de adequação por parte das organizações a uma nova demanda social que passava a emergir, a qual se tornaria um desafio perante o cenário formado.

Assim, um dos principais desafios da Administração diz respeito à quebra de paradigmas, tornando possível uma releitura de formas de empreender, criar e agir, afinal, a Administração inclui o prefixo “ação” em sua palavra, ou seja, não podemos viver apenas na teoria, mas devemos agir como sujeitos incluindo as ações práticas no meio chegando até mesmo a desaprender o que não faz mais sentido (NOGUEIRA; LISBOA, 2015).

E, partindo do princípio que, um bom administrador produz uma boa organização, teríamos ao final, bons resultados para o meio ambiental, onde administrar seja uma missão e não somente um trabalho com fins de recebimento ao final do mês, pois, conforme Nogueira e Lisboa (2015), as ações das organizações tem influência na vida do planeta. Logo, quem as administra tem papel fundamental na construção de um futuro digno, o qual inclui uma nova visão, privando pela preservação de recursos e inserindo a questão ambiental para discussão.

Neste pensamento, Porto-Gonçalves alerta para este debate informando que

> O debate acerca dos limites começou a vir a público – e a se tornar um debate propriamente político – a partir de uma série de manifestações que denunciavam os riscos que a humanidade e o planeta passaram a correr em função de um modelo de desenvolvimento que não considerava devidamente os limites para a intervenção humana na natureza (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 27).

Dentre os vários materiais disponíveis sobre o tema, verifica-se que, a partir da década de 90, passa a ser considerada uma nova visão da administração, deixando de lado a máquina e o modo mecanicista de considerar a organização e as pessoas e passando a considerar a alma e o ser humano.

Diversos alertas são lançados constantemente a respeito da necessidade desta nova visão, como muito bem elenca Guevara

> [..] estamos num momento crítico da história de nossa civilização na qual desponta a Aurora da Era Consciente, e em que, como humanidade, estamos assumindo um papel cada vez mais ativo em nossa própria evolução, fruto, em boa parte, dos acelerados avanços da Ciência e da Tecnologia, e do desenvolvimento da Sociedade em Rede e da Aprendizagem Distribuída em Tempo Real (GUEVARA, *et al* 2009, p. 1).

Várias são as formas de pensar e atuar diante de determinadas situações, especialmente no que tange ao gestor, afinal, ele detém, de certa maneira, o poder.

Layrargues discorre muito bem a respeito destas diferentes formas conforme segue

> Um determinado empreendimento pode representar lucro para empresários, emprego para trabalhadores, conforto pessoal para moradores de certas áreas, votos para políticos, aumento de arrecadação para governos, melhoria da qualidade de vida para parte da população e, ao mesmo tempo, implicar prejuízo para outros empresários, desemprego para outros trabalhadores, perda de propriedade, empobrecimento dos habitantes da região, ameaça à biodiversidade, erosão, poluição atmosférica e hídrica, desagregação social e outros problemas que caracterizam a degradação ambiental (LAYRARGUES, *et al* 2014, p. 120).

A necessidade de considerar os diversos olhares passou a ser vista de uma maneira mais séria pelas empresas, bem como, pelos seus *stakeholders*[3], pois se faz necessário que todos que tenham ligação com as empresas estejam interessados no desenvolvimento ambiental, pois são parceiros e exercem funções que corroboram para um determinado fim. Além do que, é necessário que a cultura organizacional e os gestores estejam incorporados a implementar a mudança para a sustentabilidade (CEBDS, 2015).

Desta maneira, passou a ser relevante a questão da sustentabilidade como a esperança para um futuro digno (BRUNSTEIN, GODOY, SILVA, 2014). E, nessa esperança, enquadra-se como um dos agentes de mudança, o ensino da administração, pois, este tem grande força para contribuir na formação de indivíduos questionadores e ativos isto porque

> O caminho para uma sociedade sustentável é traçado à medida que se desenvolvem práticas educativas que introduzam atitudes reflexivas sobre os efeitos gerados pelas ações e pelas atitudes utilitaristas dos indivíduos (JACOBI, 2005 *apud* BRUNSTEIN, GODOY, SILVA, 2014).

E, mesmo com limitações, em 2012 ocorre uma regulamentação sobre a Educação Ambiental no ensino formal

> O parágrafo da Lei n. 9.795/2012 encerra que a educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo, mas faculta-se a criação de uma disciplina específica nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas aos aspectos metodológicos da educação ambiental, se necessário. A educação ambiental passa assim a fazer parte do currículo da educação superior. O parágrafo 11 da lei regulamenta ainda que cursos de formação docente em todos os níveis preparem esses profissionais para

[3] Acionistas, reguladores, fornecedores, governo e órgãos públicos. Compreende a todas as partes interessadas na empresa (CEBDS, 2015)

> tratarem o tema em todas as disciplinas (JACOBI, 2005 *apud* BRUNSTEIN, GODOY, SILVA, 2014 p. 103).

Percebe-se então, que a necessidade de reintegrar o ser humano com a natureza e com seus semelhantes passou a ser reconhecida, de maneira sútil, sem a inserção do tema na cultura da própria instituição de ensino, e apenas em algumas disciplinas eletivas, mas com aportes para uma melhor inserção no futuro porque a tratativa da questão ambiental, seja em empresas, seja em escolas na atual modernidade, "exige um novo perfil de profissional que consiga articular e organizar uma estrutura que comporte a efetiva condução de toda a organização rumo à responsabilidade social e ambiental" (BRUNSTEIN, GODOY, SILVA, 2014, p. 110).

Neste sentido, a afirmação elencada pelos autores reflete de maneira justa e coerente a indagação a que a sociedade passou a submeter-se nos últimos anos, devendo analisar e pensar a respeito de aspectos positivos, mas também, negativos que criou, mediante a produção de riscos e do avanço da degradação ambiental e das desigualdades entre as regiões (BRUNSTEIN, GODOY, SILVA, 2014).

Aos poucos, ocorre uma nova transformação nas organizações, possibilitando questionar aos padrões industriais e de consumo praticados

> A mudança cultural, por sua vez, aponta para a necessidade de renovação do código de valores dominante na sociedade no sentido da construção de uma nova ética que valorize não apenas a vida humana, mas a vida não humana (LAYRARGUES *et al*, 2014 p. 94).

Desta forma, a responsabilidade passa a fazer parte da nossa vida, deixando de ser distante os nossos ideais (GUEVARA *et al*, 2009).

No que concerne às instituições de ensino superior, já existem iniciativas e ações que se fizeram presentes neste novo cenário podendo-se citar, conforme Rupea

> O movimento de um grupo de universidades do estado do Espírito Santo (Teia Universitária, rede de Instituições de Ensino Superior – IES apoiada pela iniciativa privada) que elaborou a Carta de Linhares (2006), a qual tem entre seus compromissos a incorporação da dimensão ambiental nas políticas internas das IES; a transversalidade da EA no ensino, pesquisa, extensão e gestão; a criação de espaços para a ação e para uma interlocução qualificada tanto intra como interinstitucionais; a proposição de políticas públicas estaduais por meio da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do estado (Decreto 4.281/02); e a criação de uma Comissão Permanente de Educação Ambiental COPEA), para a implementação da EA em todas as atividades das IES. No que diz respeito ao nível internacional,

> merece destaque o projeto da Rede ACES – Ambientalização Curricular do Ensino Superior, constituída por 11 universidades de 7 diferentes países, entre as quais 3 IES públicas brasileiras (RUPEA, 2007, p. 6).

Após a ECO 92 também foi criada a CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável), diz respeito a uma associação civil sem fins lucrativos, instituída em 1997 por um grupo de grandes empresários brasileiros preocupados com a sustentabilidade e seus desafios na gestão. Esta associação reúne atualmente mais de 70 grupos empresariais brasileiros responsáveis por mais de um milhão de empregos diretos.

Esta instituição foi a pioneira a trabalhar dentro do conceito da importância em se trabalhar considerando os três pilares ambientais: econômico, social e ambiental. Atualmente é reconhecido como o principal representante do setor empresarial na liderança do processo de mudança (CEBDS, 2015).

Além desta instituição, é interessante também discorrer a respeito do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Trata-se de uma organização não governamental criada em 1998 por um grupo de empresários e executivos da iniciativa privada que tem em sua missão e visão: “A tarefa de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável.” (ETHOS, 2015).

Portanto, pode-se verificar que realmente algumas iniciativas já foram tomadas e continuam sendo praticadas para a mudança do mundo mecanicista e fragmentado, porém, a maior parte dessas alternativas busca desenvolver tecnologias para a obtenção de mais lucros, mas somente a partir da resolução de problemas pontuais, ou seja, ainda existe a persistência de uma visão conservadora e até pragmática da questão ambiental.

Isso pode ser comprovado de certa forma, por meio de informações como as de que já existem comprovações de que as empresas que atuam de maneira ambiental declararam que os investimentos crescerão nos próximos dois anos em 82%, deixando-as satisfeitas tanto em termos financeiros como em termos sociais (CEBDS, 2015). Isso se dá em virtude de que estas organizações “observam a sustentabilidade sob uma nova perspectiva, que abre oportunidades para crescimento, diferenciação e inovação” conforme informações constantes no relatório da CEBDS (2015, p. 46). Tal perspectiva está sendo chamada de “segunda onda da sustentabilidade”, a qual deve ter como foco os problemas sociais de uma maneira

mais abrangente e profunda, para além da organização e também considerar a sustentabilidade como peça fundamental das estratégias da empresa.

Analisando profundamente esta perspectiva, se os reais objetivos fossem realmente a resolução de problemas ambientais sem a total preocupação somente com o lucro, esta se tornaria interessante, pois, poderia vir a ser enquadrada como na passagem da macrotendência pragmática para a crítica, buscando

> Maximizar o ciclo de vida dos produtos por meio de reparo, atualização, revenda e manufatura, para manter os produtos com utilidade econômica por mais tempo, sem a necessidade do consumo de recursos naturais adicionais (CEBDS, 2015, p. 46).

Nesse sentido, surge a inovação no desenvolvimento dos produtos, sob a ótica de um maior ciclo de vida dos produtos, para que possam ser utilizados por mais tempo e por vários e diferentes usuários. No entanto, é necessário estar atento as diferentes propostas empresariais, em especial refletindo sobre quem nos propõem, pois como afirma Gonçalves (2004), para nos desviarmos dos caminhos fáceis que a mídia e as empresas tem nos oferecido.

Desta maneira, é importante que este novo olhar não se trate apenas de, como Porto-Gonçalves (2004, p. 17) chama de “ecologismo ingênuo, embora muitas vezes, bem-intencionado. O que se faz necessário, é sermos críticos e irmos à busca da profundidade das informações, buscando analisa-las com senso crítico, porque somente desta maneira, é que poderão ocorrer mudanças pois

> O debate ambientalista adquire fortes conotações esquizofrênicas, em que a extrema gravidade dos riscos que o planeta enfrenta contrasta com as pífias e tímidas propostas do gênero “plante uma árvore”, “promova a coleta seletiva de lixo” ou desenvolva o ecoturismo. Desta forma, aquele estilo de consumo e modelo de produção que nos anos 1960 se chamou criticamente de “lixo ocidental” – agora mantido sem crítica (...). Nos anos 1980, caminhamos para a ideia de desenvolvimento sustentável e, na década de 1990, para a ISO 14000, selo verde, projetos de coleta seletiva ou de ecoturismo. Entretanto esse é um projeto de globalização que vem sendo construído por cima, pelos de cima, para os de cima [...] (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 18).

É importante analisarmos os reais objetivos que as empresas possuem em se tratando das questões ambientais, pois, existem soluções que são encontradas para os problemas sociais, tais como, programas governamentais focalizados, subsídio fiscal às empresas privadas que atuam no combate à desigualdade, dentre outros.

Também existem empresas que utilizam a responsabilidade social tão somente como um *marketing* comercial (SOUZA, BÔAS, ENS, 2012).

Este mesmo autor salienta a importância de construir um significado comum, tratando-o como a formação de uma comunidade que dá sentido a vida, e pode ser reinventada sempre, de modos diferentes, por diferentes pessoas, com comportamentos diferentes, onde o consumidor adquira consciência e seja influenciado realmente pelas questões ecológicas e sociais. Alencastro (2015) discorre a respeito deste consumidor verde que passa a incluir a análise ética dos produtos que deseja adquirir em seu processo de compra passando a relevar a preocupação com o bem-estar do próximo, conforme segue

> O consumidor consciente é aquele que tem a capacidade de decidir o que e como vai consumir e qual será a origem do produto e/ou serviço a ser consumido. Cabe a ele buscar, em termos aristotélicos, a justa medida entre sua satisfação pessoal e os ditames da sustentabilidade, sempre avaliando o impacto de suas ações de consumo sobre a natureza e a sociedade. Dessa forma, seu posicionamento ético de inclinará pela adoção de atitudes que evitem o desperdício ou o gasto desnecessário de um material, de modo a utilizar os recursos de forma sustentável (ALENCASTRO 2015, p. 98).

O que podemos verificar, pelo discorrido até aqui, é que em relação as questões ambientais, há muitas representações sociais, que vão sendo construídas, e disseminadas nas diferentes sociedades, que atendem os interesses de determinados grupos sociais, e que estão circulando entre nós por meio das diversas formas de comunicação. Assim, são criadas e recriadas. Porto-Gonçalves (2004, p. 63) explicita muito bem a respeito das representações que cada povo possui quando afirma que “na medida em que os diferentes povos com suas diferentes culturas atribuem sentidos diferentes a essas diferentes qualidades que a natureza do planeta, em grande parte, desenhou”. Cabe então aos docentes ficarem atentos, as “abordagens ingênuas, que em nada contribuem para solucionar os graves problemas socioambientais do período em curso”, como aponta Silva (2012, p,76), e ainda, não produzirem Representações Sociais em suas práticas docentes. Isso porque o conhecimento é produto de uma interação e está ligado a interesses e expressões tais como, satisfação, frustação, motivação dentre outros (MOSCOVICI, 2013).

2.6 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COMO CONCEPÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

A escolha teórica e metodológica das representações sociais se dá por entendermos, que são de extrema relevância no sentido de identificar o que as pessoas possuem como visão de mundo. Esta pesquisa trata de verificar como os docentes de um Curso de Administração enxergam a educação ambiental, pois, conforme afirma Reigota

> Há uma tendência a que as nossas representações sociais de meio ambiente tenham relação direta com a nossa prática de educação ambiental, muitas vezes dando preferência apenas aos aspectos conservacionistas e preservacionistas. Perceber isto constitui-se em um passo importante para o avanço e ampliação de nossas práticas ambientais. Sendo que, a maneira de agir de cada um tem grande influência nas relações entre as pessoas e destas com a natureza (REIGOTA, 1999, p. 81).

Nesse sentido, Porto-Gonçalves (2004, p. 14) cita a respeito da construção de uma nova comunidade diante das várias mudanças que ocorrem diariamente onde "todos os dias recebemos, via satélite, pelos meios de comunicação, o mundo editado aos pedaços, o que contribui para que construamos uma visão de mundo".

No que tange à docência, neste caso, no ensino superior, conforme já afirmava Freire

> Às vezes, mal se imagina o que pode passar a representar na vida de um aluno um simples gesto do professor. O que pode um gesto aparentemente insignificante valer como força formadora ou como contribuição à do educando por si mesmo (FREIRE, 1996 p. 25).

Deste modo, as representações sociais também se referem a gestos e palavras que se tornam comum ao meio em que as pessoas vivem e podem surgir também por conta de uma insatisfação, por isso Moscovici (2013, p. 16) afirma que "os fenômenos das representações estão ligados aos processos sociais implicados com diferenças na sociedade". Neste sentido, as representações sociais procuram estabelecer uma espécie de conversa entre o homem e a sociedade, tendo em vista que existem interesses diferentes.

Diante disso, vamos criando e recriando representações sociais, e substituindo conceitos científicos pelo senso comum. Pois segundo Moscovici, (2013, p. 08), as representações sociais, que são sustentadas pelas influências sociais da comunicação, como a mídia, por exemplo, e se constituem a partir das realidades de nossas vidas cotidianas, e servem para estabelecer associações, com as quais nos comunicamos e nos ligamos uns aos outros.

A palavra representação está relacionada com representar, no sentido de uma visão de mundo, um pré-conceito ou uma ideia a respeito de. A ideia de representação social vem de encontro com o sentimento de pertencer a um determinado grupo, tendo em vista que ela é fruto da sociedade e produto das relações sociais e espaciais, portanto, temporais, levando-se em consideração que a soma destes elementos se permeia por tensões. Teve início com os estudos de Serge Moscovici e Denise Jodelet, a partir da década de 60 (PLACCO, BÔAS, SOUZA, 2012).

As representações sociais são construções da mente a fim de interpretar a realidade para orientar um comportamento ou prática. Como são construções, estão, portanto, em constante movimento e transformação (MOSCOVICI, 1978).

Neste sentido, as implicações causadas por estas tensões fazem com que a sociedade passe por diversas mudanças ao longo das épocas, as datas são ferramentas expressivas na importância do entendimento da visão de mundo a respeito das coisas, pois são, geralmente, produzidas sempre com alguma intenção. A conexão com a representação social diz respeito à importância da investigação da origem das coisas, não sendo passivos diante das situações que nos sãos colocadas diariamente sendo que, para compor o processo histórico, é possível fazer uso de instrumentos como fotografias, pinturas e imagens em geral. Devemos questionar sempre porque, quem e como foi reproduzida determinada imagem afim de que se possa entender a verdade que se pretendeu passar através desta, pois, todo ponto de vista pode ser manipulado, uma vez que as imagens podem também ser recortadas e manipuladas de acordo com os interesses de quem as divulga tornando assim, um processo de construção de formação de novas estratégias para mudar as representações das pessoas (ENS, BÔAS, BEHRENS, 2013).

Para entendermos a relação da psicologia com a visão de mundo proposta pelas representações sociais, devemos levar em consideração que o ser humano é um animal social e como é formada a relação entre ele e a sociedade, além de compreender o comportamento deste quando está inteirado em seu meio, uma vez que, a vivência em sociedade interfere nos padrões e pensamentos do indivíduo, provocando reações de acordo com o meio em que está inserido a fim de fazer parte deste meio. Isso se caracteriza por um processo de interdependência, conformidade e influência entre as pessoas que se comunicam, onde, fugir de um determinado padrão significaria a exclusão de fazer parte de determinado grupo o que faz com que, desenvolvamos atitudes, crenças e valores em relação aos objetos do meio social,

propiciando assim, um processo de socialização, tendo a sociedade neste contexto como, um conjunto de papéis sociais e posturas sendo relevante o respeito às diferenças (MOSCOVICI, 2013).

Historicamente, a forma de pensar a natureza traduz uma mudança de sociedade feudal para capitalista, como fruto da Revolução Industrial, mas faz-se necessário refletir sobre a produção dos bens, uma vez que, esta propicia uma relação entre o capitalismo e a identidade do ser humano, afetada por uma comunicação em massa que é visível por toda parte. A necessidade de lucro instituída especialmente a partir da Revolução Industrial fez com que o ser moderno tenha a necessidade de destruir tudo o que existe a sua volta a fim de conquistar poder e dinheiro. A industrialização, ferramenta destinada a alcançar este fim, trouxe a racionalização e também gerou um operário consumidor, criando sequelas tristemente vivenciadas por uma grande maioria da população, tal qual prioriza o consumismo irracional, deixando de lado a importância de um consumo consciente. As sequelas podem ser várias, sendo uma das principais a desigualdade social. Neste sentido, a sociologia deve enquadrar-se como uma ciência que surge em meio a uma crise fazendo com que nos questionemos se ensinamos conhecimentos científicos ou representações sociais (MOSCOVICI, 1978).

As representações se formam a partir de dois processos: a ancoragem e a objetivação. Segundo Moscovici (2013, p. 24) “ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa”. Desta maneira, tornamos o desconhecido em algo familiar. Já a objetivação “é descobrir a qualidade icônica de uma ideia ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem. Comparar é já representar, encher o que está naturalmente vazio, com substância (MOSCOVICI, 2013, p. 72). Assim, atribuem-se sentidos concretos às palavras e ideias que circulam na sociedade em determinado em momento da história. É importante salientar que, na objetivação, a intervenção social assume funções importantes e distintas sendo a primeira, de organizar o conhecimento, e a segunda, de dar forma a esse conhecimento. Através destas funções, a objetivação assume a concretização, a fim de facilitar uma possível materialização ou até, uma melhor visualização do conceito reificado (PLACCO, BÔAS, SOUZA, 2012).

Além desses processos também é importante levantarmos os conceitos das três dimensões que Moscovici (1978, p. 67) muito bem coloca como “universos de

opinião". Temos então, a atitude, a informação e o campo de representação ou imagem.

A atitude trata da dimensão mais duradoura que está presente nas representações sociais, tendo em vista que antecede as demais. Ela é mais estruturada e integra os níveis afetivos e emocionais do indivíduo. Já a informação concerne ao conhecimento que o indivíduo possui sobre o objeto representado, sendo possível variar de acordo com os grupos sociais e os meios de acesso. Remete à qualidade e também, à quantidade de informação que os indivíduos detêm e suas respectivas características. E, no que diz respeito ao campo de representação ou imagem, este constitui a organização dos elementos que compõem a representação social, fazendo parte deste, o espaço e o tempo e demais elementos que possam contextualizar o objeto a ser representado (MOSCOVICI, 1978).

Essa afirmação vem ao encontro ao que pretende ser discorrido na presente pesquisa, porque, diante de todas as diferenças e desigualdades sociais existentes, muitas delas originadas conforme explica Leff (2009, p. 27) devido ao "modo de produção fundado no consumo destrutivo da natureza que vai degradando o ordenamento ecológico do planeta Terra e minando suas próprias condições de sustentabilidade [...] desta maneira, o sistema capitalista rompeu a harmonia entre os sistemas naturais e as informações sociais" de modo que entender as representações sociais, ou seja, tudo o que nos cerca e nos atinge é de extrema importância para podermos compreender a formação humana e ambiental e até mesmo, para podermos construir novos conhecimentos e nos tornarmos mais críticos e conscientes de uma nova cidadania, atuando como sujeitos participativos. Leff (2002, p. 21) ressalta a questão de que "as práticas produtivas, dependentes do meio ambiente e da estrutura social das diferentes culturas, geraram formas de percepção e técnicas específicas para a apropriação social da natureza e da transformação do meio". Assim sendo, devem-se propiciar novas possibilidades para soluções dos problemas e também, adquirir outros comportamentos diante da sociedade, pois é necessário que o ser humano passe a ter consciência de que os recursos naturais são finitos e por isso, deve assumir outro papel, repensando as práticas do cotidiano (REIGOTA, 1999).

Em termos ambientais, a representação social do meio ambiente é tida como algo novo, principalmente no que diz respeito à escola, mas nem por isso, deixa de ser necessária, para "se entender como esses atores sociais estão captando e

interpretando as questões ambientais, e de certa forma, como pensam e agem em sua realidade próxima" REIGOTA (1999, p. 71).

No que diz respeito ao curso de Administração, um dos desafios que o docente tem é a participação no processo de formação das representações por parte dos discentes sendo inclusos neste processo as teorias, as ferramentas, as práticas vivenciadas, as visitas e eventos dentre outros. Sendo assim, o discente vai formando a representação social de seu papel como administrador ao longo do curso (BORGES, MEDEIROS, CASADO, 2011). E, diante de todas as informações que são oferecidas pela mídia, pela família, por colegas, o conhecimento que é construído pelos docentes torna-se apenas mais um, dentre tantos que o discente recebe ao longo da vida, mas cabe ao docente construir com o futuro administrador, a consciência de que este deverá ocupar seu lugar no mundo exercendo a cidadania na prática, por meio de ações justas para que possa ter uma ação ambientalmente responsável e adequada para a garantia dos direitos de todas as espécies, incluindo assim o homem como parte da natureza. E, diante do cenário atual do curso de administração, que, de acordo com dados do relatório do Conselho Federal de Administração, verifica-se que existem aproximadamente mais de 400 cursos de administração no Brasil (MEC, SESU, 2005) sendo, portanto, de suma importância, formar indivíduos conscientes de seu papel em termos da necessidade da sociedade, pois, de acordo com o mesmo relatório apresentado, "no Brasil existem cerca de 7 milhões de empresas, sendo que 98% delas constituem-se em micro e pequenas empresas, que são as grandes empregadoras deste país, além do setor público". Outro fato relevante constatado nas pesquisas constantes neste relatório é de que o curso de administração é um dos responsáveis pela democratização do acesso ao ensino superior, tendo em vista que mais de 500 (quinhentos) mil estudantes procuram este curso. O problema está em que essa procura pelo curso está na questão de uma inclusão e ascensão social devido ao amplo mercado de trabalho, ou seja, a uma maior chance de empregabilidade. Portanto, o curso de administração é necessário, mas deve

> Formar egressos que atuem não apenas como gerentes ou como funcionários em instituições e empresas, mas que sejam capazes, diante de oportunidades identificadas, de se destacarem como empreendedores, criando assim, novas unidades de negócio, gerando novos postos de trabalho e desenvolvimento da economia de forma a aprimorar a qualidade de vida e o bem-estar social dos cidadãos (BRASIL, 2005, p. 48).

E embasando-se nesta afirmação, é necessário não somente identificar, mas também, analisar as representações sociais dos docentes do curso de Administração em relação à formação ambiental para que possam contribuir para essa formação elencada acima. Neste caso, faz-se necessário que os docentes repensem as atitudes que exercem perante os discentes, suscitando questionamentos a respeito desta ação, afim de que possam formar sujeitos conscientes e não omissos, pois, segundo Reigota (1999, p. 89) “somente sujeitos conscientes das consequências dos seus atos é que fazem a diferença na sociedade e no ambiente. Sendo assim, educadores que orientam o processo educativo tem uma responsabilidade enorme.” Essa responsabilidade diz respeito ao fato de que a educação pode e deve provocar mudanças para a construção de uma sociedade em que meio ambiente e ser humano consigam conviver em uma relação de harmonia. Assim, fica evidente a importante parcela que a escola ocupa neste processo, pois, “é um espaço privilegiado de informação, de transmissão de conhecimentos, de criatividade, de possibilidades. Deve-se trabalhar na perspectiva da superação de visões distorcidas, ingênuas, reducionistas das novas gerações”, como muito bem coloca Reigota (1999, p.68). Isso nos faz pensar na importância de ser educador e conseguir construir por meio do processo de ensino-aprendizagem conhecimentos que inspirem nos discentes, indagações no sentido da necessidade de um novo olhar perante as mesmas coisas, suscitando a vontade de compartilhar com todos os benefícios, originando um meio ambiental por que

> A escola precisa estar refletindo suas representações sociais, para, a partir delas, ir construindo novas representações e relações, mais flexíveis, mais contextualizadas, mais construtivas, mais transformadoras e que respondam com mais eficiência às perspectivas socioambientais, transformando a escola, de fato, num lugar de formar cidadãos para enfrentar as nuances da realidade brasileira e planetária (REIGOTA, 1999, p. 79).

Neste sentido, percebe-se a importância que a prática escolar possui diante da formação do discente, podendo esta contribuir ou para a formação de um cidadão que atue como coadjuvante ou, o que seria ideal, a formação de um cidadão participativo, que vise à conquista da cidadania relacionando com o meio ambiente de maneira justa e com respeito, lembrando-se da perspectiva correta a se tratar o meio ambiente, sendo este composto por pessoas e não somente aspectos naturais (REIGOTA,1999).

Carvalho (2011) concorda com esta importância ao afirmar que o educador deve instigar o aluno a pensar de diferentes maneiras, ou seja, tentar ver um fato não somente através de um olhar, mas sim, de vários, provocando uma leitura diferente. A referida autora ressalta um fato importante em relação à maneira como a mídia em geral considera o meio ambiente, sendo este somente a natureza com toda a sua fauna e flora, o que pode ser considerado como uma visão naturalista, porém, é necessário reconhecer a interação que ocorre entre a natureza e o ser humano, ultrapassando a visão que ambiental, e se colocando como ambiental, uma vez que as questões sociais e culturais se relacionam diretamente com as naturais porque, "a consequência de uma visão predominantemente naturalista-conservacionista é redução do meio ambiente a apenas uma de suas dimensões, desprezando a riqueza da permanente interação entre a natureza e a cultura humana" (CARVALHO, 2011, p. 37). Fica evidente então, a necessidade de formar sujeitos críticos, capazes de analisar e interferir na situação para o bem do próximo e do ambiente como um todo, embasando-se na cidadania e na preocupação com o meio, tanto natural como sociedade, pois se faz necessário que o futuro gestor passe a enxergar o mundo de outra maneira, entendendo os diversos papéis que, tanto eles, como empresas, governos e instituições exercem na sociedade e que, "pensem, ajam e sintam de maneira diferente" (BRUNSTEIN, GODOY, SILVA, 2014, p. 25). E, as representações sociais vêm de encontro com esta premissa, pois são

> Concepções de mundo, os valores, as representações sociais, a noção de bem-estar que os indivíduos compartilham, e que os professores ensinam aos seus alunos, são construídas na teia cotidiana das conexões e das interações. Assim sendo, são construções sociais resultantes das relações de poder (LAYRARGUES ET AL, 2014, p. 55).

Por isso, é de extrema importância que o docente exerça seu papel com um caráter inovador, tratando mais profundamente as questões ambientais e, "questionando as relações sociais que engendram uma sociedade poluidora" (LAYRARGUES ET AL, 2014, p. 58). Isto porque, somente após uma conscientização dos indivíduos é que a mudança poderá acontecer, mesmo que seja a passos lentos, mas dar início se faz necessário.

Isto porque,

> A base do conhecimento é a ação prática que os homens realizam nas relações sociais, mediante instituições. As formas como os homens agem é que vão definir como será o conhecimento, como será a visão de mundo. Dessa perspectiva, as formas e práticas de interação entre professores, alunos e conhecimento tomam como ponto de partida um problema prático que ultrapassava a lógica reducionista de causa/efeito [...] ela abre um campo enorme de possíveis resultados, pressupondo novas relações professor-aluno, professor-professor, novas relações organizacionais no interior da escola, novas relações diante do conhecimento (VEIGA 2012, p. 97).

Assim, enquadra-se um novo processo na construção do conhecimento, onde os alunos devem passar a serem também os sujeitos, para que, com senso crítico, possam provocar mudanças, daí a importância dos docentes como auxiliares neste processo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No intuito de comprovar a necessidade de preparar os futuros administradores apresentando a eles questões ambientais para que se tornem críticos e proporcionem mudanças no meio em que vivem, buscaram-se certos procedimentos metodológicos e é exatamente neste sentido que se constata a relevância da pesquisa em educação. Pois, conforme Moreira e Caleffe (2006, p. 19): “o conhecimento revelado pela pesquisa é inevitavelmente incompleto, mas ele pode e deve levar a uma melhora da qualidade de ensino nas escolas”.

A pesquisa com as representações sociais no campo ambiental tornou-se importante porque compreender as diversas representações de meio ambiente pode nos possibilitar criar situações para que as pessoas sintam-se motivadas a rever seu modo de conceber e relacionar-se com o meio e com as pessoas (TREVISOL, 2000).

Na presente pesquisa utilizou-se a teoria das representações sociais como um instrumento teórico e metodológico a fim de demonstrar o potencial que esta possui na área de educação ambiental para melhor interpretarmos as diferentes visões elencadas pelos pesquisados uma vez que, são na escola que se consolidam representações, saberes e expectativas (PLACCO, BÔAS, SOUSA, 2012).

Deste modo, a utilização das representações sociais na área da educação ambiental aponta como um método para investigar as representações que diferentes grupos sociais possuem a respeito desta área (REIS, BELLINI, 2009).

Segundo Moscovici (1995), as representações sociais podem ser analisadas enquanto processo de constituição ou como um produto em constante mutação. Para o autor, faz-se necessário encontrar a verdade e o pesquisador tem como tarefa principal, discernir qual dos métodos manterá e qual será descartado, diante de uma época de constantes mudanças, tanto intelectuais como sociais.

Reis e Bellini (2009 apud Spink 1995) apresentam várias formas para a coleta de dados utilizando a teoria das representações sociais. Em nossa pesquisa, utilizamos duas delas sendo: a associação livre ou evocação livre e os dados já disponíveis. Onde, a associação livre, se constrói a partir de um pequeno número de palavras-chave, deixando o pesquisado a vontade para mencionar palavras associadas a esta palavra estímulo. Já os dados disponíveis dizem respeito às informações de pesquisas já realizadas, bem como, dados censitários que indicam

situações e fornecem informações da população estudada. As autoras ainda salientam que a pesquisa com as representações sociais no campo ambiental:

> É importante, pois, compreender as várias representações de meio ambiente nos leva a um dos objetivos básicos da Educação Ambiental: o de criar situações para que indivíduos se sintam estimulados a rever seu modo de conceber e se relacionar ecologicamente com seu entorno. (REIS, BELLINI, 2009, p. 141).

Desse modo, procuramos analisar as representações que os docentes do Curso de Administração da instituição pesquisada possuem sobre a educação ambiental, a fim de apontar em que medida as representações sociais são integrantes e geradoras de processos de identidade, ao mesmo tempo em que também são guias ou orientadores de ações e comportamentos profissionais. Também irão contribuir para sabermos como essas representações orientam a relação dos docentes para com os futuros administradores, bem como, orientam as próprias práticas dos docentes em sala de aula (PLACCO, BÔAS, SOUSA, 2012).

Utilizamos a pesquisa exploratória, por meio do levantamento bibliográfico em várias obras, que subsidiaram nossas reflexões. Várias são as definições deste tipo de pesquisa, podemos considerar que ela se define tendo como objetivos, esclarecer, desenvolver e até, modificar conceitos até então, muitas vezes desconhecidos pelo pesquisador (GIL, 1994). Também podemos definir nossa pesquisa como qualitativa, pois de acordo com Moreira e Caleffe (2006, p. 73): “explora as características dos indivíduos e cenários que não podem ser facilmente descritos numericamente”.

Desenvolveu-se como instrumento de pesquisa, um questionário, com 12 questões, que foi aplicado, no mês de agosto de 2015, a 14 docentes e, no mês de janeiro de 2016, a 8 (oito) docentes do curso de Administração de uma Instituição de Ensino de Ensino Superior do município de Campo Largo, situado na região metropolitana de Curitiba – Paraná afim de identificar informações, opiniões e crenças a respeito do trabalho educativo. Salientamos que, este número de docentes é representativo, pois, conforme citam Peneluc e Silva (2010, p. 40) “Este fator é reforçado pela característica consensual das representações sociais, teoria que indica que não é necessário realizar grandes amostras”. Segundo Souza Filho (1995), a coleta de dados em pequenas amostras também deve ser aliada a uma forma de linguagem mais próxima possível da realidade natural onde o fenômeno da pesquisa ocorre possibilitando assim, o acesso do pesquisador à realidade vivida pelos sujeitos

e suas respectivas representações. Através do questionário foi possível identificar as várias palavras elencadas pelos pesquisados em relação à educação ambiental e à formação humana para que pudéssemos compreender as diferentes representações sociais que os docentes do Curso de Administração possuem em relação ao objeto estudado, neste estudo, as questões ambientais.

Para tanto, utilizamos a Associação ou Evocação Livre de Palavras que se trata de uma técnica de coleta proposta por Reis e Bellini (2009). Este a utilizou em seus estudos de representações sociais por parte dos respondentes associadas aos conceitos de meio ambiente e natureza. Tal técnica consiste em apresentar uma palavra geradora às pessoas e solicitar que produzam expressões ou adjetivos que lhe venham em sua mente.

Também utilizamos o software chamado IRAMUTEQ que, segundo Camargo e Justo (2013),

> viabiliza diferentes tipos de análise de dados textuais, desde aquelas bem simples, como a lexicografia básica (cálculo de frequência de palavras), até análises multivariadas (classificação hierárquica descendente, análises de similitude). Ele organiza a distribuição do vocabulário de forma facilmente compreensível e visualmente clara (análise de similitude e nuvem de palavras) (CAMARGO, JUSTO, 2013, p. 2).

Optamos pela nuvem de palavras, por ser uma ferramenta que possibilita ao leitor visualizar e compreender melhor as evocações mais presentes nas falas dos participantes da pesquisa. Este é um instrumento complementar da pesquisa, que nos auxiliou a visualizar melhor as palavras ditas, ou as evocações que foram mais frequentes elencadas pelos docentes, uma vez que, realizamos tantos vinte e dois questionários, com doze questões que nos auxiliam para a interpretação das representações sociais.

Assim, apresentamos os resultados obtidos com esses docentes, que atuam no curso de administração e fazem parte de uma instituição de ensino, a qual faz parte de uma das vinte e duas instituições de ensino superior de um dos maiores grupos educacionais do país. O primeiro curso de ensino superior desta instituição surgiu em dezembro de 1999, iniciando suas atividades acadêmicas no ano 2000. Já o curso de Administração iniciou em 2002 e, atualmente, o curso de Administração desta instituição conta com 23 (vinte e três) docentes, e aproximadamente, 280 (duzentos e oitenta) discentes, divididos em 8 (oito) períodos.

A metodologia para análise foi baseada na Teoria das Representações Sociais e no método para análise será a análise de conteúdo, pois estes são indicados para: “dizer não à ilusão da transparência dos fatos sociais, recusando ou tentando afastar os perigos da compreensão espontânea. É igualmente tornar-se desconfiado relativamente aos pressupostos, lutar contra a evidência do saber subjetivo, destruir a intuição em proveito do construído” (BARDIN, 2011, p. 34).

3.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Utilizou-se no presente trabalho como instrumento de pesquisa, um questionário elaborado a partir de algumas considerações que trazíamos a respeito da formação ambiental dos docentes que lecionam no curso de Administração da instituição escolhida. Tais considerações suscitaram indagações as quais procuramos elencar no instrumento de pesquisa, que foi respondido por vinte e três docentes do curso de Administração. Nosso instrumento de pesquisa possui dez questões abertas e duas questões fechadas, totalizando doze questões. (Vide modelo em apêndice 1). Procuramos dividir as questões em duas temáticas, sendo a primeira concernente à Educação Ambiental e a segunda, à Formação Humana. Dessa forma, a primeira questão tratou da associação livre de palavras com as quais se solicitou ao docente respondente que citasse cinco palavras que fossem consideradas fundamentais a respeito da formação do administrador relacionadas à Educação Ambiental.

Em seguida, na segunda questão procuramos identificar se o docente teve conhecimentos relacionados às questões ambientais e como esses conhecimentos foram produzidos. A terceira questão tratou da opinião dos participantes, sobre a importância da Educação Ambiental na formação do administrador.

Procurando estabelecer uma relação entre formação teórica e política dos docentes, na quarta questão indagamos sobre o conhecimento da Política Nacional de Educação Ambiental e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental e em que circunstancia conheceram estes documentos. Em complemento a esta questão, os docentes também foram convidados a mencionar algumas políticas relacionadas a questões ambientais que conhecessem e que contribuem para a formação do administrador. A próxima questão concebida teve relação com os conhecimentos ambientais considerados fundamentais para a formação do administrador segundo a opinião dos docentes. Finalizando a temática da Educação

Ambiental procuramos elaborar as questões da formação humana, sendo que, a primeira indagação tratava de investigar se os docentes tiveram conhecimentos relacionados às questões de formação humana em sua formação e de que maneira estes foram adquiridos. A próxima questão tratou da associação livre de palavras, nas quais o docente deveria citar cinco palavras que fossem consideradas fundamentais a respeito da formação do administrador relacionadas à formação humana. Solicitamos também que o docente mencionasse algumas políticas relacionadas a questões de formação humana que conhecesse e que julgava contribuir para a formação do administrador, e, para finalizarmos, solicitamos que eles elencassem que conhecimentos relacionados à formação humana consideravam fundamentais na formação do administrador.

A pesquisa com a aplicação do questionário foi realizada no período compreendido no mês de agosto de 2015 e no mês de janeiro de 2016 na instituição de ensino superior escolhida para a pesquisa onde os docentes foram convidados pela pesquisadora e também coordenadora do curso de Administração, a participarem e, após o aceite em colaborar com a pesquisa, a coordenação encaminhava um e-mail com o questionário anexado para que os docentes pudessem contribuir, sem a intervenção da figura da coordenação. No e-mail encaminhado, os docentes foram informados de que o preenchimento do instrumento deveria ser sem consulta, para que a qualidade da análise pudesse ser de certa maneira, garantida. Contamos com a participação de 22 (vinte e dois) docentes, sendo 11 (onze) mulheres e 11 (onze) homens. Salientamos que, a coordenadora, apesar de atuar como docente no curso, não respondeu ao questionário para que não corrêssemos riscos com possíveis influencias de interpretações. Assim, a faixa etária dos participantes foi de 30 (trinta) a 57 (cinquenta e sete) anos de idade. Em relação à formação no que concerne a graduação dos docentes, diversas foram as formações elencadas, sendo elas: administração, sistemas de informação, matemática, história, pedagogia, ciências contábeis, direito, agronomia, tecnologia em mecânica, psicologia, sociologia e letras. Sendo que, os anos de formação também são diferenciados variando entre 1982 até 2008. A seguir, fazemos a análise das perguntas tal qual como aparecia no questionário de forma a facilitar a visualização e compreensão das respostas obtidas.

Na questão 1 solicitamos aos participantes que mencionassem 5 (cinco) palavras que considerasse fundamental e diga respeito a formação do administrador relacionadas à Educação Ambiental:

Foram elencadas pelos docentes 44 (quarenta e quatro) palavras, conforme quadro 10 abaixo.

QUADRO 16 – PALAVRAS RELACIONADAS À EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Palavras Fundamentais Relacionadas à Educação Ambiental
• Responsabilidade (citada 6 vezes) • Sustentabilidade (citada 5 vezes) • Consciência (citada 5 vezes) • Conhecimento (citada 3 vezes) • Respeito (citada 3 vezes) • Atitude (citada 2 vezes) • Responsabilidade Social (citada 2 vezes) • Gestão (citada 2 vezes) • Segurança (citada 2 vezes) • Iniciativa (citada 2 vezes) • Preservação (citada 2 vezes) • Legislação (citada 2 vezes) • Qualidade de Vida (citada 2 vezes) • Informação • Pesquisa • Educação • Resultados • Desenvolvimento • Entendimento • Compreensão • Visão • Oportunidade • Integração meio ambiente • Trabalho • Educação • Dever • Reciclagem • Economia • Escassez • Ética • Responsabilidade Ambiental • Efetividade • ISO • Cidadania • Consumo Moderado • Formação • Responsabilidade para com as futuras gerações • Integridade • Flexibilidade • Financeiro • Meio Ambiente • Comportamento • Decisão • Sociedade

FONTE: A autora, 2015.

Ao elencar as palavras, apresentamos abaixo para uma melhor compreensão visual, a figura abaixo, com as Palavras Relacionadas à Educação Ambiental. A figura

foi elaborada, inserindo todas as palavras mencionadas pelos docentes, utilizando-se do software “Nuvem de Palavras” do programa Tagul[4].

FIGURA 3 – PALAVRAS RELACIONADAS À EDUCAÇÃO AMBIENTAL

FONTE: A autora usando programa Tagul (2016)

Analisando as palavras e a figura acima, percebe-se que as principais palavras evocadas pelos docentes no que diz respeito à Educação Ambiental foram: responsabilidade; sustentabilidade, conhecimento e consciência. Porém, não fica claro a partir das palavras evocadas, a relação ao real significado da educação ambiental e pode-se dizer que, estes docentes provavelmente não conhecem e tampouco, compreendem o conceito de Educação Ambiental. E, provavelmente, não possuem habilidades e competências técnicas e pedagógicas, revelando sérias dificuldades para tratar de questões relacionadas à educação ambiental. E, quando o tratam, podem estar direcionando para um viés relacionado às macrotendências conservadora e/ou na maioria das vezes, a pragmática. As palavras mais evocadas

[4] O software Nuvens de Palavras, com o programa Tagul. Disponível em: <https://tagul.com/cloud>. Acesso em: 02 fev. 2016.

anunciam uma relação direta com ações comportamentais, como responsabilidade, atitude, consciência, respeito, conhecimento, preservação. E também associada a sustentabilidade relacionadas a gestão e segurança social, como são divulgadas incessantemente pelos meios de comunicação em massa. Isso nos faz identificar que as representações sociais presentes nos docentes pesquisados orientam as práticas que eles possuem em sala de aula e também, verificamos a necessidade de que tais práticas sejam reformuladas, porém para isso, faz-se necessário que as ideias e experiências sejam reificadas, pois somente assim, eles poderão transmitir conhecimento e conteúdos ambientais adequados para que os futuros administradores atuem na perspectiva correta (PLACCO, BÔAS, SOUSA, 2012).

Na questão 2, perguntamos: Em sua formação teve conhecimentos relacionados às questões ambientais e de que maneira?

Dos 22 (vinte e dois) docentes participantes, 4 (quatro) afirmaram terem tido conhecimentos, porém de maneira superficial, em cursos de Pós-graduação e na prática profissional e 18 (dezoito) docentes, afirmaram não terem tido tais conhecimentos em sua formação. O que entendemos como relevante, uma vez que todas as orientações oficiais encaminham a necessidade de tratar da temática ambiental de modo transversal e interdisciplinar. No entanto, isso nos traz a seguinte indagação: como pode ocorrer a interdisciplinaridade e a transversalidade quando o professor não considera o conteúdo como importante?

Considerando a graduação uma formação extremamente importante para o indivíduo e essencial para o exercício da profissão docente, seria ideal que estes recebessem conhecimentos relacionados às questões ambientais, durante os períodos em que frequentaram a escola de ensino superior, pois existem muitos discentes que não retornam aos estudos após a graduação. Outro aspecto relevante a ser considerado, é que desde a nossa Constituição de 1988, está previsto a necessidade de a discussão ambiental estar inserida em todos os níveis e modalidades de ensino. O que significa que todos os professores, quando analisamos as datas de suas formações, a maioria (dezoito docentes) se formaram após 1988. Deste modo, poderíamos esperar que eles já tivessem tido orientações a respeito desta necessidade, tanto no período de sua formação inicial, como na formação continuada, que é uma orientação legal, prevista na lei 10.861 de 14 de abril de 2004 que trata da formação continuada de professores que atuam no ensino superior onde, no artigo V aponta-se que “as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do

corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho", deste modo, entendemos que o aperfeiçoamento dos docentes é uma condição fundamental para o exercício da docência no ensino superior. Assim, não podemos esperar que somente os cursos de especialização fossem eles, *lato* ou *strictu sensu*, é que venham fornecer este tipo de informação, tão necessária e urgente conforme já verificado anteriormente.

De acordo com o Mapeamento da Educação Ambiental em Instituições Brasileiras de Ensino Superior – RUPEA (2007), a inclusão da educação ambiental no currículo dos cursos de especialização se deu após a ECO 92 (reunião com diversos países que começaram a moldar ações com o objetivo final de proteção ao meio ambiente). Neste sentido, houve um aumento significativo do número de entidades dedicadas às questões ambientais e à produção acadêmica na área, indicando de certa maneira, uma ambientalização da sociedade imposta pelas novas demandas que emergiram.

Porém, mesmo apesar das diretrizes e orientações considerarem a educação ambiental, estas não conseguem assegurar a melhor formação do docente para atuar, de modo mais efetivo, na realidade complexa da sala de aula.

Na questão 3, buscamos compreender na opinião dos docentes, qual a importância da Educação Ambiental na formação do administrador?

Para a maioria dos docentes, 18 (dezoito), consideram a Educação Ambiental muito importante na formação dos administradores, elencando inclusive, aspectos relacionados a tal importância conforme segue transcrição: "A importância se dá porque, na atualidade, o administrador está envolto com questões de responsabilidade ambiental, portanto, o estudo da Educação Ambiental propicia conhecimento na área". E, 4 (quatro) docentes consideram-na relativamente importante.

Relacionando-se as questões 2 e 3, percebemos que, as questões de educação ambiental e de formação humana não são transmitidas aos alunos, pois, não se ensina o que não se conhece e, em segundo lugar, o que não se conhece como conceito, não se entende como importante.

Na questão 4 perguntamos se conhece a Política Nacional de Educação Ambiental e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental?

Neste aspecto, 18 (dezoito) docentes, afirmam que não possuem conhecimento algum a respeito e apenas 4 (quatro) dizem conhecer, sendo que, 1 (um) deles afirmou

saber do assunto, devido a curiosidade em ler a respeito e os outros 3 (três) conheceram por meio de estudos em especializações que cursaram.

Em relação a questão 5, solicitamos aos docentes que mencionassem algumas políticas, relacionadas a questões da educação ambiental, que conheça e que pudessem contribuir para a formação do administrador.

Várias foram as respostas citadas para esta questão conforme pode-se verificar no quadro 11 a seguir.

QUADRO 17 – POLÍTICAS E DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Políticas e Diretrizes da Educação Ambiental
• Política dos Resíduos Sólidos (citada por 7 docentes) • Lei de Crimes Ambientais (citada por 1 docente) • Educação Ambiental (citada por 3 docentes) • Política Nacional do Meio Ambiente (citada por 1 docente)

FONTE: A autora, 2015.

Ao analisar o quadro, acima, verificamos que os docentes, conhecem poucas Políticas relacionadas às questões ambientais, deste modo, vão usando frases, que lhes vem à cabeça, sem relacionar com o que foi perguntado na questão. Cabe lembrar que os professores foram questionados em relação às POLITICAS, que se relacionassem com questões da Educação Ambiental. No quadro 12 abaixo, elencamos as frases e demais informações que foram citadas pelos docentes em relação a esta questão.

QUADRO 18 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Outras Informações Sobre as Políticas e Diretrizes da Educação Ambiental
• Áreas de Proteção Ambiental; • Melhores Práticas em Gestão Ambiental; • ISO; • Saber ouvir; • Respeitar as diferenças; • Ter opinião e não ser manipulado; • Procurar o conhecimento; • Sei apenas que em alguns cursos de Administração o gestor tem uma disciplina que discute o tema; • Políticas ambientais relacionadas à geração e transmissão de energia, aplicáveis ao setor elétrico; • Resíduos sólidos, caracterizado basicamente pelo lixo não coletado e indevidamente disposto, pode atingir as águas pluviais gerando contaminação hídrica. Contribui para que vivamos em um mundo sustentável, • Um bom planejamento empresarial permite a redução de custos diretos a partir de algumas políticas, como a obrigatoriedade da responsabilidade pós-consumo nas empresas.

FONTE: A autora, 2015.

Na questão 6, questionamos que conhecimentos ambientais considera fundamentais para a formação do administrador?

Foram inúmeros e distintos conhecimentos ambientais que os docentes consideram como fundamentais para a formação do administrador. Neste aspecto elencam-se os seguintes conforme quadro 13.

QUADRO 19 – CONHECIMENTOS AMBIENTAIS

Conhecimentos Ambientais
• A discussão que leve à conscientização dos futuros administradores, principalmente em relação aos efeitos negativos sobre o meio ambiente, de atitudes comuns nas empresas; • Responsabilidade Social; • Gestão Ambiental; • Educação Ambiental; • Legislação Ambiental; • Políticas Públicas; • O principal conhecimento é a responsabilidade ambiental, principalmente para o gestor; • O real significado das transformações do nosso planeta, enquanto sustentador da vida; • Deve conhecer a Política Nacional do Meio Ambiente, para entender o desdobramento do direito ambiental no Brasil, como por exemplo, o funcionamento do SISNAMA (Sistema Nacional do Meio Ambiente); a Lei de Crimes Ambientais, a Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Modelo de Gestão Ambiental Internacional que é a norma NBR ISO 14001, que dá visibilidade e abre mercados para as organizações; • Responsabilidade Ambiental Empresarial; • Noções de cidadania e qualidade de vida, armazenagem, direcionamento e tratamento de resíduos; ética em relação à captação de insumos da natureza, processos de reciclagem e aproveitamento de materiais; • São importantes os conhecimentos sobre quais impactos as atividades produtivas causam ao ambiente e quais as medidas para mitigar estes impactos; Continua...

Continuação... • Conhecimento de ética e moral e aprender a ouvir e respeitar o próximo (empatia); • Normatizações e elaboração de projetos, • Meus conhecimentos estão relacionados ao senso comum, tais como: correta destinação dos resíduos, planejamento ambiental, economia de água, eficiência energética e conhecimento geral de políticas que promovem a educação ambiental no país.

FONTE: A autora, 2015.

Verifica-se deste modo que os conhecimentos que os docentes mencionam como importante, os próprios não possuem. Nesse sentido, apenas apontam representações sociais sobre o que pensam ser importante. E, isso nos causa preocupação, tendo em vista que o maior desafio da educação é formar indivíduos críticos para atuar ativamente na sociedade.

Na questão 7 perguntamos: Em sua formação teve conhecimentos relacionados às questões de formação humana?

Nesta questão, apenas um docente informou não ter tido conhecimentos sobre a formação humana durante a formação e os demais, informaram ter tido conhecimentos sendo estes obtidos conforme informações constantes no quadro 14 a seguir.

QUADRO 20 – FORMAÇÃO HUMANA – LOCAIS DE CONHECIMENTOS

Formação Humana – locais de conhecimentos
• Cursos de atualização (7 docentes); • Cursos de especialização (4 docentes); • No trabalho (4 docentes), • De maneira superficial (7 docentes).

FONTE: A autora, 2015.

Por meio destas informações podemos considerar que os conteúdos estabelecidos nas leis e documentos institucionais aparecem realmente apenas em tais documentos, e de maneira fragmentada, mas não chegam a integrar realmente as práticas em sala de aula, pois, como é possível informar que as questões de formação humana devem fazer parte dos currículos do ensino, se na prática e no dia a dia estes não são transmitidos aos discentes?

Na questão 8 solicitamos: Mencione 5 (cinco) palavras que considere fundamental e diga respeito a formação do administrador relacionadas à formação humana.

Foram elencadas pelos docentes 39 (trinta e nove) palavras, conforme quadro 15 abaixo.

QUADRO 21 – PALAVRAS RELACIONADAS À FORMAÇÃO HUMANA

Palavras Fundamentais Relacionadas à Formação Humana
• Respeito (citada 13 vezes) • Ética (citada 7 vezes) • Responsabilidade (citada 5 vezes) • Educação (citada 3 vezes) • Motivação (citada 2 vezes) • Cidadania (citada 2 vezes) • Caráter (citada 2 vezes) • Desenvolvimento Humano (citada 2 vezes) • Qualidade de Vida (citada 2 vezes) • Liderança (citada 2 vezes) • Criticidade • Integração • Valorização • Igualdade • Equidade • Determinação • Conhecimento • Relacionamento • Trabalho • Emancipação • Convivência • Convívio na Sociedade • Resiliência • Honestidade • Gestão por Competências • Clima Organizacional • Cultura Organizacional • Gestão de Equipes • Diversidade • Consciência • Comunicação • Mediação de Conflitos • Empatia • Andragogia • Comunidade • Felicidade • Gestão • Psicologia • Organização

FONTE: A autora, 2015.

Várias palavras foram elencadas pelos docentes e as apresentamos abaixo para uma melhor compreensão visual através da figura abaixo elaborada utilizando o *software* “Nuvem de Palavras” do programa Tagul.

FIGURA 4 – PALAVRAS RELACIONADAS À FORMAÇÃO HUMANA

FONTE: A autora usando programa Tagul, 2016.

Analisando-se a figura, percebe-se que as palavras mais evocadas pelos docentes foram na respectiva ordem: responsabilidade; respeito; ética, gestão e educação. No entanto, não fica claro nas respostas o que esses docentes pesquisados entendem como formação humana. E, se a escola tem a função de disseminar conceitos que valorizem a troca de experiências, estes docentes em questão não exercerão a função da maneira correta, o que é preocupante, tendo em vista a necessidade de cidadãos críticos e não pragmáticos, nem tampouco, conservadores.

Na questão 9, perguntamos: Em sua opinião, qual a importância da formação humana na formação do administrador?

Todos os docentes informaram considerar ser muito importante esta questão na formação do administrador. Mas isto nos provoca outra indagação: eles consideram importantes porque obtiveram conhecimentos a respeito durante a formação e por isso sabem melhor do assunto e sentem-se mais seguros? Tais respostas também nos levam a crer que estes docentes ainda consideram a escola como um modelo pautado em sua origem, ou seja, dos preceitos da burguesia, da lógica de mercado e da necessidade da formação estritamente profissional para fins de desenvolvimento do país, ou seja, uma formação de conteúdos, onde o discente é o receptor. E isso não possibilitaria o diálogo para a construção de um sujeito atuante na sociedade, ou seja, não possibilitaria a produção de uma ação de formar verdadeiramente o ser humano, tendo em vista que os discentes tem na escola uma excelente oportunidade de aprender a exercer a cidadania, desde, é claro, que sejam devidamente orientados para tal fim e, para isso, os docentes necessitariam realmente conhecer a formação humana da maneira correta e não somente, terem uma representação errônea de conceitos que nem sequer se aproximam do real significado.

Na questão 10, solicitamos: Mencione algumas políticas relacionadas a questões de formação humana que conheça e que contribuam para a formação do administrador em sua opinião.

Foram elencadas as seguintes políticas apresentadas no quadro 16 a seguir.

QUADRO 22 – POLÍTICAS DE FORMAÇÃO HUMANA

Políticas de Formação Humana
• Políticas de gestão e formação do trabalhador; • Educação Ambiental; • Estudo da ética; • Acesso à educação ligado ao conceito de formação. Nos dias de hoje o que a educação pode fazer pela formação dos indivíduos? • Direitos e deveres de cidadania, responsabilidade social (NBR ISO 16001 e ISO 26000) e princípios éticos; • Legislação trabalhista; • Inclusão de pessoas portadoras de deficiência; • Lei do menor aprendiz; • Educação inclusiva; • Combate à corrupção; • Sistema SUS; • Habilidade para solução de conflitos nas empresas, formação de líderes organizacionais e políticas de desenvolvimento de colaboradores relacionadas à inovação; • Considerar os conhecimentos, crenças, e outras questões sociais do indivíduo de tudo aquilo que ele já viveu, respeitar o seu aprendizado e conhecimento; • Desconheço qualquer normatização,

Continua...

Continuação... • Políticas educacionais, de ordem social e tecnológica, bem como outras políticas de áreas afins à de Administração.

FONTE: A autora, 2015.

Ao analisar o quadro, acima, verificamos que os docentes, conhecem poucas Políticas relacionadas às questões ambientais, deste modo, vão usando frases, que lhes vem à cabeça, sem relacionar com o que foi perguntado na questão. Cabe lembrar que os professores foram questionados em relação à POLITICAS, que se relacionassem com questões da Formação Humana.

Então, pode-se verificar que os docentes realmente desconhecem as políticas e, portanto, não irão transmitir o conteúdo correto aos discentes e, desta maneira, dificilmente irão mediar de forma crítica à relação destes com o conteúdo. Assim, não teremos alunos críticos como o desejável, mas sim, passivos e coadjuvantes da realidade social, tendo em vista que não serão capazes de refletir corretamente sobre o que tomaram conhecimento.

Na pergunta 9 questionamos: Que conhecimentos relacionados à formação humana considera fundamentais para a formação do administrador?

Foram apontados os seguintes conhecimentos conforme demonstrado no quadro 17 a seguir.

QUADRO 23 – CONHECIMENTOS DE FORMAÇÃO HUMANA

Conhecimentos de Formação Humana
• Liderança e ética; • Gestão de Recursos Humanos; • Perfis profissionais; • Gestão por competências; • Necessidades humanas; • Trabalho em equipe; • Gestão de conflitos; • Coaching executivo; • Gestão de Pessoas; • Liderança; • Gestão de Projetos; • Gestão Ambiental; • Psicologia e Filosofia; • Não tomar decisões por impulso ou opinião de terceiros que prejudique ao próximo; • Sempre perguntar ao próximo o que está acontecendo, respeito suas diferenças; • Ser ético, e ter formação de opinião, se você tem conhecimento, habilidades, deve ter atitudes também para tomada de decisões; • Conhecimentos de: ética, liderança, psicologia e comunicação, • Estudos sobre a formação humana no capitalismo, assim como das desigualdades que configuram nossa formação social e política; Continua...

Continuação...

- Técnicas de negociação, tomada de decisão, mediação de conflitos, motivação organizacional;
- A ética considero um dos conhecimentos humanos fundamental na formação do administrador, pois transforma suas ações em credibilidade no meio corporativo;
- Ética, responsabilidade social, educação ambiental, gestão de recursos humanos, valores humanos, logística;
- Considero importante o estudo mais aprofundado da ética;
- Vivemos em uma sociedade do conhecimento e a formação continuada tanto dos formadores quanto dos formandos requer habilidades, conhecimento e atitudes necessárias para formar sujeitos para essa nova sociedade do conhecimento,
- De um modo geral, não só para a formação do administrador, mas para a formação dos profissionais de todas as áreas, é de extrema importância o desenvolvimento da consciência crítica e o esclarecimento do papel social do profissional como agente de transformação da realidade. Para alcançar estes objetivos, faz-se necessário abordar a importância da Ética, enquanto norteadora das ações destes indivíduos e os impactos decorrentes destes comportamentos. Disciplinas como Ética, Filosofia, Sociologia, Psicologia, Educação Ambiental oferecem subsídios para a construção da formação humana destes profissionais.

FONTE: A autora, 2015.

Percebe-se através destas respostas elencadas acima que, a maioria dos docentes parte do princípio na necessidade do desenvolvimento para um possível lucro, ou seja, eles ainda permanecem com a mesma perspectiva da década de 60, muito bem explicada por Porto-Gonçalves

> Assim, *des*envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantêm com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destas com a natureza; é não só separar os homens (e mulheres) da natureza como, também, separá-los entre si, individualizando-os (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 39).

A representação social que grande parte possui é a de que, faz-se necessário o desenvolvimento, o que pode ser comprovado através de conhecimentos relacionados com as necessidades humanas; perfis profissionais; gestão por competências; liderança, *coaching* executivo e gestão de pessoas. A visão que eles têm é a de trabalhar as pessoas para que fiquem competentes o suficiente para conseguir adquirir habilidades e através de atitudes, colaborarem para o desenvolvimento. Sendo que apenas dois docentes citaram os demais conhecimentos que podem se aproximar de uma representação social adequada para a formação humana, quando abordam a necessidade de considerar o próximo. Porém esta situação nos preocupa, uma vez que, se os próprios docentes não entendem este conceito da maneira correta, como conseguirão então, transmitir aos futuros administradores, uma vez que, os docentes possuem um papel central no processo de ensino e são seguidos como modelos pelos discentes na maioria das vezes.

Tomando-se como base os princípios da criação dos diversos documentos da Educação, temos a premissa de que tais foram elaborados para preparar os indivíduos para exercerem a cidadania. Ou seja, é perceptível então, a contradição entre a teoria do que deveria ser com a prática do que realmente é ensinado aos discentes percebendo-se assim, que a educação que está sendo praticada pela maior parte destes docentes pesquisados não está preparando-os para uma formação humana.

Salientamos que, a educação é a chave para a inclusão pois

> […] no futuro, tanto o desempenho cidadão e a própria construção de nossas identidades como sujeitos exigirão o domínio básico dos códigos da modernidade (leitura, escrita, alfabetização científica e digital, segunda língua), e a apropriação dos valores centrais de solidariedade, respeito ao diferente, consciência e responsabilidade ecológicas. Desse ponto de vista, a educação estará no centro das estratégias de construção de sociedades justas, mediante os dois grandes pilares: em termos sociais e políticos, aprender a viver juntos, em termos cognitivos, aprender a aprender. Ambos os pilares estão intimamente associados, uma vez que o objetivo principal da educação será desenvolver processos cognitivos por meio dos quais as pessoas incorporem os valores de vinculação democrática, solidária e respeitosa com os outros (SOUSA, BÔAS, ENS, 2012, p.22).

Assim, com base nas análises feitas, responderemos a todos os objetivos específicos propostos em seu início, para que o problema inicialmente apresentado seja respondido de maneira coerente.

O primeiro objetivo específico pretendeu investigar a formação e a representação social dos docentes sobre os conteúdos para uma formação ambiental em cursos de administração. Para tanto, após a pesquisa, verificou-se que, nenhum deles enquadra-se na totalidade da macrotendência Crítica, embora 3 (três) docentes se aproximem desta quando por meio das respostas, pode-se perceber a inclusão de uma filiação político-pedagógica com viés sociológico e introdução de conceitos como ação coletiva, cidadania, conflito, dentre outros. Esta afirmação comprova-se pelo fato de que, em conjunto às demais respostas não é perceptível um caráter transformador, nem tão pouco, emancipatório que seria o foco principal da macrotendência crítica. Já em relação à macrotendência Pragmática, a maior parte dos docentes, 19 (dezenove) deles enquadrou-se neste aspecto, tendo em vista que são mais focados na obtenção de resultados; no consumo sustentável; nas tecnologias limpas e na ecoeficiência empresarial. Sobre a macrotendência Conservacionista, nenhum dos docentes entrevistados nesta fase enquadrou-se nela.

O segundo objetivo referia-se ao direcionamento para a formação ambiental descritos nas diretrizes curriculares nacionais do curso de Administração. Assim, ao analisarmos os documentos pertinentes verificamos que, no artigo 5 contempla-se a necessidade de inclusão de conteúdos que se relacionem com a realidade nacional e também, internacional. Porém não existe nada explícito a respeito da questão ambiental propriamente dita, nem no perfil do egresso, nem tampouco nas habilidades e competências descritas na referida legislação.

Já o terceiro objetivo específico pretendeu caracterizar as contribuições do curso de Administração para o desenvolvimento ambiental, por meio da análise de conteúdo, das habilidades e competências, que caracterizam a formação do administrador. Nesse sentido, pode-se perceber que, o administrador deverá ter conhecimento de seu verdadeiro papel, bem como, dos conhecimentos que lhe serão necessários e de quais habilidades lhe serão exigidas para que consiga assim, sobressair num ambiente que tem mudanças constantes não podendo esquecer que, as escolhas e decisões do individuo enquanto administrador tem impacto tanto no meio ambiente como nas pessoas no entorno da organização.

Mas, não está explícito este contexto nas diretrizes no que concerne às habilidades e competências. Existem apenas dois incisos que ressaltam timidamente a necessidade de expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais, bem como, a vontade de aprender, a abertura às mudanças e a consciência da qualidade e das implicações éticas do exercício profissional. Porém nota-se que no documento não existe nada expressivo a respeito e mais delimitado possibilitando um entendimento profundo no que concerne à educação ambiental.

Partindo-se do princípio do qual afirma Reigota (1999, p.68) “um espaço privilegiado de informação, de transmissão de conhecimentos, de criatividade, de possibilidades. Deve-se trabalhar na perspectiva da superação de visões distorcidas, ingênuas, reducionistas das novas gerações” verifica-se que os docentes participantes da pesquisa preliminar possuem uma representação social errônea do real significado da questão ambiental e, portanto, não tem como transmitir uma visão coerente para os futuros administradores. A superação proposta por Reigota só poderá vir a ocorrer, se a macrotendência crítica aflorar por completo entre estes docentes, com um caráter totalmente emancipatório e transformador, instigando os alunos a pensarem desta maneira, a serem críticos e a formular uma nova visão de

mundo voltada para, conforme cita Leff (2009), uma conscientização a fim de produzir ações para correção do meio tendo em vista que tudo o que ocorre na sociedade e no meio em que vivemos, decorre da intervenção do ser humano. Portanto, se faz necessário que os docentes do Curso de Administração da instituição pesquisada conheçam e entendam realmente os significados a respeito da educação ambiental, pois, as representações sociais, os saberes e as expectativas também podem ser consolidados na escola (PLACCO, BÔAS, SOUSA, 2012).

Temos de reverter a representação da solidariedade em nossa atual sociedade, considerada com um viés profissional e racional somente no sentido de aproximar e integrar as classes ou grupos que se unem ou se distanciam (PLACCO, BÔAS, SOUSA, 2012) e a Teoria das Representações Sociais nos auxiliam nesse sentido de percepção.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve e tem a intenção de provocar reflexões que operem mudanças nas práticas educativas sobre questões ambientais dos docentes que atuam em cursos superiores, mais especificamente em cursos de administração.

Vimos no decorrer desta caminhada, que a cada passo dado, novas reflexões e mudanças em nossa própria prática foram ocorrendo. O conhecimento nos transforma, saímos do conhecimento consensual e caminhamos para um conhecimento crítico e transformador, que ao nos transformar, transforma também o outro, ou seja, os discentes, os docentes, com quem convivemos cotidianamente em nossa jornada profissional. Mas também transforma nossas relações com fora da esfera profissional, já não conseguimos olhar o mundo, nosso entorno e nossa vida pela mesma ótica. Desenvolvemos sentidos que não tínhamos antes, o desejo de sermos atuantes, de participar, de compartilhar os novos saberes e as novas experiências.

Ao abordarmos as Macrotendências discutidas e descritas por Layrargues (2012), e confrontando as respostas dos docentes participantes, pudemos verificar que o exercício docente, não pode ser realizado sem que tenhamos clareza, de que perspectiva conceitual fazemos parte, mesmo que de forma ingênua.

Percebemos que, a maior parte dos docentes pesquisados não tem domínio do conhecimento a respeito da Educação Ambiental e, as representações sociais elencadas com a pesquisa, nos propiciaram a certeza de que, não se ensina o que não se sabe, então, as práticas pedagógicas cotidianas não estão adequadas no Curso de Administração da instituição pesquisada, pois existe uma longa distancia entre o correto e esses docentes acreditam estar correto.

Retomando o objetivo geral proposto no inicio da pesquisa, identificamos e analisamos que a formação ambiental no curso de Administração sob o enfoque dos docentes não se dá de maneira correta, tendo em vista que grandes partes dos profissionais enquadram-se na macrotendência pragmática, não tendo como passar aos discentes uma formação coerente através da prática pedagógica exatamente por não conhecerem o assunto e não dominarem para que pudessem transmiti-lo e propiciar discussões a respeito, no intuito de uma formação que pudesse transformar a realidade.

Nosso problema tratou de solucionar qual era a representação social dos docentes sobre sua formação ambiental no Curso de Administração em uma instituição particular de ensino superior na região metropolitana de Curitiba e, constatamos por meio das representações sociais que as ações desses docentes estão ancoradas nas representações elencadas na análise de resultados, as quais fizeram com que eles adquirissem determinada identidade profissional, mas é importante salientarmos que essa identidade pode e é passível de uma reconstrução, uma vez que as relações sejam entre docente e discente, bem como, entre a sociedade e o meio com um todo, podem ser construídas e reconstruídas constantemente, por meio de novos conhecimentos que gerem novas de práticas e propiciem novas ações. Isto porque, necessitamos mudar o modo como pensamos e agimos diante dos vários desafios que surgem, especialmente na questão ambiental. Em relação à contribuição para a instituição, esta poderá, a partir destes dados levantados, propor uma formação a estes docentes para que eles possam construir novos conceitos, podendo assim, representar socialmente questões ambientais de uma maneira mais coerente com o real sentido que possuem afim de que possamos superar o grande desafio de proporcionar uma realidade social mais sustentável e justa. Isto porque, acreditamos na capacidade que o docente tem no processo de criação sendo este uma espécie de construtor de uma obra que possa transformar o pensar, o organizar e principalmente, o agir dos indivíduos. É importante salientar que, o ideal de criação da mantenedora da instituição tem o viés social, com os objetivos de auxílio a comunidades carentes, então, este trabalho poderia ser um recomeço para que o ideal iniciado há anos pelo fundador, fosse retomado.

Como docente, coordenadora e agora pesquisadora, fizemos propostas de inserção de questões ambientais em diversos documentos do curso de Administração da instituição pesquisada e algumas mudanças foram aprovadas tais como: o Projeto Pedagógico do Curso de Administração foi reformulado e nele, foram inclusas questões ambientais, referentes à necessidade da formação do futuro administrador, privando também, questões sociais, humanas e ambientais em paralelo com questões de lucro, pois, conforme elencado por Barbieri no presente trabalho, os administradores são responsáveis por vários impactos ambientais visto que tratam da produção, distribuição e consumo dos bens e serviços, então, se faz necessário que considerem estas questões na tomada de decisões.

Outra mudança efetuada foi a inclusão do viés ambiental no Projeto Integrador do curso de Administração. Tal projeto visa acelerar o processo de autonomia discente, indicando a necessidade de transferir o entendimento do processo educacional para a ótica discente, a fim de trabalhar aspectos que se fazem necessários para a aquisição do saber. Apresenta uma abordagem metodológica que valoriza a integração dos fundamentos teóricos dos diversos componentes curriculares, em uma concepção interdisciplinar, afim de demonstrar que, o processo educacional isolado, disperso e fracionado não integra situações e aspectos para criar conhecimentos. Trata-se de uma estratégia de ensino-aprendizagem que tem o intuito de preparar os estudantes para solucionar holisticamente os problemas que enfrentarão no mercado de trabalho. Desta maneira, com a adaptação efetuada, o objetivo primordial será o de promover a visão integrada do conhecimento na área ambiental.

Porém, se faz necessário citar que, ao longo da pesquisa percebemos que, infelizmente não estávamos preparando futuros administradores críticos de seu papel como atores na sociedade, mas sim, indivíduos coadjuvantes que não conseguem discutir com coerência, tendo em vista que, não aprendem conteúdos coerentes, pois seus docentes não os tem, portanto, não é possível transmiti-los. Mas, nunca é tarde para que o pensamento seja alterado, para que a forma de compreender seja transformada e para que mudemos as nossas atitudes. Começamos com esta pesquisa, a qual já provocou mudanças e adaptações significativas na instituição, mas é apenas uma parte de um longo caminho do qual demos o primeiro passo. Caminho difícil, muitas vezes, doloroso, mas que, certamente, se faz necessário. Desejamos que cada um faça a sua parte, cada um procure uma nova visão da educação ambiental, assim, poderemos formar administradores conscientes e verdadeiramente críticos diante às diversas situações e que, provoquem transformações. Transformações para um mundo melhor, mais justo, mais humano. Não deixarei um ponto final, porque esta não é a intenção, mas finalizarei com uma indagação instigando futuros leitores a lutar por todos os ideais que foram elencados ao longo da pesquisa: “O que você está fazendo para melhorar o mundo?” Comece agora, olhe ao seu entorno, acredite, é possível enxergarmos de maneira diferente, por mais sofrido que seja... mas vale a pena, isso eu posso afirmar...

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Mario Sergio Cunha. *Ética e meio ambiente*: construindo as bases para um futuro sustentável. Curitiba: Intersaberes, 2015.

ALVARÃES, Alberto Carlos Teixeira. *A formação geral de estudantes do curso de Administração de Empresas*: propostas a partir das constatações do ENADE. XXXIII Encontro da ANPAD. São Paulo, setembro 2009.

ANGRAD. Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração. Disponível em: < http://www.angrad.org.br/>. Acesso em 16. Jan. 2016.

BARBIERI, José Carlos, SILVA, Dirceu da. *Educação ambiental na formação do administrador.* São Paulo: Cengage Learning, 2011.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização:* as consequências humanas*.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,1999.

BORGES, Jacquelaine Florindo, MEDEIROS, Cintia Rodrigues de Oliveira, CASADO, Tania. *Práticas de gestão e representações sociais do administrador*: algum problema? Cadernos EBAPE. BR. V.9. Edição especial, artigo 5. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

BRASIL. Ministério Da Educação, Secretaria De Educação Superior. *Diretrizes Curriculares Nacionais*. 2005. Disponível em: <portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc>*.* Acesso em: 08 maio 2015.

_____. Ministério Da Educação, Secretaria De Educação Superior. *Conferência Mundial sobre Ensino Superior.* Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&Itemid=30192>. Acesso em: 16 jan. 2016.

_____. Ministério da Educação. *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.* Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2016.

_____. *Relatório do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Ministerial número 4.034, de 8 de dezembro de 2004*. Disponível em: < http://ww2.upe.br/portal/download/orgaos-da-universidade/cpa/legislacao/relatorio_4034.pdf>. Acesso em: 15 set. 2014.

_____. Conselho Nacional De Educação. Câmara de educação superior. *Resolução n 4, de 13 de julho de 2005*. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf Acesso em 12 dez 2015.

_____. Decreto nº 9.795, de 27 de abril de 1999. *Dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, Seção 1. V.137, n. 79, p.1-3, abr. 1999.

_____. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. *Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm. Acesso em: 21 out 2015

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 15 fev. 2016.

_____. Ministério do Meio Ambiente. *Agenda 21 Brasileira.* Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-brasileira> Acesso em: 21 jan. 2016

_____. Ministério do Meio Ambiente. *Conferência Intergovernamental de Tbilisi.* Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/decltbilisi.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2016.

_____. Ministério do Meio Ambiente. *Política Nacional do Meio Ambiente*. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/gab/asin/ambp.html>. Acesso em: 20 abr. 2015.

_____. *Política Nacional do Meio Ambiente*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 08 mai. 2015.

BRUNSTEIN, Janette, GODOY, Arilda Schmidt, SILVA, Helio Cesar. *Educação para sustentabilidade nas escolas de administração.* São Carlos: Rima, 2014.

CAMARGO, Brigido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. *IRAMUTEQ.* Um software gratuito para análise de dados textuais. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000200016. Acesso em: 02 fev. 2016.

CAMPO LARGO. *Dados do município de Campo Largo/Pr.* Disponível em: < http://www.campolargo.pr.gov.br>. Acesso em: 17 mai. 2015.

_____. *Lei 1.812/2005. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Campo Largo e dá outras providências*. Disponível em: < https://leismunicipais.com.br/a1/plano-diretor-campo-largo-pr>. Acesso em: 06 out. 2015.

CAPES. *Banco de teses*. Disponível em: <http://bancodeteses.capes.gov.br/>. Acesso em: 11 maio 2014.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Educação ambiental:* a formação do sujeito ecológico. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CFA - Conselho Federal de Administração. *Cursos de Administração no Brasil.* 2010. Disponível em: < http://www.cfa.org.br/administracao>. Acesso em 21 jan. 2016.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. *Estudo CEBDS e Accenture* – Sustentabilidade nas empresas. Disponível em: <http://cebds.org/sobre-o-cebds/>. Acesso em 17 set. 2015.

COSTA, Jorge Gustavo Da. *Fundação Getúlio Vargas:* pioneirismo a serviço do desenvolvimento nacional. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *A formação e a ideologia do administrador de empresas.* 2. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

DONAIRE, Denis. *Gestão Ambiental na Empresa*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ENS, Romilda Teodora; BÔAS, Lúcia Pintor Santiso Villas; BEHRENS, Marilda Aparecida. (Org). *Representações Sociais:* fronteiras, interfaces e conceitos. Curitiba: Champagnat, 2013.

ETHOS, Instituto Ethos. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/>. Acesso em: 07 mar. 2016.

FERNANDES, Florestan. *Mudanças Sociais no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Difel, 1979.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUNDAÇÃO Zoobotânica do Rio Grande do Sul. *Algumas Recomendações da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental aos Países Membros.* Disponível em: <http://www.fzb.rs.gov.br/upload/20130508155354tbilisi.pdf>. Acesso em: 16 jan. de 2016.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social.* 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOMES, Lucinda Pimentel. *História e Evolução da Administração.* Disponível em: <http://www.sobreadministracao.com/historia-e-evolucao-da-administracao>. Acesso em: 30 jul. 2014.

GUEVARA, Arnoldo José de Hoyos et al. *Consciência e Desenvolvimento Sustentável nas Organizações:* reflexões sobre um dos maiores desafios da nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

HAGEMEYER, Regina Cely de Campos. *Formação docente e contemporaneidade*: Referenciais e interfaces da pesquisa na relação universidade-escola. Curitiba: UFPR, 2010.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Dados do município de Campo Largo/PR*. 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 17 maio 2015.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Caderno Estatístico – Município de Campo Largo.* Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83600>. Acesso em: 15 fev. 2016.

KOONTZ, Harold; O'DONNELL, Crys. *Princípios de Administração:* uma análise das funções administrativas. São Paulo: Pioneira, 1986.

LAYRARGUES, Philippe Pomier et al. *Identidades da Educação Ambiental Brasileira.* Edições MMA – Ministério do Meio Ambiente. Brasília: 2014.

_____. *A Cortina de Fumaça:* o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica. São Paulo: Annablume, 1998.

_____. *Para onde vai a educação ambiental?* O cenário político-ideológico da educação ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica. Revista Contemporânea de Educação, vol. 7, n. 14, agosto/dezembro de 2012.

LEFF, Henrique. *Ecologia, Capital e Cultura*: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. *Epistemologia ambiental*. 2ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Saber Ambiental.* Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. *Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador.* Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MOSCOVICI, Serge. *Textos em Representações Sociais*. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

_____. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zaha, 1978.

_____. *Representações Sociais:* investigações em psicologia social. 10. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

NOGUEIRA, Cleber Suckow; LISBOA, Teresinha Covas. Administração: avanços e desafios. Rio de Janeiro: Novaterra, 2015.

PENELUC, Magno da Conceição; SILVA, Sueli Almuiña Holmer. *Representações sociais enquanto subsídio a programas de educação ambiental crítica aplicada à gestão ambiental.* FACED. Salvador, janeiro a julho de 2010.

PILETTI, Claudino; PILETTI Nelson. *História da educação:* de Confúcio a Paulo Freire. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2013.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. *Docência no ensino superior*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; BÔAS, Lúcia Pintor Santiso Villas; SOUSA, Clarilza Prado de. (Org.). *Representações Sociais:* diálogos com a educação. Curitiba: Champagnat, 2012.

PLANO Municipal de Saneamento Básico de Campo Largo, 2014, disponível em: <http://www.campolargo.pr.gov.br/uploads/downloads/Produto%202.2%20-%20PMSB%20diagn%C3%B3stico%20de%20saneamento%20ambiental%20-%20campo%20largo.pdf> Acesso em: 02 fev. 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro, Record, 2004.

REIGOTA, Marcos. *O que é educação ambiental*. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2014.

_____. *Verde cotidiano*: o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro, DP&A, 1999

REIS, Sebastiana Lindaura de Arruda; BELLINI, Luzia Marta*. Representações Sociais*: Teoria, procedimentos Metodológicos e Educação Ambiental. Revista Teoria e Prática da Educação, vol. 12, n. 1, janeiro/abril de 2009.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira:* a organização escolar. 21. Ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

RODRIGUES, Alessandra Aparecida Berton. *Educação brasileira*. Curitiba: Aula do Mestrado em Educação da UTP, 2014. Notas de aula.

RUPEA. *Mapeamento da educação ambiental em instituições brasileiras de educação superior:* elementos para políticas públicas. Brasília, 2007.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização:* do pensamento único a consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO. *Coordenação da região metropolitana de Curitiba* – COMEC. Curitiba, 2015. Disponível em: <http://www.comec.pr.gov.br/>. Acesso em: 05 set. 2015.

SEMESP – Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo. *Mapa do Ensino Superior*. São Paulo, 2014.

SILVA, Maria Cristina Borges. As redes de representações socioespaciais na região carstica curitibana. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/36792/R%20-%20T%20-%20MARIA%20CRISTINA%20BORGES%20DA%20SILVA.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em 16 out. 2015.

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos:* Novas Diretrizes e Velhas Práticas? in GARCIA, Joe, ROSA, Maria Arlete (Orgs.). Desafios da educação ambiental. Curitiba: UTP, 2012.

SOUSA, Clarilza Prado de; BÔAS, Lúcia Pintor Santiso Villas; ENS, Romilda Teodora. (Org.) *Representações Sociais:* políticas educacionais, justiça social e trabalho docente. Curitiba: Champagnat, 2012.

SOUZA FILHO, Edson Alves. *Educação ambiental de análise de representações sociais*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

TAGUL. *Make your own tag cloud from any text.* Disponível em: <http://tagul.com/>. Acesso em 02 fev. 2016.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. *Educação ambiental*: natureza, razão e história. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

TREVISOL, Joviles Vitório. *Os professores e a educação ambiental: um estudo de representações sociais em docentes de séries iniciais do ensino fundamental*. In: ANPPAS, GT10, 2004, p. 27-56.

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ. *Normas técnicas:* elaboração e apresentação de trabalhos acadêmico-científicos. 3. Ed. Curitiba: UTP, 2012.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Lições de didática*. São Paulo: Papirus, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE I – ENDEREÇO DE BUSCA: CAPES

INDEXADOR: Formação humana					
QT	**Autor**	**Título**	**Local Universidade Programa**	**Ano Defesa**	**Orientador**
01	OCELO DOMINGOS PEREIRA FILHO	A DISCIPLINA COMO CONDIÇÃO PARA A FORMAÇÃO HUMANA	UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA / MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO	2011	BRUNO PUCCI
02	ISELDA PEREIRA	A EMOCIONALIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA / MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO	2011	ROQUE STRIEDER
03	CAMILA MACHADO BOINA	A CONTRIBUIÇÃO DA SOCIOLOGIA PARA A FORMAÇÃO DO ENGENHEIRO: UM ESTUDO DE CASO NO CURSO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO CIVIL DO CEFET-MG	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECN. DE MINAS GERAIS / MESTRADO AACDÊMICO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA	2011	ANTONIO DE PADUA NUNES TOMASI
04	MAGDA MARIA DE MARCHI FERREIRA	EDUCAÇÃO ESCOLAR: ATIVIDADE ESSENCIAL NO PROCESSO DE FORMAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ / MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO	2011	MARTA SILENE FERREIRA BARROS
05	ALEX RODRIGO BORGES	EDUCAÇÃO NA EMPRESA E A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR NO MODELO DA ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA CAPITALISTA: FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO GRUPO VOTORANTIM	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA / MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃPO	2011	ROBSON LUIZ DE FRANCA

Para o indexador “formação humana” encontram-se um total de 1130 registros, no entanto, relevantes à pesquisa compreende um total de 05 registros.

Acesso em: http://bancodeteses.capes.gov.br/

INDEXADOR: Educação ambiental no ensino superior					
QT	**Autor**	**Título**	**Local Universidade Programa**	**Ano Defesa**	**Orientador**
01	DANIELLE BATISTA COIMBRA	ABORDAGENS E LIMITAÇÕES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO SUPERIOR: PECEPÇÕES A PARTIR DA DISCIPLINA DE GESTÃO AMBIENTAL NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO NA CIDADE DE FORTALEZA CE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ / DOUTORADO EM EDUCAÇÃO	2011	JOÃO BATISTA DE ALBUQUER QUE FIGUEIREDO
02	VICENTE SIMÃO DE VASCONCE LOS	A FORMAÇÃO DO SUJEIRO ECOLÓGICO POR MEIO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA A PARTIR DE CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS PAULO FREIREANAS	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS / MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO	2011	CLAUDIA DE VILHENA SCHAYER SABINO
03	BEATRIZ MARCOS TELLES	INTEGRANDO A SUSTENTABILIDADE NA FORMAÇÃO DE ADMINISTRADORES	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO / MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO	2011	ARNOLDO JOSE DE HOYOS GUEVARA

Para o indexador “educação ambiental no ensino superior” encontram-se um total de 82 registros, no entanto, relevantes à pesquisa compreende um total de 03 registros.

Acesso em: http://bancodeteses.capes.gov.br/

INDEXADOR: Representações Sociais					
QT	**Autor**	**Título**	**Local Universidade Programa**	**Ano Defesa**	**Orientador**
01	ANNA CAROLINA DE LAZZARI REIS	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O SER PROFESSOR: INDÍCIOS DA CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA / MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO	2011	RITA DE CASSIA DE ALCANTARA BRAUNA
02	RITA MARIA LEMOS	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO	UNIVERSIDADE DE UBERABA / MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO	2011	VANIA MARIA DE OLIVEIRA VIEIRA
03	DANICE BETANIA DE ALMEIDA	O QUE ELES TÊM A DIZER? SERGE MOSCOVICI E HENRI LEFEBVRE: UM ESTUDO SOBRE REPRESENTAÇÃO	UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU / MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO	2011	ERNESTO JACOB KEIM
04	MARIA ROSELI SOUSA SANTOS	QUE DESIGN É ESTE? REPRESENTAÇÕES SOCIAIS QUE DOCENTES POSSUEM SOBRE SEU TRABALHO NO CURSO DE DESIGN/UEPA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ / DOUTORADO EM EDUCAÇÃO	2012	IVANY PINTO NASCIMENTO

Para o indexador “representações sociais” encontram-se um total de 2150 registros, no entanto, relevantes à pesquisa compreende um total de 04 registros.

Acesso em: http://bancodeteses.capes.gov.br/

INDEXADOR: Cursos de administração					
QT	**Autor**	**Título**	**Local Universidade Programa**	**Ano Defesa**	**Orientador**
01	GEORGE QUEIROGA ESTRELA	O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO, AS APRENDIZAGENS DE COMPETÊNCIAS E HABILIDADES E O ENSINO ARTICULADO AO DESENVOLVIMENTO DE RONDÔNIA	UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/ARARAQUARA / DOUTORADO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR	2011	JOYCE MARY ADAM DE PAULA E SILVA
02	SANDRA LAYS GATHAS	EDUCAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE EM ESCOLAS DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS: A PERSPECTIVA DE COORDENADORES ACADÊMICOS NO BRASIL	UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE / MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	2011	JANETTE BRUNSTEIN

Para o indexador “cursos de administração” encontram-se um total de 306 registros, no entanto, relevantes à pesquisa compreende um total de 02 registros.

Acesso em: http://bancodeteses.capes.gov.br/

APÊNDICE II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título Provisório da Dissertação: A Formação Humana e Ambiental no curso de Administração
Pesquisador Responsável: Alessandra Aparecida Berton Rodrigues
Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Universidade Tuiuti do Paraná – Mestrado em Educação
Telefone para contato: 41.9993-9503
Nome do voluntário:
Idade: _____anos
R.G._____

O Sr. (ª) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa que irá integrar a dissertação intitulada “A Formação Humana e Ambiental no curso de Administração”, sob responsabilidade da pesquisadora Alessandra Aparecida Berton Rodrigues.

O objetivo geral da pesquisa é identificar e analisar como se dá a formação humana e ambiental do administrador no curso de Administração sob o enfoque dos docentes.

A pesquisa busca responder aos seguintes questionamentos:

- Verificar o direcionamento para a formação humana e ambiental descritos nas diretrizes curriculares nacional do curso de Administração.
- Caracterizar as contribuições do curso de Administração para o desenvolvimento humano e ambiental, por meio da análise de conteúdos, das habilidades e competências, que caracterizam a formação do administrador.
- Levantar aspectos que se façam necessários e que possam melhorar a perspectiva humana e ambiental, e a qualidade da aprendizagem dos alunos no curso de Administração.

Embora os respondentes sejam identificados, (com nome, idade, grau de instrução, endereço completo, etc.) nesta fase da pesquisa, asseguramos aos voluntários respondentes, que **não haverá em nenhum momento divulgação dos dados de identidade informados na pesquisa**. Serão utilizadas somente as respostas sem identificação dos informantes. Para tanto, solicitamos a gentileza de preencher e assinar a Declaração abaixo:

Declaração

Eu, ,RG nº declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, da pesquisa a ser integrada na dissertação conforme descrito acima.

Campo Largo, de de 2015

_____

_____

Nome e assinatura do respondente

_____

_____

Nome e assinatura do responsável por obter o consentimento

APÊNDICE III – QUESTIONÁRIO

PARTE INTEGRANTE DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO DA UTP – MESTRANDA ALESSANDRA APARECIDA BERTON RODRIGUES

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: A FORMAÇÃO HUMANA E AMBIENTAL NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Nome_____(opcional) Gênero_____

Idade_____

Ano de Formação _____

Graduação em _____

Especialização em _____

Mestrado em _____

Doutorado em _____

Instituições em que leciona

_____

_____

Mencione 5 palavras que considere fundamental e diga respeito a formação do Administrador relacionadas à Educação Ambiental:

_____

_____

_____

_____

_____

Em sua formação teve conhecimentos relacionados às questões ambientais?

Sim ( ) Não ( )

Tive esta formação de forma superficial ( )

Tive esta formação e foram bem aprofundados ( )

Tive esta formação em Cursos atualizações que procurei ( )

Tive esta formação em Cursos de Pós-Graduação ( )

Recebi formação no trabalho ( )

Não tive esta formação ( )

Outras (caso sua resposta não seja contemplada nas alternativas acima, ou se quiser aprofundar sua resposta, utilize as linhas abaixo)

_____

_____

_____

_____

Em sua opinião qual a importância da EA na formação do Administrador ?

Considero pouco importante ( )

Considero muito importante ( )

Considero relativamente importante ( )

Não tenho opinião formada a respeito ( )

Outras (caso sua resposta não seja contemplada nas alternativas acima, ou se quiser aprofundar sua resposta, utilize as linhas abaixo)

_____

_____

_____

_____

_____

Conhece a Politica Nacional de Educação Ambiental e as Diretrizes Nacionais Curriculares para Educação Ambiental?

Sim ( ) Não ( )

Em que circunstancia conheceu os documentos mencionados acima?

Mencione algumas Políticas relacionadas a questões ambientais que conheça, e que contribuam para a formação do Administrador em sua opinião.

_____

_____

_____

_____

Que conhecimentos ambientais considera fundamentais para formação do Administrador?

_____

_____

_____

_____

Em sua formação teve conhecimentos relacionados às questões de formação humana?

Sim ( ) Não ( )

Tive esta formação de forma superficial ( )

Tive esta formação e foram bem aprofundados ( )

Tive esta formação em Cursos atualizações que procurei ( )

Tive esta formação em Cursos de Pós-Graduação ( )

Recebi formação no trabalho ( )

Não tive esta formação ( )

Outras (caso sua resposta não seja contemplada nas alternativas acima, ou se quiser aprofundar sua resposta, utilize as linhas abaixo)

_____

_____

_____

_____

Mencione 5 palavras que considere fundamental e diga respeito a formação do Administrador relacionadas à Formação Humana:

_____

_____

_____

_____

_____

Em sua opinião qual a importância da Formação Humana na formação do Administrador?

Considero pouco importante ( )

Considero muito importante ( )

Considero relativamente importante ( )

Não tenho opinião formada a respeito ( )

Outras (caso sua resposta não seja contemplada nas alternativas acima, ou se quiser aprofundar sua resposta, utilize as linhas abaixo)

_____

_____

_____

_____

_____

Mencione algumas Políticas relacionadas a questões de formação humana que conheça, e que contribuam para a formação do Administrador em sua opinião.

_____

_____

_____

_____

Que conhecimentos relacionados à formação humana considera fundamentais para formação do Administrador?

_____

_____

_____

_____

Grata pela participação.